

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

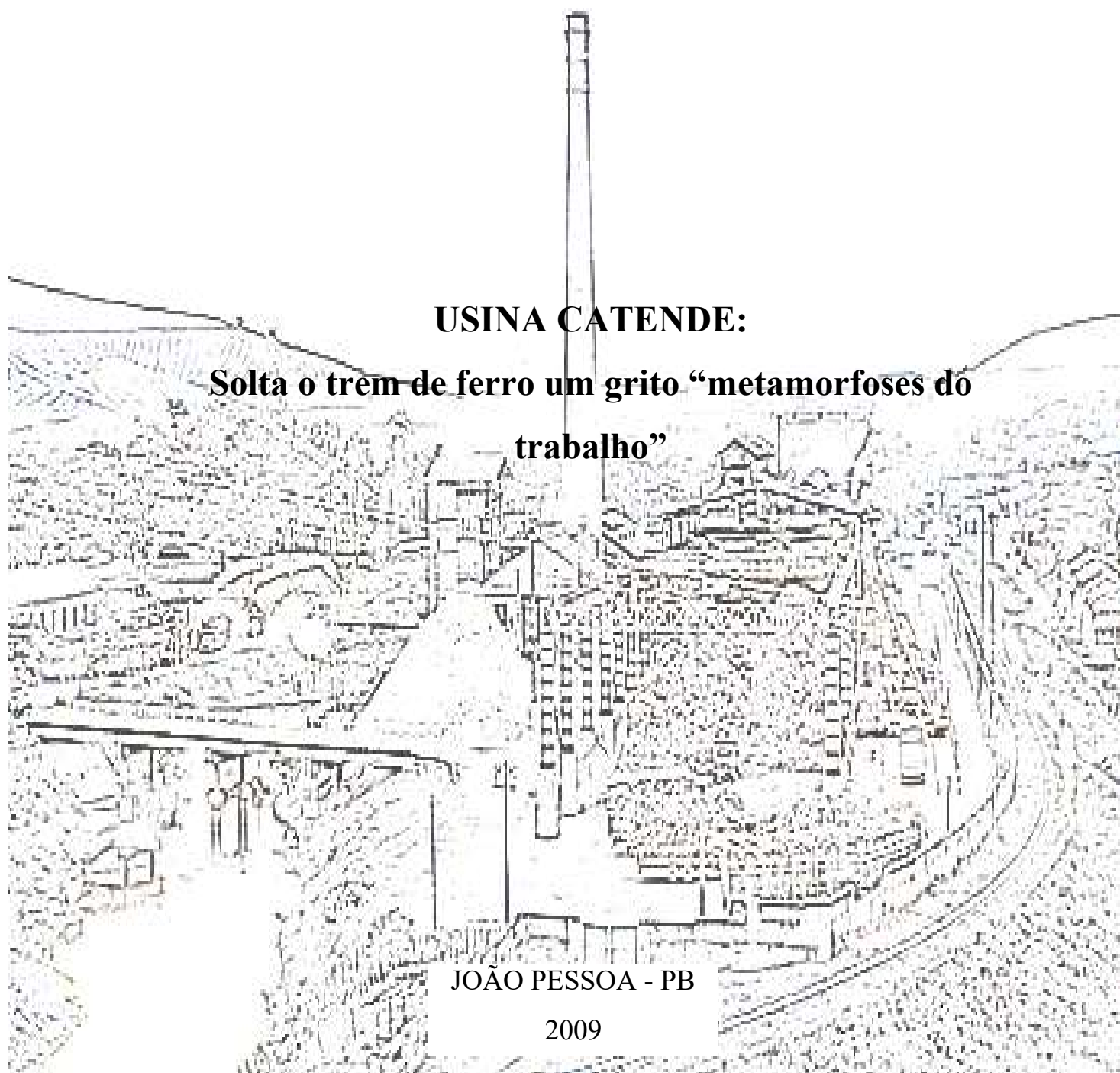
GEÍSIO LIMA VIEIRA

USINA CATENDE:

**Solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do
trabalho”**

JOÃO PESSOA - PB

2009



GEÍSIO LIMA VIEIRA

USINA CATENDE:

Solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Popular

Orientador: Professor Dr. José Francisco de Melo Neto

JOÃO PESSOA – PB

2009

V658u VIEIRA, Geísio Lima

Usina Catende: solta o trem de ferro um grito metamorfoses do trabalho/Geísio Lima Vieira. João Pessoa, 2009.

160 p.: il.

Orientador: José Francisco de Melo Neto

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Educação. 2. Educação e trabalho. 3. Práxis pedagógica. 4. Projeto Catende Harmonia. 5. Economia solidária.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

GEÍSIO LIMA VIEIRA

USINA CATENDE: Solta o trem de ferro um grito
"metamorfoses do trabalho"

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento as exigências
para obtenção do Título de Mestre.

Aprovado em 27 / 02 / 2009

Banca Examinadora:



Professor Dr. José Francisco de Melo Neto
Orientador



Professor Dr. Paulo de Jesus
Examinador



Professor Dr. Charliton José dos Santos Machado
Examinador



Professor Dr. Brenildo João Carlos
Examinador

Quero dedicar esta pesquisa aos homens e mulheres, trabalhadores da Usina Catende, sujeitos das metamorfoses do trabalho, da decisão e da ruptura, que me receberam no seu cotidiano, desvelando as práticas de autogestão e de mudanças profundas nas relações interpessoais que se faz na esperança, luta, sofrimento e superação dos obstáculos para a construção de um mundo melhor e mais humano. A todos os trabalhadores, homens e mulheres, a minha mais profunda gratidão.

Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos; seres da decisão, da ruptura, da opção (FREIRE, 2002, p. 145-146).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gaspar (*in memória*) e Esmeraldina que fizeram o possível para eu conseguir chegar até aqui.

A minha companheira que nas horas certas e incertas teve a paciência de aceitar as minhas singularidades e inquietações durante a pesquisa.

Ao CNPq que financiou, através de Bolsa de Pós-Graduação de incentivo a pesquisa, o trabalho de pesquisa USINA CATENDE: solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho e educação”, propiciando as condições necessárias para se dedicar à análise do objeto pesquisado.

Ao Professor Doutor José Francisco de Melo Neto, pela sua paciência ontológica me mostrando os caminhos para que eu pudesse trilhar na pesquisa. A sua contribuição foi decisiva para o refinamento da discussão sobre as mudanças nas relações de trabalho e produção na Usina Catende a partir da leitura das categorias educação e trabalho. Pela orientação e acreditar no meu potencial, meus sinceros agradecimentos.

A Coordenação do PPGE e a toda a equipe de funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, representados nas pessoas de Rosilene e Cleomar sempre aquecíveis. Faço um agradecimento especial a Coordenadora Professora Doutora Adelaine Dias, que aprendi a admirar e a respeitar como profissional e amiga, meus sinceros agradecimentos.

Aos Professores Doutores Roberto Jarry, Charliton José dos Santos Machado, Erenildo João Carlos, Antonio Carlos, Edineide Jezine, Wilson Aragão, entre outros que colaboraram no amadurecimento das *idéias* sobre a nossa pesquisa e reflexão.

Aos trabalhadores da Usina Catende, idealizadores das metamorfoses do trabalho, nas pessoas de Marivaldo Silva, Arnaldo Liberato, Lenivaldo Marque, Juan Nodears, Edilene Maria, Izabel, Helena e tantos outros que fizeram o possível e impossível para facilitar a minha pesquisa de campo, meu eterno agradecimento.

Aos amigos, da turma 26 do PPGE, inigualáveis, fantásticos, maravilhosos que dividiram comigo instantes inesquecíveis, cada um a sua maneira. Apenas uma certeza eu posso apreender da convivência com eles(as): será impossível esquecer-los.

A todos àqueles que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a consistência dessa pesquisa e não tiveram os seus nomes traçados nas linhas tortas, meus agradecimentos.

REFLEXÕES FILOSÓFICAS¹

Voa! Voa tão alto que não se vê mais o horizonte...

E, assim, vou! “Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende”
Vou danado pra Catende refletir sobre as metamorfoses do trabalho...
Levando o espírito aberto e o olhar atento para focar os meus anseios,
como um pássaro que enfrenta a resistência do ar
e fende no bater das asas o voo livre para a liberdade.

Voa! Voa tão alto que a distância não se percebe...

Ao fundo um zumbido estridente...
É o cântico do ferreiro...
Não! É o apito da usina gritando!
Mas que repente fita a minha mente
Um olhar instigante, reflexivo e curioso...
Vejo do lado o verde da cana, a luta dos homens!
A terra chora as mãos cheias de calo.
Chora a infância perdida...
A esperança desmedida.
A fome bate e a voz branda exclama...
Liberdade... Liberdade... Liberdade!

Voa! Voa tão alto no voo da liberdade...

Levanta a enxada, pega o martelo, bate o ferro na bigorna, acende a fornalha...
Pita o cigarro de palha.
A moringa cheia d'água, um punhado de farinha,
Uns poucos feijões e uma barra de rapadura...
Vamos à luta! Haste a bandeira solidária!
É a união coletiva que no viés da autogestão
Cria e recria as formas, sem formas, de formas...
É a dialética da metamorfose que faina a lida do trabalhador e dá-lhe o martelo para quebrar
os grilhões da opressão...
Libertas Prometeu!
Libertas os homens e as mulheres...
Trabalhadores, senhores da sua própria história...
Escritores da história da Usina Catende...
Escritores da Usina Catende.

¹ Poema escrito entre as insônias nas madrugadas no Chale da Usina Catende

RESUMO

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi conhecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende, localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, e como ocorreu o processo de mudanças para tentar superar a condição falimentar da empresa nas décadas de 1990 e em seguida *reerguer* a Usina como empreendimento autogestionário e solidário. No fulcro da pesquisa surgiu o texto “USINA CATENDE: Solta um trem de ferro um grito: metamorfoses do trabalho”. Nele, as categorias *educação* e *trabalho* servem de referência analítica para conhecer a *práxis* revolucionária presente na reorganização do mundo do trabalho dentro da Usina. Assim, para delinear o foco da pesquisa, utilizamos o método materialista histórico dialético com o propósito de mostrar as relações *intrínsecas* da releitura das categorias para as mudanças da prática da autogestão e da economia solidária no contexto da Usina Catende. Aplicamos entrevistas semiestruturadas, observações livres, além da análise documental e bibliográfica para fundamentar a pesquisa. Daí nasce a hipótese que a *práxis* pedagógica focada na educação popular se apresenta como referencial teórico e prático que cria o espaço necessário para a transição do trabalho precarizado no denominado trabalho autogestionário e solidário, vivenciada pela *classe-que-vive-do-trabalho*. Para alcançar a hipótese apresentada, buscamos primeiramente identificar os fatos históricos que conduziram à implantação dos pressupostos da autogestão e da prática da economia solidária na Usina Catende. Em seguida, procuramos refletir sobre as relações das categorias *educação* e *trabalho* e suas implicações com os trabalhadores e trabalhadoras, enfatizando a importância dos projetos e programas em experiência que se materializam nas relações solidárias de trabalho, segurança alimentar e diversificação produtiva. Por último, procuramos apresentar alguns comentários críticos sobre as soluções encontradas pelos *sujeitos sociais* para responder a situação que eles vivenciaram durante o período que entraram em falência até o momento do nascimento do Projeto Catende Harmonia e posteriormente da Cooperativa Harmonia.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. *Práxis* pedagógica. Autogestão. Economia solidária.

ABSTRACT

The objective of this research work was to know the struggle of the male and female workers of Catende Power Plant, located in the Zona da Mata Sul of Pernambuco, and how the process of changes occurred to try to overcome the bankruptcy condition of the company in the 90's decade and then rebuild the Power Plant as a self-managed and solidary enterprise. At the fulcrum of this research was the text "CATENDE POWER PLANT: Released an iron train, a scream, metamorphosis of the work". In it, the categories education and work serve as an analytical reference to learn about the revolutionary praxis present in the reorganization of the world of work in the Power Plant. Thus, to delineate the focus of the research, we used the dialectical historical materialistic method in order to show the intrinsic relationships of the re-reading of the categories for the changes in the practice of self-management and the solidarity economy in the context of Catende Power Plant. We applied demistructured interviews, free observations, in addition to documentary and bibliographic analysis to support the research. From this point, to the hypothesis which was given birth that the pedagogical praxis focused on popular education presents itself as a theoretical and practical reference that creates the necessary space for the transition from precarious work into the so-called self-managing and solidary work, experienced by the class-who-lives-from-work. To reach the hypothesis presented, we first seek to identify the historical facts that led to the implementation of the assumption of self-management and the practice of solidarity economy at Catende Power Plant. Then, we seek to reflect on the relationships of the education and work categories and their implications with male and female workers, emphasizing the importance of projects under experiment and programs that materialize in solidary work relationships, food security and productive diversification. Finally, we seek to present some critical comments on the solutions found by social subjects to respond to the situation they experienced during the period that went bankrupt until the birth of the Catende Harmonia Project and after that of the Harmonia Cooperative.

Keywords: Education. Work. Pedagogical praxis. Self-management. Solidary economy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APUAMA	Associação dos Jovens da Zona Rural e Urbana Filhos e Filhas de Trabalhadores
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CETENE	Centro Tecnológico do Nordeste
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEAS Rural	Centro de Estudos e Ação Social Rural
CCBA	Centro Cultural Brasil Alemanha
CJC	Centro Josué de Castro
CS	Centro Sabiá
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
ONG	Organização não-Governamental
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UC	Usina Catende
ZPAs	Zonas de Produção Agrícolas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: VOU DANADO PRA CATENDE, VOU DANADO PRA CATENDE.....	11
CAPÍTULO 1 - O SINO BATE, O CONDUTOR APITA O APITO: IMAGEM E LEITURA DE UMA ÉPOCA.....	21
1.1 A Usina Catende no trilho da História.....	21
1.2 A <i>plantation</i> e o trabalhador.....	30
CAPÍTULO 2 - SOLTA O TREM DE FERRO UM GRITO: EDUCAÇÃO PARA AUTOGESTÃO.....	40
2.1 Educação e trabalho.....	40
2.2 Educação e economia solidária.....	58
2.3 Educação e conscientização.....	72
CAPÍTULO 3 - ADEUS! MANGUEIRAS, COQUEIROS, CAJUEIROS EM FLOR: METAMORFOSES DO TRABALHO.....	80
3.1 Trabalho e alienação.....	80
3.2 Trabalho e reestruturação.....	95
3.3 Trabalho coletivo para autogestão.....	112
CAPÍTULO 4 - NA BOCA DA MATA HÁ FURNAS INCRÍVEIS QUE COISAS NOS FAZEM PENSAR: OS DESAFIOS DAS METAMORFOSES DO TRABALHO.....	124
4.1 As perspectivas de mudanças ou apenas uma <i>releitura</i> das relações de trabalho e produção na Usina Catende.....	124
4.2 A precarização do mundo do trabalho e o Projeto Catende Harmonia.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXOS.....	154

INTRODUÇÃO: VOU DANADO PRA CATENDE, VOU DANADO PARA CATENDE

A estrofe da música Trem de Alagoas de Ascenso Ferreira² “Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende” como subtítulo a introdução tem um propósito conotativo de provocar a atenção para Catende, mais especificamente, a Usina Catende e seus trabalhadores, sua História e peculiaridades diante da crise econômica³ e do fim da política econômica de incentivo à produção açucareira e do álcool, no período do Governo Collor. Política que afetou toda a produção agroaçucareira e que terminou por levar diversas usinas ao pedido de falência, gerando desemprego e fome nas regiões que sobrevivem da produção da cana.

Mesmo diante de tantas diversidades os trabalhadores conseguiram romper com a cultura da subserviência e as regras do capitalismo, organizando-se coletivamente para enfrentar a crise e propor alternativas para sair da falência e do desemprego causado pela crise. Diante dessa realidade surge o Projeto Catende Harmonia como resposta a precariedade do mundo do trabalho. É nesse contexto sócio-histórico singular que emerge as discussões da presente pesquisa USINA CATENDE: Solta o trem de ferro um grito “as metamorfoses do trabalho” e as inferências das categorias educação e trabalho na composição das novas relações de trabalho e produção.

A hipótese da nossa pesquisa parte da análise das mudanças no mundo do trabalho no contexto da Usina Catende para compreender a dinâmica da conversão do trabalho precarizado no denominado trabalho autogestionário e solidário, concretizado pelos trabalhadores da Usina como proposta de reestruturação da massa falida, a partir da resistência e redefinição das relações sociais e econômicas vivenciadas pelos próprios

² Ascenso Ferreira – Música Trem de Alagoas: "O sino bate, o condutor apita o apito, Solta o trem de ferro um grito, põe-se logo a caminhar... - Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende, vou danado pra Catende com vontade de chegar... Mergulham mocambos, nos mangues molhados, moleques, mulatos, vêm vê-lo passar. Adeus! - Adeus! Mangueiras, coqueiros, cajueiros em flor, cajueiros com frutos já bons de chupar... - Adeus morena do cabelo cacheado! Mangabas maduras, mamões amarelos, mamões amarelos, que amostram molengos as mamas macias pra a gente mamar - Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende, vou danado pra Catende com vontade de chegar... Na boca da mata há furnas incríveis que em coisas terríveis nos fazem pensar: - Ali dorme o Pai-da-Mata - Ali é a casa das caiporas - Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende vou danado pra Catende com vontade de chegar... Meu Deus! Já deixamos a praia tão longe..., no entanto avistamos bem perto outro mar... Danou-se! Se move, se arqueia, faz onda... Que nada! É um partido já bom de cortar... - Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende vou danado pra Catende com vontade de chegar... Cana caiana, cana rôxa, cana fita, cada qual a mais bonita, todas boas de chupar... - Adeus morena do cabelo cacheado! - Ali dorme o Pai-da-Matta! - Ali é a casa das caiporas - Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende vou danado pra Catende com vontade de chegar...".

³ A crise econômica no setor agroaçucareiro afeta profundamente a estrutura produtiva do Brasil na década de 90, precisamente no Governo Collor, com a extinção do IAA, e o desdobramento da economia voltada para a livre concorrência, sem a intervenção do Estado, é a “escuridão” da era neoliberal que dispõe sobre a precariedade do trabalho, a instabilidade econômica e social. Diante da crise, falta de financiamento e mau gerenciamento a Usina Catende entra em processo de falência, a exemplo de outras usinas no Brasil, gerando desemprego e fome para milhares de trabalhadores demitidos sem direitos trabalhistas e previdenciários.

trabalhadores e suas famílias que, dialeticamente, estão superando a precariedade do mundo do trabalho.

Para Frigotto (2003, p. 31) o trabalho constitui uma categoria imprescindível para compreender os aspectos ontológicos e práticos da relação do homem (e da mulher) dentro da sua atividade social.

O trabalho, nesta perspectiva, não se reduz a “fator”, mas é, por excelência, a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, ou seja, o próprio ser humano. Trata-se de uma categoria ontológica e econômico fundamental. A educação também não é reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e história que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes social, sendo ela mesma forma específica de relação social. O sujeito dos processos educativos aqui é o homem e suas múltiplas e históricas necessidades (materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

A partir desse olhar é possível considerar que o trabalhador de Catende consegue superar várias etapas do processo histórico como *classe-que-vive-do-trabalho*, dentro do campo da produção agroaçucaireira, construindo os caminhos da emancipação a partir do seu próprio trabalho. São essas as preocupações imediatas que procuramos sistematizar nas linhas discursivas da pesquisa realizada na Usina Catende no período de 2007 a 2008.

Assim, a pesquisa procurou incorporar o conjunto de diálogos, estudos, leituras e análises sociológicas realizados por pesquisadores como Melo Neto⁴, Lima⁵ e Kleiman⁶ que traz à tona questões intrigantes e reveladoras sobre os diálogos dos sujeitos históricos do processo; a extensão como pesquisa; a autogestão e a educação popular como emancipação do trabalhador e trabalhadora; as questões do saber como desvelamento do mundo; as análises

⁴ Usina Catende: entre a doçura e a harmonia, formato PDF, 266p, arquivo da Cooperativa Harmonia; e, Extensão Universitária, autogestão e educação popular, João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2004, compõem os textos de leitura e pesquisa realizada pelo Professor Doutor José Francisco de Melo Neto na Usina Catende que serviram de referenciais teóricos para a pesquisa de campo do projeto de pesquisa “Usina Catende: as metamorfoses do trabalho”.

⁵ O trabalho de dissertação de mestrado de Janayna Silva Cavalcante de Lima, “A solidariedade como princípio pedagógico: um estudo de caso na Usina Catende”, formato PDF, realizado em 2006, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, orientada pela Professora Doutora Aída Monteiro, traz discussões os movimentos sociais, a solidariedade e a prática pedagógica em experiência no Projeto Catende Harmonia, tornando-se um referencial importante para a pesquisa na Usina Catende.

⁶ O Fernando Kleiman com o trabalho de dissertação de mestrado “Lições de Catende: um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco na década de 1990”, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, orientado pela Professora Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes, no ano de 2006, e publicado pela editora Anablume em 2008, constitui numa leitura indispensável para se aprofunda nas questões sobre a reestruturação da Usina Catende numa empresa de autogestionária baseada nos princípios da economia solidária. A leitura do texto de Kleiman traz algumas observações às práticas pedagógicas e à importância dessas práticas para a construção da solidariedade entre os sujeitos históricos do processo.

sociológicas focando a luta sindical e as mudanças nas relações de trabalho, tendo como referências as categorias trabalho e educação numa perspectiva histórico-materialista.

O interesse pela pesquisa das metamorfoses do trabalho na Usina Catende surge da necessidade de conhecer como as mudanças nas relações socioeconômicas em experiência com os trabalhadores da Usina, construídas sob a ótica da autogestão, economia solidária e da educação popular mudaram o cotidiano da vida dos trabalhos. A partir dessa ótica procuramos refletir sobre as categorias trabalho e educação para compreender o que acontece na Usina Catende, porque as metamorfoses do trabalho, incorporam uma diversidade de trabalhadores, tanto do campo como na Usina (operário), caracterizando um campo singular de pesquisa e análise que permitem à leitura histórico-crítica da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005, p. 52), a partir de um contexto socioeconômico diferenciado e dinâmico.

...a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Devem incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005, p. 52).

Para alcançar o propósito da pesquisa dividimos em duas partes, sendo a primeira parte para tecer os objetivos: **conhecer** a dinâmica do Projeto Catende Harmonia; **identificar** os fatos históricos que conduziram à implantação da autogestão e da prática da economia solidária com os *sujeitos sociais* responsáveis pelas mudanças na Usina Catende; **refletir** sobre as relações das categorias *educação* e *trabalho* e suas implicações nas mudanças dentro da Usina Catende; e, por último, **apresentar** comentários críticos sobre possíveis e novas perspectivas teóricas de trabalho em desenvolvimento na experiência do Projeto Catende Harmonia. A segunda parte que corresponde à pesquisa, propriamente, foi dividida em três etapas: primeiro, sistematizar a seleção dos teóricos referenciais para a pesquisa de acordo com a relevância das categorias trabalhadas; segundo, coletar e selecionar os dados (documentos, gráficos, tabelas, relatórios, registro fotográfico, etc.); e, terceiro, a análise das falas dos sujeitos envolvidos nas mudanças na estrutura administrativa e produtiva da Usina Catende. Dessa forma, foi possível analisar as categorias, coletar os dados (informações) e, ao mesmo tempo, fazer a leitura das falas dos entrevistados.

No que se refere à primeira etapa selecionamos os teóricos para tecer as categorias trabalhadas e o curso das ideias desenvolvidas na análise dos dados históricos e das falas dos

sujeitos envolvidos nas mudanças na estrutura administrativa da Usina Catende e como isso vem contribuindo para manutenção do projeto. Apropriamo-nos, inicialmente, da leitura de Manuel Correia de Andrade, Mario Lacerda de Melo, Francisco Oliveira, Lygia Singaud e José Sérgio Leite Lopes, para situar os aspectos históricos e sociais dos homens e mulheres dentro da atividade produtiva agroaçucareira. Seguidamente, elegemos para a leitura da categoria *educação* teóricos como Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Paul Singer, Moacir Gadotti, Melo Neto, e outros. Para a categoria *trabalho* decidimos referenciar teóricos como Karl Marx, Istvan Mészáros, Ricardo Antunes e outros, que de uma forma ou de outra contribuíram para delinear a discussão sobre as categorias trabalho e educação. Nesse contexto de leitura também estão inclusos os trabalhos de Lima, Kleiman e Lenivaldo Marques⁷. E, especialmente, as falas dos homens e mulheres envolvidos no processo de mudança das relações de trabalho na Usina Catende.

A segunda etapa é a realização da pesquisa de campo que acontece no período de junho de 2007 a março de 2008, seguida de coleta de dados (documentos, relatórios, jornais, registro fotográfico e outros) da Usina e das ZPAs⁸ e aplicação das entrevistas com os *sujeitos* do processo de mudança responsáveis pelo Projeto Catende Harmonia. Daí surgiu USINA CATENDE: solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho”. No primeiro contato no mês de junho de 2007, conhecemos Izabel Cristina, Edilene Maria e Maria Helena da equipe pedagógica; Marivaldo Silva, síndico da massa falida; e, os assessores do projeto Arnaldo Liberato e Lenivaldo Marques.

E, no trilho da subjetividade se construiu o discurso! “Vou danado pra Catende, vou danado pra Catende”, e, fomos danados pra Catende desvendar as relações sobre as metamorfoses do trabalho, levando o espírito aberto e o olhar atento para focar os anseios, como um pássaro que enfrenta a resistência do ar e fende no bater das asas o vôo livre para o desconhecido.

Nas idas e vindas entre João Pessoa, Estado da Paraíba, e Catende, Estado de Pernambuco, a convite de Lenivaldo Marques, o chalé principal⁹ da Usina Catende, antiga casa do usineiro, passa a ser o ponto do apoio e hospedagem durante a nossa pesquisa de campo. Aliás, a casa torna-se um ponto de apoio a todos os visitantes desde o início do Projeto Catende. O ambiente possibilitou as condições necessárias para a pesquisa, tornando-

⁷ Entre o amargo da zona canavieira e a harmonia da Usina Catende, trabalho publicado na Revista Proposta, nº 97 Jun/Ago de 2003, ex-assessor técnico da FASE e atual assessor do Projeto Catende Harmonia.

⁸ A Usina Catende é dividida por “Zonas de Produção Agrícola”, denominadas ZPA, são 5 (cinco) distribuídas entre os municípios de Catende, Palmares, Jaqueira, Água Preta e Xexeu.

⁹ Antiga casa do usineiro construída em estilo colonial.

se o local de apoio para as entrevistas e coleta de dados.

Dialogando com Lenivaldo e, posteriormente, com Edilene e Izabel definimos que os entrevistados seriam Lenivaldo, Marivaldo, Arnaldo, Juan Nodears¹⁰, Bruno Ribeiro¹¹, Maria Dulce¹² e os presidentes dos STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) e associações dos 48 engenhos que compõe as ZPAs. Incluímos também nas entrevistas a fala de alguns trabalhadores da usina e os jovens membros da APUAMA (Associação dos Jovens da Zona Rural e Urbana Filhos e Filhas de Trabalhadores). O propósito da leitura das falas dos respectivos entrevistados é identificar como as categorias educação e trabalho, definidas como prioritárias na nossa pesquisa, se comporta na dinâmica das possíveis mudanças das relações de trabalho e produção. Neste aspecto, não poderíamos ter iniciado de outra forma senão a partir desse caminho para compreender o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende. Durante a pesquisa de campo tivemos a oportunidade de entrevistar Luigi Verardo¹³ e Liseloti Kleber¹⁴, trazendo para a discussão de o fenômeno Catende outros olhares para explicar o que está acontecendo na Usina.

A apropriação das categorias *trabalho* e *educação*, para utilização durante as entrevistas, possibilitaram identificar como o processo de mudança foi acontecendo dentro da Usina a partir das reivindicações dos trabalhadores e das necessidades de adaptação com a construção do modelo de autogestão e economia solidária, iniciado nas décadas de 1990, com os trabalhadores da massa falida. Além das entrevistas realizadas no período da pesquisa também utilizamos algumas falas registrada no trabalho “Usina Catende: entre a doçura e a harmonia”¹⁵.

Na estadia conhecemos o ambiente de trabalho e moradia dos trabalhadores dos engenhos que compõem as ZPAs (Zonas de Produção Agrícolas), em números de seis, distribuídas por cinco municípios: Catende, Palmares, Xexéu, Água Preta e Jaqueira. Conhecemos o laboratório de informática, montado para os filhos e filhas de trabalhadores da

¹⁰ Juan Nodears é agrônomo cubano que veio para o Brasil na década de 90 através de intercâmbio entre o Governo de Pernambuco, na época Governador Miguel Arraes, e o Governo de Cuba, de Fidel Castro, para acompanhar e desenvolver projetos de melhoria na produção de cana-de-açúcar, permanecendo até hoje no Brasil. Atualmente é responsável pela produção de cana da Cooperativa Harmonia.

¹¹ Bruno Ribeiro de Paiva é advogado dos trabalhadores da massa falida e dos sindicatos rurais. Assume um papel importante no processo de luta para garantir que a massa falida não saísse das mãos dos trabalhadores. Entretanto, não tivemos a oportunidade de conversar com ele, porque houve diversos desencontros ocasionados pelo pouco espaço de tempo entre a pesquisa e a disponibilidade do Dr. Bruno Ribeiro.

¹² Maria Dulce, na época das entrevistas, exerceu o mandato de diretora (presidente) da Cooperativa Harmonia.

¹³ Assessor Técnico da ANTEAG que acompanha o Projeto Catende Harmonia.

¹⁴ Assessora Técnica do MEC que se encontrava na usina para avaliar as condições se implantar o Programa Educação na Fábrica do Governo Federal.

¹⁵ Usina Catende: entre a doçura e a harmonia é um trabalho realizado pelo Professor Dr. José Francisco de Melo Neto, no período de 2001 e 2002, onde é possível ter acesso a várias entrevistas realizado pelo pesquisador, em formato PDF, arquivo da Cooperativa Harmonia, Catende/PE, 2002.

Usina; a estufa do CETENE (Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste), que desenvolve um projeto com parceria para a melhoria das mudas de cana-de-açúcar; o açude da Serra da Prata; a hidroelétrica da Usina Catende, além do trabalho de plantio da cana-de-açúcar e a estrutura dos engenhos, acompanhando o Josenildo¹⁶ e Antonio¹⁷ nas suas atividades de trabalho, o que permitiu vivenciar e refletir acerca das mudanças que estão acontecendo na Usina e com os seus trabalhadores envolvidos no processo.

Nesse contexto de troca de conhecimentos, não poderíamos deixar de ressaltar o acontecimento do seminário sobre “Plano de Desenvolvimento Sustentável local para Catende Harmonia”, realizado entre os dias 03, 04 e 05 de outubro de 2007, no Chalé do alto, antiga casa grande, que hoje é um espaço para a realização de encontros, reuniões e cursos, onde conseguimos captar material de pesquisa no discurso dos presentes, enriquecendo o delineamento da pesquisa. Fica registrado que na ocasião foram debatidos vários assuntos com a presença de técnicos do PROMATA (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CJC (Centro Josué de castro), Centro Sabiá e ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), com o objetivo de apresentar e avaliar as propostas de trabalho sustentável desenvolvido e a ser desenvolvido com as famílias nas ZPAs.

No último dia, no período da tarde, o Juan Nodears, agrônomo da Cooperativa Harmonia, apresentou a planilha com os custos de produção, referente à safra 2007, e as projeções de custos para a safra 2008, para os presidentes das associações dos engenhos e dos STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais). O objetivo do Seminário era definir as metas de trabalho e aprovar a venda antecipada, através de contrato firmado entre os cooperados e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), dando condições dos trabalhados continuarem suas atividades. A metodologia utilizada durante o seminário nos chamou a atenção pelo nível de abordagem conceitual trabalhada e pelas intervenções dos trabalhadores, especialmente, durante a apresentação de Juan Nodears sobre os dados de custos de produção e safra seguinte.

A terceira etapa comportou a organização das informações e transcrição das entrevistas realizadas, incluindo a seleção de material fotográfico; seleção de tabelas para interposição com a análise das informações; e, a definição da ordem dos capítulos e das ideias a serem abordadas.

¹⁶ Josenildo Luiz Ramos Nascimento, Agrônomo da Usina Catende.

¹⁷ Antonio Honório da Silva, Técnico Agrícola da Usina Catende.

Assim, para direcionar as linhas da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa¹⁸ para falar das categorias *educação e trabalho*, as metamorfoses do trabalho e as implicações das ressignificações de valores, atitudes e diálogos (práticas pedagógicas) em evidência entre os trabalhadores da Usina Catende, hoje, organizados na Cooperativa Harmonia que através de uma proposta coletiva convergem para a autogestão e a economia solidária. Nesse aspecto, procuramos consolidar a pesquisa de campo através da realização de entrevista semiestruturada¹⁹ (consolidando os dados qualitativos), registro de imagens, pesquisa bibliográfica, dado estatístico (tabelas com informações sobre a produção e a organização administrativa da cooperativa) e documental, a partir daí abstrair as categorias analisadas.

Ora, o que define de fato o eixo da pesquisa é a *práxis* do sujeito; é a capacidade que os trabalhadores tiveram de reagir a uma situação caótica precedida pela condição de falência da Usina e o desemprego em massa. E, depois disso tudo, construir um projeto de luta que resultaria em mudanças nas relações de trabalho e produção, na medida em que o campo de luta circunscrito pelas novas relações no mundo do trabalho transcendendo a vontade individual para a *práxis* coletiva, ou mais precisamente, para a concretização de um projeto autogestionário e solidário nos quais os trabalhadores (homens e mulheres) conseguissem superar as condições mínimas de subsistência e exploração existente na cultura da produção agroalimentar.

Porém a decisão pela mudança depende da consciência de sua atividade prática, como afirma Freire (1987, p. 89), porque é da sua existência histórica e da capacidade criadora de sua existência que o homem (e a mulher) transforma a sua realidade.

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que

¹⁸ A abordagem qualitativa na pesquisa é apropriada para o estudo de um fenômeno complexo, de natureza social e que não envolve questões quantitativas. Nesse contexto, Patton (1980); Grazier e Powell (1992) orientam que durante a pesquisa com abordagem qualitativa observemos elementos como: descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade; □ interações entre indivíduos, grupos e organizações. Em síntese, podemos dizer que o papel do pesquisador é interpretar a realidade (BRADLEY, 1993), buscar compreender o fenômeno a partir da realidade objetiva e confrontando-os com alguns conceitos teóricos para fundamentar os dados qualitativos.

¹⁹ O roteiro das entrevistas se encontra nos anexos. Foram elaborados dois roteiros, inicialmente, mas na medida das entrevistas foram mediadas algumas questões para atender a dialética da fala do entrevistado. Utilizamos de questões de sondagem do tipo “Por quê?”, “Importa-se de dar um exemplo?”, “Pode falar um pouco mais?”, “Qual a diferença?” no decorrer das entrevistas. A estratégia utilizada para as entrevistas, na construção do texto e a forma de aplicação, possibilitou a identificação de padrões nas falas dos entrevistados e as implicações das categorias educação e trabalho no contexto de mudanças vivenciadas por eles, convalidando as anotações e impressões da análise interpretativa das referidas mudanças nas relações de trabalho e produção na Usina Catende.

realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 1987, p. 89).

O que estamos propondo, aqui, é que olhemos para as mudanças em experiência na Usina Catende, buscando enxergar que as ressignificações de valores, atitudes e diálogos (práticas pedagógicas) a partir das categorias trabalho e educação foram e estão sendo imprescindíveis para a emancipação dos trabalhadores. Então, para descrever a construção da leitura sobre as metamorfoses na Usina, dividimos a apresentação do trabalho em quatro capítulos que se articulam no sentido de desvelar as metamorfoses do trabalho, mas, sobretudo de apresentar a construção da nossa pesquisa a partir da abordagem do método dialético.

Para atender o movimento dialético da pesquisa construímos o texto em três momentos: o primeiro momento procura, no Capítulo 1, construir uma leitura descritiva identificando o contexto histórico da *plantation*, a importância da Usina Catende, incluindo uma prévia exposição do papel dos homens e mulheres nesse contexto; o segundo momento foi construído a partir interpretação da categoria *educação* e suas implicações para as mudanças nas relações de trabalho e, respectivamente, da categoria trabalho para mostrando como as mudanças estão sendo construídas nos Capítulos 2 e 3; por último, no Capítulo 4, procuramos apresentar uma leitura crítica e construtiva para o projeto, trazendo à tona algumas discussões que fazem parte do processo de construção de um empreendimento coletivo como o do Projeto Catende Harmonia. Considerando a construção das ideias, procuramos trilhar a leitura da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina a partir do método dialético (construído no movimento de tese, antítese e síntese) para referenciar a materialidade histórica, social, econômica e educativa presente no Projeto Catende Harmonia. Nesse segmento, vejamos como ficaram definidos os capítulos:

O primeiro capítulo, O SINO BATE, O CONDUTOR APITA O APITO: IMAGEM E LEITURA DE UMA ÉPOCA, procura **identificar** os fatos históricos da Usina Catende, como ponto de partida para situar o campo de pesquisa, enfocando os aspectos históricos, econômicos e sociais da atividade produtiva agroaçucareira a partir das políticas de incentivo à produção do açúcar e do álcool, da crise no setor produtivo e dos movimentos sindicais. A caracterização de tais referenciais é importante para situar o sujeito da pesquisa, seu meio, sua atividade, seu discurso referendando as categorias educação e trabalho, que serão apresentados nos capítulos seguintes acrescido de algumas considerações subjetivas como

eixo de discussão para compreensão do que está acontecendo nas experiências do Projeto Catende Harmonia.

O segundo capítulo, SOLTA O TREM DE FERRO UM GRITO: EDUCAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO, procura **refletir** sobre a categoria *educação* e suas implicações para as metamorfoses do trabalho na Usina Catende, enfatizando o estudo das experiências com os projetos de diversificação produtiva, segurança alimentar, formação e qualificação dos trabalhadores e as práticas discursivas de educação popular voltada para o desenvolvimento sustentável local, autogestão e economia solidária. O fazer e o superar as diversidades no contexto do Projeto Catende Harmonia é uma realidade que trazem questões práticas inovadoras para os trabalhadores e trabalhadoras. Assim, a abordagem da categoria educação traz à necessidade de ressignificar a praticidade dessa categoria voltada para o trabalho a partir da autogestão e economia solidária que passa pelo processo de conscientização, reestruturação e superação, como será apresentado no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo, ADEUS! MANGUEIRAS, COQUEIROS, CAJUEIROS EM FLOR: METAMORFOSES DO TRABALHO, busca **refletir** sobre os aspectos pertinentes a categoria *trabalho* desvelando as relações entre trabalho e alienação, expondo em contraponto os caminhos da resistência e da emancipação através das mudanças no mundo do trabalho, em consonância com as práticas pedagógicas, mostrando que o impacto da reestruturação da Usina Catende, por meio da concretização da autogestão e da economia solidária, que ao provocar mudanças significativas para os trabalhadores e trabalhadoras (e para os seus familiares) foi possível construir um modelo de autogestão. E, por último, vem as considerações subjetivas sobre as implicações das mudanças na Usina Catende.

O quarto capítulo, NA BOA DA MATA HÁ FURNAS INCRÍVEIS QUE COISAS NOS FAZEM PENSAR “OS DESAFIOS DAS METAMORFOSES DO TRABALHO”, tem como objetivo é **apresentar** alguns comentários e críticas baseada nas observações durante a pesquisa de campo e da participação direta com os envolvidos no Projeto Catende Harmonia. Abstraindo dessa participação, observações positivas e negativas, numa análise crítica, como contribuição para leitura e análise de outras pesquisas.

Reconhecendo os limites da pesquisa, os quatro capítulos procuram construir uma articulação conceitual e práticas das reflexões sobre a leitura das metamorfoses do trabalho em experiência na Usina Catende, alcançando uma síntese que permitirá tecer as CONSIDERAÇÕES: DANOU-SE! SE MOVE, SE ARQUEIA, FAZ ONDA... QUE NADA! AS METAMORFOSES DA HARMONIA com possíveis pontos de convergência ou divergência com a temática da pesquisa a partir do que foi observado.

Trata-se, portanto, de destacar as mudanças socioeconômicas e as práticas educativas (pedagógicas) que estão acontecendo nas relações de trabalho e produção com a participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras a partir de uma perspectiva de leitura acadêmica.

CAPÍTULO 1

O SINO BATE, O CONDUTOR APITA O APITO: IMAGEM E LEITURA DE UMA ÉPOCA

1.1 A Usina Catende no trilho da História

A evolução dos fatos históricos e econômicos no Brasil, especificamente, no setor da produção agroaçucareira, nos leva entender o desenvolvimento da Usina Catende até a sua falência e, conseqüentemente, as condições que fomentaram a luta dos trabalhadores pela tomada da Usina e a experiência de autogestão, tendo como base as ideias da economia solidária, para resgatar o mundo do trabalho o que levou os trabalhadores a uma experiência inovadora no setor da produção sucroalcooleiro.

Traçar uma análise histórica da relação entre a classe aristocrática açucareira no nordeste, especificamente, na zona da mata sul de Pernambuco, e os trabalhadores responsáveis pela mão-de-obra exercida na monocultura da cana, é um caminho para entender como as mudanças repercutiram nas modificações no mundo do trabalho dentro da Usina (OLIVEIRA, 1981).

A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2007, p. 23).

Para Antunes (2007, p. 23) as mudanças no mundo do trabalho surgem na representação sindical e política dos trabalhadores, de forma que repercute profundamente na subjetividade do trabalhador e na sua prática que, por sua vez, contribui para as nossas reflexões e alterações nas relações de trabalho, tendo inclusive repercussões subjetivas do trabalhador em relação ao meio em que ele vive.

Nesse contexto, os fatos históricos que aconteceram na Usina Catende ao longo dos anos até o momento da condição falimentar apresentam contextos importantes para compreender os aspectos econômicos, políticos, sociais, históricos e até pedagógicos e, conseqüentemente, identificar a precarização do trabalho e, obviamente, das intensas mudanças que se materializou no que conhecemos na Usina como Projeto Catende Harmonia.

As mudanças histórico-econômicas que precederam justamente o período da falência da Usina, expuseram os antagonismos existentes em nossa sociedade, a crise social, as políticas econômicas, e o favorecimento da classe capitalista que se apropria da força de trabalho da *classe-que-vive-do-trabalho*, fatos esses que servem como subsídios para traçar a nossa linha de pesquisa, bem como a escolha e definição das categorias *trabalho* e *educação* como referencial para análise das mudanças na Usina Catende.

A categoria *classe-que-vive-do-trabalho*, já abordado por Antunes (2007), e as categorias *trabalho* e *educação*, apresentadas por Mészáros (2005; 2006) e Frigotto (2002; 2005), utilizadas para interpretar as relações de as mudanças no contexto da Usina Catende, em face à aos fatos e aos processos que nela ocorrem ao longo dos anos até a sua falência, levando a compreender como todo o processo de luta conduziu os trabalhadores a procurar uma forma de garantir a sua permanência no mundo do trabalho com mais dignidade. Um mundo vai *para além do capital* (MÉSZÁROS, 2006, p. 25.), no sentido estrito da palavra, um mundo onde homens e mulheres possam viver em solidariedade superando uma herança de relações de exploração do mundo capitalista, superando a cultura da dominação e do “fetichismo” por uma prática solidária e de valorização do ser humano.

É este olhar que nos guia num primeiro momento a leitura descritiva da história da *plantation*²⁰ da cana-de-açúcar – do banguê e engenho de fogo morto (GILBERTO FREYRE, 1989) ao advento da Usina (ANDRADE, 1989) – para então nos deter na discussão na análise filosófica das categorias *educação* e *trabalho* com as questões do mundo do trabalho.

Acreditamos que essa linha de pensamento permite compreender melhor o processo dialético que emana das formas de resistências da *classe-que-vive-do-trabalho* em oposição ao capital. Resistência que pode ser observada na reação dos trabalhadores contra as usurpações existentes nas relações de trabalho dentro da indústria agroaçuçareira em vários momentos da história da *plantation*.

A luta pela mudança no mundo do trabalho na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco é uma luta marcada pela resistência dos trabalhadores a exploração nas relações de trabalho, pela miséria, descaso, fome e indiferença dos “senhores” dono do capital. Mas,

²⁰ A designação *plantation*, conhecida também pela palavra francesa *plantage*, refere-se à forma de organização agrícola que se implantou no Nordeste no cultivo da cana-de-açúcar. baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava, atualmente substituído pela mão-de-obra paga sem, no entanto, haver mudanças nas relações de exploração do latifúndio com a aqueles que fornecem a mão-de-obra. O conceito surge ainda no sistema de Engenho no período Colonial, onde se observa o controle de uma imensa extensão de terra no poder, geralmente, de um único proprietário, e se estende até os dias de hoje nos empreendimentos capitalistas das Usinas de Açúcar e Alcool. Sobre uma leitura mais aprofundada do conceito, veja: MELO, Mário Lacerda de. O açúcar e o homem. Recife: IJNPS, 1975. (Série Estudos e Pesquisas, v. 4).

tais condições, por vezes, inumanas são consequências da atividade produtiva da monocultura da planta gramínea sacarífera²¹, que junto com a cultura do açúcar adveio os pilares da alienação nas relações da produção agroaçucareira. São relações cruéis que deixaram marcas profundas nas áreas onde se implantou e dificilmente reversíveis pelo modo como foi utilizada a mão-de-obra, desde os primeiros engenhos de moenda até a atualidade com as usinas, separando os trabalhadores em dois grandes segmentos no processo de produção: o primeiro preso a terra obrigado a servir com obediência e sem nenhuma perspectiva de melhoria de vida; e, o outro segmento, operários da fábrica, ligados ao fabrico, possuidores de algumas “regalias” devido ao domínio da técnica na produção do açúcar, também vivem um processo de estranhamento ao vender sua força de trabalho, mas regidos por alguns benefícios do mundo do trabalho.

A estrutura socioeconômica da monocultura canavieira propicia o surgimento de uma nova classe, afirma Andrade (1989, p. 14-15) da classe *semiburguesa*²² que ao explorar a força de trabalho do assalariado possibilita a criação de um ambiente favorável ao acúmulo de capital necessário para a transição do mercantilismo capitalista para a produção capitalista.

O modo de organização produtivo mercantilismo capitalista, nos primórdios da *plantation*, também propiciou o surgimento da figura do senhor de engenho na nossa cultura canavieira, carregada do poder hegemônico da estrutura socioeconômica da região e, por isso, detêm o direito de decidir e intervir na estrutura social, aliás:

...[o] senhor de engenho, no meio rural, em sua propriedade, tinha um poder de vida e de morte sobre os escravos, empregados e moradores. Colocado no ápice da pirâmide social, cercava-se de empregados portugueses, a princípio, e brasileiros depois, que exerciam funções específicas – capatazes, mestres de açúcar, destiladores de aguardente, caixeiros, funileiros, tanoeiros, capelães, etc. – que eram remunerados, e de lavradores, plantadores de cana que não dispunham de engenhos e moíam as suas canas no engenho do proprietário, de foreiros – pequenos arrendatários, localizados na periferia da propriedade – e de trabalhadores livres, cujo número foi crescendo à proporção que o tráfico africano decaiu e foi proibido, a partir de 1854 (ANDRADE, 1989, p. 12).

A organização social dessa época foi estruturada a partir do poder da aristocracia açucareira, proprietária das grandes extensões de terra, que no ápice da organização junto com os grandes comerciantes e funcionários públicos de alto escalão que dominavam a economia e

²¹ Gramínea sacarífera é o nome científico da planta cana-de-açúcar que no caule existe um alto teor de sacarose. A planta foi introduzida em 1533 nas terras brasileiras por Martin Afonso que instalou o primeiro engenho de açúcar em São Vicente. Inaugurando, assim, a base econômica da colonização e da futura ordem socioeconômica do país. Historicamente é possível verificar que em 1610 já tínhamos 400 engenhos instalados no Brasil.

²² A *semiburguesia* é a classe econômica dominante que antecede e cria as condições econômicas necessárias para o surgimento da burguesia aristocrática açucareira no Brasil. Veja: MELO, Mario Lacerda de. O açúcar e o homem. Recife: IJNPS, 1975. (Série Estudos e Pesquisas, v. 4).

a política no Brasil. Dominação que garantia o controle *econômico e ideológico* da sociedade nos primórdios da cultura agroaçucareira.

Além dos grandes proprietários de terra que atuavam na produção do açúcar e seus derivados, tínhamos também a classe média, formada por sitiantes, pequenos proprietários e prestadores de serviços, e de uma classe baixa “sem eira nem beira”, formada de pessoas pobres que sobreviviam de atividades ocasionais. Por último, havia ainda uma grande massa de escravos comercializados pelos *tumbeiros*²³, muitas vezes, trocado por fumo e aguardente, que constituíam a mão-de-obra da atividade *plantation* substituindo os índios. A substituição pelos negros africanos foi crucial no desenvolvimento da economia agroaçucareira, visto que os índios denominados pelos portugueses “negros da terra”, não se adaptaram a atividade exaustiva da monocultura do açúcar.

As formas de trabalho e produção do açúcar sofreram mudanças compassadas e lentas ao longo do tempo tendo o seu primeiro impacto com a proibição do tráfico negreiro e, depois, com a abolição da escravatura. Mas é a partir do século XIX que se observa as primeiras mudanças na produção do açúcar com a introdução de uma nova variedade de cana, a *caiana*, substituindo à *crioula* trazida inicialmente pelos portugueses no início da colonização. Com a implantação da cana *caiana* e o cruzamento das sementes surgiram outras variedades mais resistentes e um percentual de produção mais elevado, como a *imperial*, *cristalina*, *manteiga* e *flor de cuba*, aumentando a produtividade e a qualidade tornando a produção de açúcar do Brasil competitiva com relação ao açúcar produzido nas Antilhas e o açúcar de beterraba, chamado “açúcar alemão”, produzido na Europa.

Ainda neste contexto, ocorrem algumas transformações no processo de produção como o uso da cal que substitui a potassa na fabricação do açúcar e à inovação das moendas que passam a serem utilizadas na posição horizontal alcançando uma maior produtividade. As formas de barro também são substituídas por formas de madeiras e metal. Outra característica diferenciada com as mudanças no processo de produção é o uso do bagaço como combustível, exigindo modificações nas fornalhas.

A construção do primeiro engenho a vapor no Estado de Pernambuco em 1819 e o surgimento dos engenhos centrais, com uma capacidade de esmagamento e superior aos engenhos banguês, foi outro fator importando para o desenvolvimento da produção e da

²³ **Tumbeiro** é um tipo de navio de pequeno porte que fazia o tráfico de escravos, negros capturados na África, para o comércio baseado no escambo, trocavam por tecidos, jóias, metais preciosos, armas, tabaco, algodão e cachaça, na primeira fase da colonização do Brasil, e por dinheiro, na segunda fase. Os traficantes de escravos também eram conhecidos por *tumberiso*. Trazidos da África em péssimas condições e amontoados nos porões dos navios, os negros, morriam mais da metade antes de chegar ao seu destino sendo largados ao mar. Tumbeiro vem da palavra tumba.

economia no país. Os engenhos centrais começam a se espalhar pela zona da mata da região Nordeste e em alguns pontos da região sudeste. O engenho a vapor, na análise de Melo (1975), historicamente antecede o surgimento das usinas implantadas em Pernambuco, entre o período de 1874 e 1884, que tem como objetivo fortalecer a produção do açúcar na região. Nesse período os proprietários do grupo açucareiro se unem em grupo para a construção das primeiras usinas, levando grande parte dos engenhos centrais a se incorporarem, transformando-se em usinas como estratégia de manter as terras nas mãos da aristocracia açucareira.

A Usina Catende surge no contexto histórico e econômico de 1890, construída a margem do Rio Pirangy, a partir do antigo Engenho Milagre da Conceição fundado no ano de 1829, pelo inglês Carlos Sinden e seu sogro Felipe Paes de Oliveira com o nome Usina Correia da Silva, em homenagem ao vice-governador de Pernambuco. Mas, é no ano de 1892 que de fato ela passa a ser chamada definitivamente de Usina Catende, anterior a fundação do Município de Catende que é de 1928.



Fonte: www.pernambuco.gov.br

No ano de 1907 a Usina é adquirida pela firma Mendes e Lima & Cia, como pagamento de dívidas hipotecárias, após ter passada nas mãos de vários credores, inclusive o Banco de Pernambuco. Os novos proprietários da firma investiram na Usina aumentando sua capacidade de moagem de 200 para 1000 toneladas diárias, chegando em 1914 à produção de 130.000 toneladas de açúcar e 20 pipas de álcool, além da construção de 125 quilômetros de estrada de ferro construídas para facilitar o escoamento do corte da cana (ANDRADE, 1989, p. 64).

Após a revitalização da a firma Mendes e Lima & Cia repassa para a firma Costa, Oliveira & Cia. Nas mãos dos novos empresários no ano de 1922 a Usina Catende muda sua razão social para Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro - Usina Nossa Senhora de Fátima.



Fotografia da **Usina Catende** 1927
Fonte: Acervo da Cooperativa Harmonia-Catende

Mas, em meados da década de 1927, com a saída dos demais sócios da firma Costa, Oliveira & Cia, a Usina passa para as mãos do coronel Antônio Ferreira da Costa Azevedo, conhecido pelo pseudônimo de *Seu Tenente*.

A civilização brasileira do açúcar, que tem seu maior foco de produção na região de Pernambuco, dependia de uma figura que representasse a hegemonia da aristocracia açucareira da sociedade brasileira, especialmente no Nordeste. Surge no contexto da produção agroaçucareira a imagem do usineiro, como é o caso do *Seu Tenente*, se apresentando no contexto histórico da *plantation* como uma reinvenção da figura patriarcal, evidenciada no ápice da classe *semiburguesa* mercantilista, ocupando o lugar que era antes dominado pela figura senhor de engenho. Ambas as figuras de um objetivo comum que é manter a estratificação social e econômica do latifúndio agrícola.

Ao assumir a Usina, *Seu Tenente*, revolucionou o sistema de produção do setor agroaçucareira (ANDRADE, 1989), inovando as técnicas administrativas e agrícolas da Usina, e, num período curto de 6 anos, passa ser a maior produtora de açúcar no Estado de Pernambuco, tornando-se um modelo de gestão de produtividade e lucro do setor produtivo.

Os investimentos aplicados na Usina Catende, pelo *Seu Tenente*, a partir de 1929, compreenderam o aumento na produção e capacidade de esmagamento da cana; a extensão da

via férrea de 125 quilômetros para 140 quilômetros; com 11 locomotivas e 266 vagões; aquisição de novas terras passando a possuir 43 propriedades agrícolas todas com plantio de cana. A estrada de ferro era administrada pela firma *Great Western* que era responsável pelo escoamento da produção da usina para a capital de Pernambuco.

As mudanças podem ser observadas com as diferenças nos índices de produção da Usina Catende que entre os anos de 1908 e 1927 sua produção alcançou 24.000 sacas de açúcar e nos anos de 1933/34 a sua produção supera o recorde de 304.002 sacas, tornando-se um referencial na produção do açúcar, como é possível verificar os índices de produção descrito do Quadro nº 1 (ANDRADE, 1989, p. 51 e 73).

Quadro 1: Usinas de Pernambuco 1933/34
10 do Ranking Produtivo do Setor Agroaçucaireiro

USINAS	NOME DO PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO (Sacos de 60Kg)
Catende	Usina Catende S.A.	304.002
Santa Terezinha	Usina Santa Terezinha S.A.	228.379
Barreiros	Estácio de A. Coimbra	183.194
Tiúma	Cia. Usina Tiúma	158.308
União e Indústria	Cia. Agrícola e Ind. PE	124.803
Cucaú	Cia. Geral Melhoramentos em PE	120.136
Massauassu	J.H. Carneiro da Cunha	104.880
Caxangá	Cia. Agrícola Ind. Usina Caxangá	92.225
Aliança	Pessoa de Mello & Cia.	88.736
Bom Jesus	João Lopes Siqueira Santos	81.972
		1.486.635

Fonte: ANDRADE, 1989, p. 73. (IAA: Anuário Açucareiro, 1938).

Além das inovações tecnológicas aplicada no plantio e beneficiamento da cana de açúcar, podemos citar outros fatores importantes que contribuíram de forma incisiva para o aumento da produtividade como por exemplo os incentivos econômicos e favorecimentos políticos do Governo Federal para o setor produtivo que a partir de 1930 se intensifica com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado na década de 1930, auxiliando os empresários do setor produtivo.

Com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool os usineiros contaram com os incentivos das políticas de intervenção por parte da instituição nos sistemas de preço e nos mercados de estoques, apesar de crises econômicas consecutivas do setor agroaçucaireira nas décadas de 1970 e 1980 entrando em colapso econômico na década de 1990.

A etapa de fabricação do açúcar e seus derivados funcionaram sob os rigores do regime de *urgência*, funcionando 24 horas ou mais horas ininterruptos de trabalho para

manter o *moto-perpétuo*, ou como diz Lopes (1978) “vapor do diabo”, funcionando com as caldeiras na temperatura ideal para o cozimento. Dessa forma, a usina tinha capacidade para processar 1.500 toneladas de cana e fabricar 4.000 litros de álcool num período de 22 horas dependendo da demanda da matéria prima. Conforme anuário do IAA em 1938 a Usina Catende chegou a produzir 18 mil toneladas de açúcar.

O sistema de produção da usina é distribuído em dois turnos de mão-de-obra correspondente a 12 horas, ou dois “quarto de mudas”, para cada grupo de operários. Chegando a trabalhar no período da moagem, da Usina Catende, cerca de 700 operários, além dos trabalhadores especializados da produção, dos funcionários administrativos, serviços gerais, ajudantes, trabalhadores sazonais, moradores dos engenhos e cortadores de cana das mediações, podendo chegar durante a safra a 4.000 trabalhadores envolvidos diretamente na colheita, produção, transporte e distribuição.



Fotografia da **Hidroelétrica da Usina Catende** 2007
Fonte: Acervo de pesquisa (foto 1006, Out/2007)

Na da estrutura criada pelo *Seu Tenente* para a época que estava à frente da Usina foi construído uma vila com 200 casas, uma caixa de beneficência e uma escola com frequência média anual de 50 alunos, conforme dados do IJNPS, vários açudes, barragens e canais para irrigação da *plantation*.

Quando Antônio Ferreira da Costa Azevedo (*Seu Tenente*) morreu, em 1950, deixou a Usina Catende com uma destilaria de álcool anidro funcionando (*a primeiro da região e do Brasil*); a capacidade de produção de 1 milhão de sacos de açúcar safra; 165 quilômetros de via férrea; uma hidrelétrica com condições de gerar energia com demanda de até 4,4 MW, sendo importante destacar que era a única do nordeste a ter uma hidroelétrica para gerar grande parte da energia responsável pela produção, na imagem a acima podemos observar a

estrutura das comportas que movimenta as turbinas para produzir energia, ainda em funcionamento; vários casarões (chalés) que remontam a fundação da Usina em ótimo estado de conservação; 36 mil hectares de terras distribuídos pela região; e, 82 engenhos de cana espalhados pelos municípios de Catende, Palmares, Xexéu, Jaqueira e Água Preta .

Após a morte do *Seu Tenente*, em 1950, o filho mais velho, João Azevedo assume o controle da Usina adquirindo novas terras e equipamentos, aumentando a sua capacidade de produção. Em 1966/67 a Usina Catende adquire a Usina Pirangy-Assu e seus 10 engenhos aumentando a sua capacidade de plantio e moagem. A Usina Pirangy-Assu, situada no Engenho Pirangy, foi desativada após a sua aquisição e o maquinário incorporado a Usina Catende. Ainda hoje é possível observar a estrutura do prédio onde ficava os maquinários da Usina no engenho Pirangy-assu.



Fotografia das **ruínas da Usina Pirangy-assu** 2007

Engenho Pirangy

Fonte: Acervo de pesquisa (foto 769, out/2007)

Em 1973 a Usina Catende foi vendida a um grupo de empresários do ramo agroaçucareiro formado por Rui Carneiro da Cunha (co-proprietário da Usina Massauassu), Alfredo Maurício de Lima Fernandes e Mário Pinto Campos. Alguns anos depois outro empresário, Inaldo Pereira Guerra, comerciante de açúcar no Recife e criador de gado em Gravatá, adquire a parte de Mário Pinto Campos da sociedade da Usina Catende.

Os novos empresários da Usina Catende pegaram empréstimos vultosos junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, graças às benesses dos mecanismos de financiamento do governo da época que não estipulavam limites. Nessa fase inicial, os novos proprietários fizeram algumas mudanças na infraestrutura produtiva, removendo grande parte da via férrea para vender os trilhos e se capitalizar, as barragens foram destruídas para se plantar cana no

leito dos açudes, os canais de irrigação foram totalmente destruídos ou aterrados dando lugar às curvas de nível para estradas vicinais para transitar os caminhões adquiridos com financiamento do Governo Federal através da primeira fase do Proálcool.

1.2 A *plantation* e o trabalhador

A organização social e econômica que estabelece a indústria agroaçucareira no Brasil, na análise de Melo (1975), favorece o processo de proletarianização criando efeitos singulares baseada na produção vertical, dando origem a civilização do açúcar, isto é, toda uma aglomeração de pessoas que vivem e dependem unicamente da atividade açucareira, que permanece até os dias de hoje.

A estrutura social erguida da civilização do açúcar economicamente beneficia apenas aos capitalistas da atividade canavieira, já nomeados anteriormente como usineiros. Que, aliás, a organização da classe burguesa do açúcar teve duas fases distintas na história do açúcar no Brasil, segundo Melo (1975): a primeira que nasce senhor de engenho e a segunda que é a dos usineiros que domina até os nossos dias a produção do açúcar. Seja na figura de um usineiro ou de companhias gerenciadas em nome de acionistas representam uma atividade econômica fundamentada na grande propriedade fundiária e na exploração direta do trabalhador do campo, centrados inicialmente nas zonas rurais canavieiras, moradores das usinas, e de características servil, dos trabalhadores assalariados residentes nas cidades que surgem às margens das usinas e dos trabalhadores sazonais, chamados comumente de curumba, catingueiro e curau.

Os usineiros herdaram dos antigos senhores de engenho os instrumentos de poder político no Nordeste, aliados a interesses dos governos estaduais e municipais, mantendo viva a cultura da civilização do açúcar seguida da manutenção das distorções sociais e a divisão de classe, dando origem aos conflitos por terra e a formação do campesinato e dos sindicatos rurais. Consequência das relações de poder dos usineiros na região Nordeste que se mantêm através da acumulação extensiva de terras e capital sustentada no tripé “terra barata, mão-de-obra barata e abundante, e rotina” (EISENBERG, 1977).

Podemos perceber, historicamente, que a estrutura criada para a manutenção da *plantation* ou civilização do açúcar se desenvolveu através da grande propriedade e da exploração do trabalhador que se mantém até o presente na região nordeste se estendendo ao sudeste, compreendendo o ciclo da produção do açúcar e do álcool. No Nordeste, especificamente, no Estado de Pernambuco já teve mais de 100 usinas em funcionamento representando um

poder econômico forte na região e no Brasil. Mas, no início da década de 1990 existiam apenas 38, algumas, inclusive, encontravam-se paralisadas, desativas ou em processo de falência, como foi o caso da Usina Catende no ano de 1993, resultado de dívidas acumuladas por empréstimos vultuosos realizados pelos usineiros seguidas dos efeitos da política neoliberal pregada pelo Governo Federal no início das décadas de 90 que afetaram o setor produtivo do açúcar e do álcool.

Entretanto, a crise no setor da agroindústria canavieira é bem mais antiga, pois é possível constatar que já em 1920 surgem os primeiros conflitos internos entre usineiros, senhores de engenhos, fornecedores e comerciantes (incluindo as indústrias de refinamento do açúcar) das regiões nordeste e sudeste pelo controle do comércio e produção do açúcar no Brasil, havendo muitas vezes, intervenções políticas com o propósito de controlar os impactos econômicos nas regiões onde estão situadas as usinas, além da necessidade de estabilizar os possíveis efeitos negativos na distribuição do Produto Interno Bruto (PIB). Outro aspecto a ser considerado e que provocou a discórdia entre os “produtores” foram os resquícios da crise econômica da grande depressão, refletindo nos preços que caíram vertiginosamente no valor da saca de açúcar, causando o alvoroço pelo controle do mercado entre os usineiros, tendo que cobrir os compromissos adquiridos na produção e ao tempo manter a usina, entregavam o estoque produzido abaixo do preço.

A crise econômica no setor da produção do açúcar vai além das questões regionais e atinge a balança interna bruta do país, piorando ainda mais com a recessão de 1929, afirma Szmercsányi (1979), deixando claro que a crise do açúcar não poderia ser resolvida pelos próprios produtores, porque existiam interesses conflitantes entre os produtores das regiões nordeste e sudeste.

Diante das repercussões no setor produtivo e do conflito de interesses e os produtores e fornecedores, os próprios usineiros e senhores de engenhos solicitaram que o Estado mediasse o conflito existente no setor criando dispositivos de controle da produção e do preço para o mercado interno e exportação. Assim, a produção do açúcar e de seus derivados estabelecem uma nova fase para o setor produtivo com a instituição de dispositivos legais regulado pelo Estado de 1931 até 1990, tornando-se ápice na produção do açúcar e de seus derivados. Mas no início das décadas de 90, com a política econômica neoliberal, implantada pelo Governo Collor, inicia-se uma crise no setor com a desregulamentação e controle sobre o preço do açúcar e do álcool, deixando o mercado definir o fluxo de oferta e procura, criando um desequilíbrio nos preços, levando muitas usinas a falência, como veremos nas leituras seguintes.

Para Szmercsányi (1979) a criação do IAA, no ano de 1933, com o objetivo de regular a produção do setor agroaçucareiro no mercado interno e na exportação, acompanhado de incentivos fiscais e da facilitação de empréstimos praticados pelo órgão de controle governamental para os usineiros, deixa claro a importância do setor produtivo para o país. Por outro lado, os empréstimos praticados pelos usineiros criaram aos poucos uma dívida vultuosa para o setor, junto com as altas taxas de juros, enfraquecendo o poder econômico do setor que, por sua vez, teve efeitos sociais e econômicos profundos para a sociedade.

O decreto de criação do IAA não deixa dúvidas sobre os principais objetivos que presidiram a sua criação:

- a) Assegurar o equilíbrio do mercado interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de matéria-prima, a determinar o fabrico do álcool;
- b) fomentar a fabricação de álcool anidro mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou **auxiliando as cooperativas e sindicatos de usineiros** que para tal fim se organizarem, **ou os usineiros individualmente**, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais (SZMERCSÁNYI, 1979, p. 180).

A “velha” plantation, erguida na cultura da casa grande e senzala, resiste nas formas de contratos da mão-de-obra dos trabalhadores no período da safra e nos arranjos práticos que a própria condição do trabalho permite, explorando a força do trabalhador em escalas cansativas de trabalho, para manter “o vapor do diabo” (LOPES, 1978) funcionando ininterruptamente até o último feixe de cana existente no campo. Essa é a forma que os usineiros utilizam para manter atividade produtiva canavieira sendo necessário um número grande de trabalhadores distribuídos em setores da produção (plantio, limpa, colheita, transporte, entre outros) e manutenção dos equipamentos, envolvendo a usina propriamente dita, estrutura onde se encontra a maquinaria responsável pelo beneficiamento da cana, e campo, observando que todo esse processo acontece no período da entressafra.

A princípio não existe uma preocupação de criar um ambiente saudável para os trabalhadores da cana, nem por parte dos senhores de engenho e usineiros e nem tão pouco pelo Estado que está mais preocupado em estabelecer acordos com as cooperativas e sindicatos de usineiros, ou usineiros individualmente, através de órgãos governamentais e políticas econômicas como os programas de incentivo à produção do álcool. Mas não podemos deixar de citar algumas mudanças consideradas no Governo Lula com apoio as famílias agriculturas através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), procurando diminuir as disparidades sociais e econômicas nas áreas de produção rural onde se encontravam famílias vivendo unicamente da produção agrícola.

Mas o que é ser trabalhador da Usina Catende, considerando o período que antecede a falência e após a sua condição falimentar, e o que muda nas relações de trabalho?

A Usina Catende chega a contratar no período alto da safra mais de 2.000 mil trabalhadores, somando campo e fabrica, sem incluir os moradores dos 48 engenhos que compõem mais de 3.000 mil famílias. Todavia, a maior parte de mão-de-obra utilizada na *plantation* é dos próprios moradores dos engenhos. Já na entressafra a Usina absorve parte dos trabalhadores moradores dos engenhos, deixando a outra parte de moradores ociosos até a próxima safra. A entressafra se constituía, antes das mudanças no controle e produção da Usina quando era controlado pelos usineiros, em um momento difícil para os trabalhadores que residem nas terras da Usina, porque eles não tinham trabalho e não podem plantar ou criar para comer, vivendo unicamente do pouco que tinha, como explica Lubenildo Paz²⁴:

Na época dos donos, como era uma empresa patronal, não havia regalias, os trabalhadores [moradores dos engenhos] não tinham liberdade de plantar, [...] antigamente, era proibido pelos donos. Agente houve de alguns ex e atuais seguranças da usina que ninguém podia plantar ou criar, pois esses seguranças tinham a função de ir até as residências e aos engenhos, nas casas, até se possível matar o que eles [os trabalhadores] estivessem criando e arrancar o que eles tivessem plantando, porque a terra era só para o plantio de cana e nada mais.

A fala de Lubenildo Paz deixa bastante claro como a organização produtiva do setor da agroindústria canavieira se constrói na base do poder dos *senhores de engenhos* e dos usineiros, na exploração direta dos trabalhadores envolvidos tanto na fábrica como nas zonas rurais responsáveis pelo plantio da cana.

Assim, a atividade produtiva do açúcar, em seus vários estágios de produção, leva o trabalhador a um processo de negação do trabalho na medida em que ele vende para o usineiro, dono dos maquinários, terra e do dinheiro, a sua força de trabalho como instrumento da manutenção da *plantation* ao fabrico do açúcar. Para Oliveira (1993) a economia “açucareira” exige elementos de reposição e manutenção do sistema de produção que está ligado diretamente com a geração de valor que se identifica com o caráter capitalista.

...a forma de divisão o social do trabalho, concretizada em certa forma de divisão técnica, presente na produção do açúcar, não poderia nunca sustentar-se num extrativismo nem num primitivismo de reprodução do tipo da economia camponesa. A produção do açúcar exigia investimentos, inversão e reinversão de capital, aumento de produtividade, enfim uma forma de reposição dos pressupostos da

²⁴ Lubenildo Paz. Filho de trabalhador e operário da usina, membro da diretoria da APUAMA. Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h18min13sec.) de nº 01102007.

produção, que continha em si mesma a circularidade própria de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1993, p. 60).

A economia da civilização açucareira se baseia na inegável profundidade da dominação que está submetida à classe-que-vive-do-trabalho, no caso os trabalhadores da usina e os trabalhadores do campo que são os menos beneficiados, se manifestando nas relações pertinentes ao processo de produção nas suas diversas etapas de beneficiamento da cana. E, conseqüentemente, essa manifestação se dá na própria reinterpretação que os trabalhadores fazem das relações de produção e das categorias que são impostas a eles na esfera da produção, associada a uma cultura de exploração dos trabalhadores que conduzem a uma condição sub humana, caracterizada pelas relações de produção da *plantation* que explora o máximo a força do trabalhador e divide a o processo produtiva entre a fábrica e o campo.

A circularidade da produção capitalista nas usinas é edificada nas relações de “exploração” e “dominação” sobre o trabalhador do campo impostas pelas longas jornadas de trabalho vigiadas pelos administradores dos engenhos, apontadores e contratantes que, ao longo do dia de trabalho, tem a obrigação de cumprir cotas de produção (colheita). Tais formas de comportamento que persiste na esfera da produção agroaçucareira, como são observadas na leitura da obra Melo (1975), é uma expressão da herança cultural presente nas relações entre o dono da terra e os trabalhadores dos engenhos e dos antigos banguês; das relações de produção e exploração da mão-de-obra escrava que antecede ao trabalho assalariado, ou seja, do morador fichado, entre outras formas de exploração herdadas da aristocracia açucareira decorrente do período colonial que até hoje persiste no modelo de produção açucareira das usinas, hoje expressa na figura mandatária do usineiro.

A organização administrativa e econômica implantada pelas usinas, segundo Melo (1975), traz repercussões consideráveis e positivas para a esfera de produção agroindustrial do açúcar no final do século XIX, através dos processos inovadores de produção; da quantidade elevada de açúcar produzido e do tamanho que ocupava o complexo industrial da usina substituindo os banguês.

Muito maiores repercussões que a trazida pela abolição do regime servil na estrutura econômica e social das áreas canavieiras do Nordeste foram as acarretadas pelos progressos tecnológicos que se foram introduzindo no processo produtivo industrial a partir do último quartel do século XIX. Recordemos que esses progressos possuíam uma tríplice manifestação. Referiam-se (i) à qualidade do açúcar, com o surgimento dos tipos centrifugados, (ii) à produtividade industrial, com maior percentagem de extração do açúcar contido na cana, e (iii) ao tamanho das unidades industriais, com fábricas de capacidade dezenas de vezes maior do que os antigos engenhos ou banguês (MELO, 1975, p. 40).

O novo modelo de organização adota na formação das usinas, baseado na apropriação das terras produtivas e ampliando o plantio da cana por toda a região, inclusive reprimindo outras formas de culturas agrícolas, explica Andrade (1989), também venho acompanhado de repercussões negativa, especialmente para as famílias do campo que tinha na terra a subsistência, levando os trabalhadores rurais a se organizarem em Ligas Camponesas e em Sindicatos Rurais com o propósito de fortalecer a luta pelo direito a terra o que criou muitos conflitos de interesses com os usineiros na região da zona da mata de Pernambuco.

A nova forma de exploração do trabalho sob a perspectiva do capital intensificou a exploração do trabalhador permeado pela fragmentação da *classe-que-vive-do-trabalho*, seja no âmbito subjetivo ou objetivo, procurando limitar a atividade do trabalhador a produção, isto é, a condição física que desprende de seus músculos para manipular a matéria-prima no processo de produção tornando-o dependente do dono do capital para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

O advento das usinas e a substituição das velhas e pequenas unidades fabris do açúcar, conhecidas por banguês, processou-se de forma lenta devido a fatores tecnológicos e políticos, mas a nova forma de produção do açúcar implantado pela usina apresentou características singulares de acordo com as dimensões de produção para as zonas agrícolas canavieiras que lhes são tributárias ou fornecedoras da matéria-prima. O espaço produtivo do açúcar pode ser estendido por mais de um município ultrapassando a dimensão geográfica do plantio, como é o caso da Usina Catende que abrange cinco municípios, exigindo um número considerado de trabalhadores para garantir o funcionamento da Usina.

Nesse contexto geográfico produtivo ocorre o fenômeno da proletarização rural criando três grandes categorias de trabalhadores: o operário de fábrica; o trabalhador rural morador; e, o trabalhador assalariado (sazonal) que é contratado apenas no período da safra.

O operário de fábrica está ligado diretamente ao processo de produção exigindo um conhecimento técnico para trabalhar diretamente na produção do açúcar devido a especificidades dos equipamentos, cumprindo jornada de trabalho dividido em dois turnos sendo um de meio-dia à meia-noite e outro turno de meia-noite ao meio-dia no período da safra (moagem), diminuindo apenas no período da entressafra quando a usina é desmontada para reparos, ocorrendo várias demissões já que não apresenta a necessidade de alguns profissionais no período da entressafra. A forma sazonal de contratação de trabalho afeta a economia dos municípios em torno da Usina, especialmente no período da entressafra, reduzindo a circulação de dinheiro no comércio e na indústria local e, conseqüentemente, a

arrecadação tributária fomentando por períodos a estagnação econômica na região, o que vai favorecendo o aumento no índice de pobreza.

A longa jornada de trabalho implantada nas usinas é uma característica singular da atividade sazonal da produção do açúcar que depende de vários fatores, por exemplo: pluviosidade, solo, adubação, período de plantio, corte e preço da saca de açúcar no mercado.

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos: um físico e outro histórico social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, ou seja, para manter-se e reproduzir-se, a classe operário precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor desses meios de subsistência indispensáveis constitui, portanto, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outro lado, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador (MARX, 2004, p. 115).

Os técnicos responsáveis pela manutenção dos maquinários trabalham ininterruptamente para manter a usina funcionando, abaixo podemos observar alguns operários realizando manutenção. Dessa forma, o caráter sazonal da produção do açúcar força os operários a se adequarem aos limites máximos da jornada de trabalho existente na produção do açúcar e seus derivados.



Fotografia da Usina Catende 2007
Operários trabalhando na manutenção na entressafra
Fonte: Acervo de pesquisa (foto 518, set/2007)

Essa relação de exploração é característica do processo de reprodução do capital em seu conjunto – processo que expõe a subordinação *real* da força de trabalho ao capital dentro do sistema de produção capitalista que se manifesta na mais-valia – é um processo que se exterioriza nas formas de dinheiro, produção e mercadoria, que na leitura dos conceitos de

Marx (1983), constituindo-se num movimento que leva o trabalhador a *alienação*²⁵ e a expropriação da sua força de trabalho para o aumento da produção e do lucro do capitalista.

A organização da produção do açúcar nos moldes da grande indústria agroaçucareira, estruturada nas escalas de trabalho, não só possibilita a extensão das jornadas de trabalho como envolve um número elevado de trabalhadores, tanto na fábrica como no campo. O formato de organização das escalas de trabalho também influencia no processo produtivo, porque entre o corte e a colheita da cana na área de plantio até a usina, dependendo da período para o beneficiamento, vai afetar o teor de sacarose e, conseqüentemente, a qualidade e quantidade a ser produzida.

O sistema de produção das usinas se caracteriza, dessa forma, por sua singularidade dentro da atividade agroaçucareira, com relação ao operário, considerando que ao entrar na seção de fabricação o operário encontra prontas as condições objetivas do trabalho, materializadas na estrutura gigantesca da usina, personificada no capitalista ou na administração, tornando-se algo estranho e alheio ao trabalhador.

O trabalhador assalariado morador, diferente do operário da fábrica, reside nas próprias terras da usina, quando era permitido pelo administrador, complementava a renda com pequena lavoura de subsistência. Entretanto, era rara a exceção do uso de terras dentro do sistema da *plantation* que não fosse exclusivamente para o cultivo da cana, sendo expressamente proibido a criação de animais ou cultivo diversificado para atender as necessidades pessoais do trabalhador. O contexto dos trabalhadores assalariados residentes, na análise de Melo (1975), mostra um pouco das condições que eles viviam na propriedade das usinas.

Os trabalhadores assalariados residentes nos engenhos habitam moradias ora isoladas ora dispostas em arruamentos à semelhança das antigas senzalas. A ausência de áreas privadas de pequenas lavouras indica a não existência de vínculos com a terra através de pequena agricultura e, em consequência, que o salário constitui a base única do seu sustento (MELO, 1975, p. 107).

Os trabalhadores residentes dispostos nas propriedades das usinas têm atividades definidas tanto no período da safra como na entressafra. Responsáveis, em grande parte, pelo plantio e limpa. Eles recebem pela atividade de trabalho sob o *olhar panóptico*²⁶ do

²⁵ Sobre o conceito de alienação e trabalho trataremos no Capítulo 3 onde procuraremos fazer uma leitura conceitual a partir dos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844” de Marx com o objetivo de situarmos filosoficamente a metamorfoses do trabalho decorrente na Usina Catende.

²⁶ Olhar panóptico, dentro dessa estrutura de controle, apresenta “um princípio de conjunto” que inaugura as formas de poder mais sofisticado e mais sutil que dispensa a necessidade de uma estrutura arquitetônica empregada na produção do açúcar no período da escravatura. A partir desse entendimento é possível afirmar que

administrador do engenho, dos capatazes e apontadores da usina, encarregados de fazer cumprir os horários se atividades definidas pelos usineiros.

A outra categoria de trabalhadores que encontramos na atividade canavieira é o trabalhador assalariado sazonal oriundos da própria região e de locais mais afastados dos municípios sedes das usinas e, por vezes, de outros Estados, conhecidos na região por curumba, catingueiro e curau. São trabalhadores que, por condições adversas, vão para outras localidades procurando trabalho para garantir a sua sobrevivência. Esse processo de deslocamento causa o êxodo rural em algumas regiões do nordeste. Abaixo observamos alguns trabalhadores fazendo o trabalho de corte da cana após a queimada no Engenho Lajedo, na Usina Catende, localizada na ZPA 5, observando que os trabalhadores sazonais tem um papel importante no processo produtivo do açúcar pelo custo baixo da mão-de-obra e pela temporalidade o que favorece o empregador em relação as leis trabalhistas, garantindo a manutenção das relações de exploração no mundo do trabalho.



Fotografia Usina Catende – Engenho Lajedo 2007
Trabalhador fazendo a limpa para plantio de mudas
Fonte: Acervo de pesquisa (foto 928, out/2007)

Essa exterioridade do trabalhador do campo apresenta-se como um processo de controle contínuo, executado por uma cadeia de segmentos, combinadas umas às outras e funcionando ao mesmo tempo sobre a matéria-prima, de tal forma que o “vapor do diabo” (LOPES, 1978), não pare de funcionar na transição do campo para o fabrico do açúcar. É um

o sistema de controle utilizado para controlar os trabalhadores na produção agroaçucareira é um advento da nova anatomia do poder que, na sua estrutura multissegmentar, nasce com as relações complexas da *sociedade do açúcar* através de formas subliminares do controle social, como por exemplo: as longas jornadas de trabalho e os baixos salários subjetivando os trabalhadores a uma condição de miséria e subsistência.

processo árduo no qual o trabalhador transforma sua força de trabalho no precioso açúcar e seus derivados.

O trabalhador assalariado residente nos vilarejos dos engenhos, como *classe-que-vive-do-trabalho*, ganha uma nova conotação histórica no campo com o surgimento da Liga Camponesa no final das décadas de 1950. A Liga Camponesa desempenha um papel importante frente a luta pelos direitos trabalhistas e pela manutenção do homem a terra e junto com o movimento são criado os Sindicatos de trabalhadores rurais.

O apoio das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais levam os trabalhadores do campo a se organizarem para enfrentar o grande latifundiário do açúcar, reivindicando seus direitos, negadas anos e mais anos pelos senhores de engenhos e depois pelos usineiros, herdeiros da cultura que surgiu às margens da casa grande e senzala (FREYRE, 1989). Inclusive os representante das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais tiveram um papel crucial no período que antecede a falência da Usina Catende na luta pela pagamento dos salários atrasados e pela representação jurídica do coletivo junto a justiça pelo não fechamento da Usina e, posteriormente, na luta pela sua manutenção, através da participação direta e indireta no Projeto Harmonia.

A propósito o fenômeno de mudanças nas relações de trabalho em discussão na Usina Catende é um marco conceitual e prático, tido como fato singular e único dentro do setor produtivo da agroindústria canavieira, apresentando alterações no modelo de organização, controle e gestão de produção, contrariando a hegemonia dos usineiros, a propriedade privada e ao controle vertical de produção existente nas usinas edificada na cultura do agroaçucareira.

CAPÍTULO 2

SOLTA O TREM DE FERRO UM GRITO: DESAFIOS PARA AUTOGESTÃO

2.1 Educação e trabalho

É inquietante a discussão sobre educação e trabalho, por isso o tema da pesquisa “USINA CATENDE: Solta o trem de ferro um grito: as metamorfoses do trabalho”, procura apresentar a partir da **reflexão** das categorias *educação* e *trabalho* o que está ocorrendo na transição entre o antigo e o novo processo de reorganização do mundo do trabalho, referenciada na autogestão e na economia solidária, bem como nas práticas educacionais, observando a importância da leitura histórica da Usina Catende situando a sua importância e complexidade para o mundo do trabalho. Apresentando, a partir dessa reflexão, os desafios para a emancipação política e econômica que os sujeitos do processo vivenciaram para construir o modelo de autogestão e economia solidária dentro da Usina Catende.

As discussões apresentadas da pesquisa têm como objetivo tratar as relações entre educação e trabalho dentro das transformações advindas, especificamente, após a falência da Usina Catende, cujas mudanças trazem valiosas contribuições para o plano social e histórico do mundo do trabalho, na região que compreende a atividade agroaçucareira, a partir da construção da autogestão e da prática econômica solidária²⁷, em experiência na Usina Catende.

A autogestão representa para os trabalhadores de Catende uma mudança social, econômica, política e técnica significativa, que vai além da reorganização no mundo do trabalho levando os sujeitos do processo para o exercício da prática democrática, ação coletiva sendo responsáveis por tomadas de decisões administrativas da Usina.

Ao anunciar o postulado dessas mudanças é importante sublinhar três pontos essenciais para a construção do coletivo Projeto Catende Harmonia.

O primeiro ponto é que os trabalhadores enfrentaram o poder dos usineiros para garantir seus direitos trabalhistas e previdenciários, representando a expressão da luta dos trabalhadores que culminou na substituição do poder e controle dos usineiros, isto é, na quebra da hegemonia da classe burguesa ruralista do açúcar substituída pelo controle dos

²⁷ A partir das práticas pedagógicas, desenvolvidas com os trabalhadores e trabalhadoras (incluindo os familiares) da Usina Catende, é possível observar a relação dialética entre a categoria educação e trabalho, essa última será abordada de forma mais sistemática no capítulo seguinte.

trabalhadores, especificamente na Usina Catende. A luta pela superação da alienação do trabalho, da divisão vertical do trabalho e da propriedade privada estava presente no ideário da luta de classe, apesar de permanecer valores e práticas inerentes a prática vertical de poder da administração anterior.

A coexistência na prática da propriedade privada, por exemplo, ainda é uma prática comum no espaço de reorganização dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina. Alguns trabalhadores que conseguiram sair da condição de explorado passam a ser exploradores, alimentando as relações imbricadas da alienação do trabalho. Enquanto coexistir a propriedade privada no espaço de luta dos trabalhadores da Usina ainda é motivo para que a alienação seja um modo presente no cotidiano das atividades produtivas dentro do coletivo.

As práticas pedagógicas, dos programas e ações desenvolvidas para o coletivo, são instrumentos importantes das mediações entre o velho e o novo na usina, provocando nos trabalhadores um olhar crítico e participativo nas intempéries das mudanças que estão acontecendo nas engrenagens do mundo do trabalho,, contribuindo nas mediações constitutivas dos diálogos entre os sujeitos para a superação das relações de alienação, através de reivindicações de melhores condições, de segurança alimentar e espaços coletivos de diálogos para debater as questões administrativas e produtivas da Usina Catende.

Um exemplo das intempéries é a dinâmica da gestão coletiva e participativa que defende uma relação sem distinção ou privilégio através das representações nas assembleias coletivas ou através dos representantes das associações dos engenhos, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, representante dos operários e equipe administrativa da Usina²⁸ presente nas reuniões administrativas que vinha sendo exercitados com os trabalhadores desde a formatação da administração judicial da Usina, tendo presente os representantes dos STRs e das associações dos engenhos da massa falida, procurando estabelecer uma diretriz democrática e participativa na gestão do empreendimento.

A nova forma de *olhar* e participação do processo trazem inquietações pessoais para muitos trabalhadores, devido ao desconhecimento *teórico* e o significado dessa *práxis* para a vida dos trabalhadores, para sua emancipação, que até então estavam *acostumados* (alienados) pela cultura da dominação e opressão, apesar de existir na região dos *engenhos* de Pernambuco greves e reivindicações trabalhistas, segundo Sigaud (1980), que marca

²⁸ A administração da Usina vem sendo compartilhada com os trabalhadores desde a formatação da administração judicial, com a participação dos cinco sindicatos dos trabalhadores rurais, isto é, dos municípios de Palmares, Jaqueira, Xexéu, Água Preta e Catende, além dos representantes dos operários e das associações dos 48 engenhos.

significativamente a identidade dos movimentos sociais no campo, especificamente diante da atividade da *plantation*, ainda bastante presente na região da Zona da Mata de Pernambuco.

O segundo ponto é que a dinâmica da gestão coletiva e participativa, simultaneamente vem provocando nos trabalhadores uma necessidade de participar nas discussões e decisões. Nascendo, desse contexto, o entendimento de que o trabalho é a condição própria de emancipação do sujeito quando atende aos interesses do coletivo. Neste ponto a educação vem tendo um papel fundamental na construção dos novos modos de trabalho na Usina através da educação popular, dando aos trabalhadores e trabalhadoras, filhos e filhas, a possibilidade de formação profissional, qualificação e inclusão no mercado de trabalho. Essa dinâmica dos trabalhadores na conjuntura do mundo do trabalho, como pode ser sintetizada por Frigotto (2003, p. 31), é um resultado da adaptação do homem a sua existência que tem de ser vista pelos trabalhadores como um caminho de resistência e superação do trabalho alienado.

O **trabalho**, nesta perspectiva, não se reduz a “fator”, mas é, por excelência, a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, ou seja, o próprio ser humano. Trata-se de uma categoria ontológica e econômica fundamental. A **educação** também não é reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social (FRIGOTTO, 2003, p. 31).

Trata-se da conscientização da *classe-que-vive-do-trabalho* que implica na superação da alienação do trabalho. Essa afirmação nos leva a reflexão sobre a leitura de Mészáros acerca do conceito de alienação, no contexto da educação para além do Capital, no livro *A Educação para além do Capital*²⁹, ou anteriormente na obra *A Teoria da Alienação em Marx*, escrita nos anos 1970, onde o autor realizou uma análise crítica do conceito de alienação a partir da leitura dos Manuscritos de 1844 de Marx passando pelos textos da maturidade e, posteriormente, aparecendo no seu trabalho *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição* de forma mais abrangente. A apreensão da leitura dos textos de Mészáros permite reflexão dos problemas contemporâneos no que trata da questão da educação para além do capital onde a “educação não é uma mercadoria” (MÉSZÁRIOS, 2006), mas possibilidades criativas e emancipatórias que leva o trabalhador construir alternativas de enfrentamento do

²⁹ O livro “A Educação para além do Capital” é o resultado de um ensaio escrito por István Mészáros para a Conferência de abertura do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, no dia 28 de julho de 2004, que traz uma análise crítica considerada sobre as necessidades de se repensar a educação dentro do mundo do trabalho, mostrando que a educação não é uma mercadoria, mas um processo criativo e transformador que deve colocar a separação entre *Homo faber* e *Homo sapiens*.

processo de expropriação da força de trabalho, deixando de ser apenas um produto agregado a mercadoria para um sujeito consciente do processo.

O terceiro ponto de discussão surge das possibilidades criativas e emancipatórias da educação com a implantação dos programas de formação, qualificação e conscientização para autogestão e a economia solidária. É, portanto, sobre essa dialética das mudanças nas relações de trabalho que a prática pedagógica libertadora pode e deve conduzir o trabalhador a pensar as transformações, a maneira de viver, produzir e de se organizar de forma coletiva e solidária. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos citar o programa Catendão que, segundo Marivaldo³⁰, foi um programa criado nos primeiros momentos da organização do coletivo para atender a formação dos trabalhadores e a inserção no mercado de trabalho, baseado no Método de Paulo Freire, que tinha como objetivo principal trazer novas experiências produtivas para os trabalhadores da Usina.

Criar um projeto desse porte é muito difícil. A primeira coisa é fazer com que as pessoas mudem a maneira de ver as coisas, porque fazer um trabalho desses numa região de escravidão e assalariamento é muito difícil, porque vai contra uma cultura de cana-de-açúcar de 200 anos. Assim, a escolaridade, essas coisas que podia e pode mudar a qualidade da situação que vive os trabalhadores é vista com certa indiferença. Criamos, aqui, o Programa Catendão, baseado no Método Paulo Freire, onde foram cadastrados 3.000 trabalhadores para serem atendidos tanto na experiência produtiva quanto na experiência educativa. E, vimos que não é fácil. É um desafio muito grande você conduzir dentro desse setor da cana a busca por alternativas diferenciadas através da **diversificação agrícola** e da **cultura familiar**.

Conversando com Edilene Maria e Izabel Cristina, educadoras do Projeto Catende Harmonia, sobre a importância das ações educativas realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras da Usina, através de um programa denominado Catendão, tivemos a oportunidade de entender a significância das ações implementadas nos primeiros momentos de reestruturação da Usina, seguido após a falência, dando aos trabalhadores da massa falida esperança e perspectiva de melhora, pois naquele momento eles se viam diante de uma realidade com poucas oportunidades e quase nenhuma perspectiva de garantir os postos de trabalho e os direitos trabalhistas. Porém, o que veio como consequência da organização coletiva, foi uma mudança profunda no pensar, agir e decidir na cultura que eles estavam acostumados a vivenciar e aceitar, se submetendo a uma situação de submissão, porque não existiam alternativas de sobrevivência, isto é, trabalho além do que é oferecida pela monocultura da cana na região da zona da mata.

³⁰ Marivaldo da Silva. Síndico da Usina Catende. Entrevista para a pesquisa. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende – Chalé Principal, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h48min47sec.) de nº 01092007.

A experiência adquirida com o programa Catendão pode referenciar outras ações junto aos trabalhadores da Usina Catende, criando novas perspectivas de diálogo para uma proposta maior que é o coletivo e que está presente na fala de alguns trabalhadores quando ouvimos deles a frase “agora a Usina é nossa, né?!”. É possível constatar que os trabalhadores acreditam no Projeto Catende Harmonia, desenvolvido com os trabalhadores e trabalhadoras para garantirem os postos de trabalho e a preservação do patrimônio da massa falida, a pesar de existir algumas insatisfações por parte de alguns segmentos de trabalhadores que não se apoderaram do processo ou não fazem parte direta dos trabalhadores do campo ou assalariados da Usina.

O que verificamos, nas observações de campo, é que as mudanças nas relações de trabalho, advinda com as experiências na Usina, suas formas concretas, suas práticas produtivas, relações de trabalho e implicações dialógicas de tais considerações estão redefinindo o novo quadro social dos trabalhadores e trabalhadoras em vários aspectos práticos, a exemplo da participação do trabalhador nas decisões administrativas da Usina, ou conceitual na redefinição dos valores éticos para a organização e participação no coletivo. Aliás, as propostas de mudanças que estão acontecendo conduzem os trabalhadores para uma nova perspectiva de trabalho que supera a relação entre senhor e servo ou patrão e trabalhador numa perspectiva mais solidária no qual eles passam a tomar as decisões que irão afetar o coletivo.

Na nova conjuntura o trabalhador está presente na dinâmica do processo como sujeito consciente e livre para exercer sua força de trabalho voz para intervir nas decisões coletivas, porque é o coletivo que determina as relações de trabalho e produção, dentro do processo de autogestão. E, conseqüentemente, essas práticas pedagógicas devem representar um papel social e política nas mediações das mudanças, provocando um *olhar* crítico e participativo. Por isso, é necessário pensar uma *práxis* pedagógica para os trabalhadores que tenham objetivos e metodologias que possam provocar a conscientização e a prática do exercício coletivo nas relações de trabalho e produção. À propósito, a conscientização, afirma Freire (1987; 1999), desempenha um papel crucial na relação do *eu* com o coletivo e do homem com o mundo para a politização e emancipação do mesmo frente as relações de trabalho. Tais mudanças nas relações de trabalho são constitutivas de atitude dos trabalhadores diante do mundo do trabalho.

Mas para que isso aconteça é preciso vivenciar práticas pedagógicas e saberes que possam não apenas estimular e fomentar o processo de mudança na conjuntura da Usina Catende, mas também de provocar uma prática consciente do sujeito diante das mudanças.

Assim, a formação para a base teórica e a prática foram direcionadas a partir de quatro proposições, ou seja: (1) construir uma educação participativa voltada às mudanças sociais; (2) propor práticas econômicas diferenciadas do capitalismo, transformadora e criativa; (3) fomentar uma visão crítica das questões sociais a partir da sua própria realidade; e, (4) buscar metodologias para a autogestão que possam trazer para a *classe-que-vive-do-trabalho* o saber técnico necessário para gerenciar as atividades do coletivo de forma coerente e capaz de enfrentar o mercado competitivo, ou seja, na produção e distribuição da cana-de-açúcar e seus derivados, além de outras atividades produtivas pensadas para as famílias moradoras da Usina.

Para Freire (2002), a educação e a *práxis* libertadora, simultaneamente, são processos que estão presentes na construção de novas alternativas voltada para a emancipação dos homens (e das mulheres). Aqui, o trabalhador garante o seu lugar como sujeito histórico livre a partir do instante que ele desperta para a realidade sócio-histórica e, diante desse *aufklärung*³¹ tupiniquim, que se reconhece a importância de participar de forma livre e consciente capaz de servir-se de si mesmo para dirigir sua força física para o trabalho sem a interferência de outrem que não àqueles que por decisão consciente assumem responsabilidades para o *caminho* do coletivo.

Hoje os trabalhadores estão conquistando, através das mudanças nas relações de trabalho, espaços diferenciados com a autogestão e a economia solidária que, efetivamente, pode ser observado por meios dos resultados do programa Cana do Morador que constitui a base de sustentação da Cooperativa Harmonia, como cita Lenivaldo³² em entrevista, e que será apresentado de forma sistematizada no capítulo seguinte.

A Cana do Morador é a expressão do Projeto Catende Harmonia, na verdade com as dificuldades da massa falida a Cana do Morador permitiu que isso aqui [a usina] ficasse funcionando, porque o fluxo de matéria-prima do coletivo não iria dar conta.

³¹ O termo alemão *aufklärung* (que pode ser traduzido como “esclarecimento”) faz uma analogia a pergunta: O que é “Esclarecimento”? Escrito por Kant para explicar que o esclarecimento é a condição humana de si mesmo de sair da sua “menoridade”, ou seja, da submissão do pensamento individual ou de um controle alheio a sua vontade, como cita o próprio Kant: “Esclarecimento [*aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é o culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontrar na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*aufklärung*]” (KANT, 1985, p. 100).

³² Lenivaldo Marques da Silva Lima. Assessor Técnico da Diretoria da Usina Catende. Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende – Chalé do Alto, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h23min37sec.) de nº 01102007.

Outros programas como os de segurança alimentar, implantado nos anos seguintes ao período de falência, também estão contribuindo para garantir a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, especificamente, no período de entressafra quando a Usina não dispõe de condições para absorver todos os moradores das ZPAs.

Nesse aspecto, Frigotto (2002, p, 18) afirma que as relações sociais de trabalho e produção são determinantes para compreender a produção do conhecimento e a formação para a conscientização crítica.

Aprofundar as formas que vão assumindo as relações de trabalho historicamente, examinando a natureza das contradições que emergem destas relações, entendemos seja este o caminho de repensar a relação trabalho e educação. Não se trata de identificar a escola com o sindicato, com o partido político, com a fábrica, ou com as relações pedagógicas que se dão na totalidade das relações sociais. Trata-se de pensar a especificidade da escola não a partir dela, mas das determinações fundamentais: as relações sociais de trabalho, as relações sociais de produção. Trata-se, primeiramente, de compreender que a produção do conhecimento, a formação da consciência crítica tem sua gênese nessas relações (FRIGOTTO, 2002, p, 18).

É nessa perspectiva que estamos trazendo o debate sobre a Usina Catende, ou seja, conhecendo a dinâmica do processo de mudança, identificando as características desse processo e refletindo sobre pontos de convergência e divergência das propostas de mudança em experiência na Usina, baseada na autogestão e na prática da economia solidária, que os cooperados³³ da usina vêm construindo desde a década de 1990.

A possibilidade de participação das representatividades do coletivo nas etapas que compõe a estrutura funcional da Usina, desde o plantio da cana até os cursos direcionados para a diversificação produtiva³⁴ e a inserção no mercado de trabalho, beneficiando os trabalhadores e familiares, possibilitaram um novo campo de discussão e luta para os trabalhadores envolvidos no Projeto Harmonia. Essa experiência, baseada na autogestão e na prática da economia solidária, vem sendo construída desde a década de 1990 com a luta dos trabalhadores pela garantia dos direitos trabalhistas frente a falência da Usina.

No que se refere à dinâmica das mudanças, convém ressaltar, ainda, que as categorias *educação e trabalho* interagem simultaneamente nas transformações sociais e econômicas do cotidiano dos trabalhadores, tornando-se difícil enunciar suas realizações concretas e imediatas separadas uma da outra como movimentos distintos dentro das metamorfoses do trabalho. Ao contrário, dentro do contexto da Usina Catende as atividades de trabalho estão

³³ Trabalhadores da Usina Catende associados à Cooperativa Harmonia que vem lutando para a reconstrução da usina a partir da autogestão e da economia solidária.

³⁴ A diversificação produtiva é uma das políticas de segurança alimentar oferecida pela Cooperativa Harmonia para os trabalhadores da usina ter uma suplementação financeira no período da entressafra.

ligadas as práticas pedagógicas como embates dialógicos teóricos e práticos em “movimentos” indissociáveis e dependentes um do outro como afirmação da luta de classe que encontram na educação um caminho para a mudança, a exemplo do projeto APUAMA que iremos tratar mais à frente.

Nessa perspectiva, podemos enxergar que a apreensão dos novos saberes e a formação para a conscientização estão no movimento mesmo das mudanças, no transformarem-se transformando as relações de trabalho e produção, onde o trabalhador passa a vivenciar as questões de gênero, a sua história e a própria prática pedagógica, sendo essa última à raiz de discussão fundamental para a construção de uma identidade cultural voltada para a autogestão e a economia solidária, fundamentais para que os envolvidos no processo possam entender o projeto como um todo, participando nas mudanças nas relações de trabalho.

A partir das reflexões subjetivos surgem as inquietações que nos levam a pensar uma pedagogia ou de se repensar às práticas pedagógicas adotadas na proposta do Projeto Catende Harmonia a partir da pedagogia como prática libertadora, numa perspectiva da proposta Freire (1983); ou da pedagogia da práxis, na reflexão de Gadotti (2004); ou da pedagogia da revolução, pensada por João Francisco de Souza (2004). Conceitos teóricos capazes de fomentar princípios éticos que oriente e provoque os trabalhadores a vivenciar positivamente as implicações da prática da autogestão e da economia solidária propostas para o Projeto Catende Harmonia.

O objetivo é pensar ou *repensar* as práticas pedagógicas e não de criar uma nova pedagogia dando ênfase à realidade própria dos trabalhadores para a sua formação, emancipação e inclusão no mercado de trabalho. Mas, de atender a complexidade da divisão interna de trabalho, herdada da antiga estrutura capitalista da Usina, que está sendo transformada através da aprendizagem da autogestão e da nova organização sócio-política que vem sendo redefinida junto com os trabalhadores setor produtivo açucareiro, graças à participação de todos os segmentos, em especial da equipe pedagógica formada para contribuir na construção do projeto, que compõe a representação do coletivo na Cooperativa Harmonia e que tem um papel fundamental na formação dos sujeitos responsáveis pelas mudanças que estão acontecendo na Usian, lembra kleiman (2008) ao falar sobre a participação do coletivo no processo:

Nessa nova estrutura gestora da Empresa, é constante a presença de membros daquela Equipe Harmonia, os formadores da educação permanente do projeto. Não apenas enquanto sujeitos políticos, mas também pelas informações técnicas, esses participantes têm um papel importante no esclarecimento de questões mais complexas apresentadas nas reuniões. Sua participação se intensifica pela atuação

assumida na realização e organização das operações de Pronaf, da Conab e de outros financiamentos pessoas/coletivos assumidos pelos trabalhadores individualmente (a operação) (KLEIMAN, 2008, p. 105).

A presença da equipe pedagógica do projeto, também conhecida como Equipe Harmonia, contribuiu para o enfrentamento das dificuldades de organização, formação e socialização das mudanças para a reestruturação da Usina em um empreendimento coletivo. Na construção desse empreendimento, podemos constatar que o diálogo exercitado pelos educadores do projeto facilitou o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras ao conhecimento *técnico* necessário para entender a estrutura de funcionamento de uma empresa do porte da Usina Catende e, assim, poder participar de forma efetiva e *consciente* na recuperação da massa falida. Nesse aspecto, o trabalho de formação para a autogestão e capacitação técnica desenvolvido com os cooperados do projeto garantiu a maleabilidade para a consolidação do Projeto Catende Harmonia.



Fotografia da sala da equipe pedagógica. Usina Catende, 2007.
Fonte: Acervo de pesquisa (foto 0001, Set/2007)

A Coordenação Pedagógica do Projeto Catende Harmonia fica localizada no prédio administrativo da Usina, no 1º andar ao lado da Diretoria Administrativa. A Equipe Pedagógica além de ser responsável para sistematizar as ações educativas criativas, elaboradas e planejadas para o coletivo também tem a função de mediar o processo de formação e *esclarecimento* das dúvidas dos cooperados em relação à estrutura administrativa e produtiva, mantendo uma relação entre os trabalhadores e trabalhadoras e as ações administrativas do Comitê Gestor da Cooperativa Harmonia. A presença da equipe

pedagógica³⁵ é essencial para o planejamento estratégico de várias ações desenvolvidas com os trabalhadores.

As cartilhas elaboradas de formação elaboradoras com a consultoria do Professor Dr. José Francisco de Melo Neto (professor do PPGE/UFPB), a participação do STRs de Jaqueira, equipe pedagógica, da ONG Manos Unidas (Espanha) e editada pela Editora da UFPB, foi pensada a partir da linguagem dos próprios trabalhadores, do cotidiano, das necessidades e das inquietações diante das mudanças da empresa para a autogestão, dando aos trabalhadores a base teórica necessária para compreender as mudanças que eles estão vivenciando na reorganização da Usina para a formação de um empreendimento gerenciado pelo coletivo.



Capa das cartilhas de formação para a autogestão.
Arquivo Cooperativa Harmonia/Equipe Pedagógica,
2007.

As cartilhas³⁶ são instrumentos de ponderação do cotidiano dos trabalhadores, representando suas necessidades a partir de uma linguagem simples e didática, procurando “costurar” uma linha de compreensão entre a linguagem técnica e a dos trabalhadores, socializando os saberes necessários para poderem participar de forma consciente na

³⁵ O Seminário do Plano de Desenvolvimento Sustentável Local, realizando no mês de outubro de 2007, teve a participação do CJC, CS, PROMATA, ANTEAG, Comitê Gestor da Usina, STRs, FETAPE, representantes das associações dos engenhos que compõe as ZPAs. O objetivo principal é analisar as possibilidades de implantar uma política sólida de desenvolvimento sustentável para os trabalhadores e trabalhadoras da Usina. A Equipe Pedagógica apresentou a proposta da inserção do Programa Educação na Fábrica, do Governo Federal, para os filhos e filhas de trabalhadoras da Usina.

³⁶ As cartilhas foram elaboradas com a participação do STRs de Jaqueira, equipe pedagógica, consultoria de Professor Dr. José Francisco de Melo Neto, apoio da massa falida e da ONG Manos Unidas (Espanha), editada pela Editora da UFPB, traz elementos teóricos construídos a partir da realidade dos trabalhadores, do cotidiano, das necessidades e inquietações diante das mudanças da empresa para a autogestão.

construção do coletivo. A fala revela-se clara e não apresenta *dúvidas* que possam prejudicar o esclarecimento dos *processos*, isto é, relações de trabalho, produção, custos, distribuição, responsabilidades e outros, pois a prática pedagógica que dialoga o tema da autogestão e do trabalho coletivo de forma crítica, contribuindo para a dinâmica do seu desenvolvimento, revelando-se libertadora, está presente didaticamente na leitura e apreensão das informações repassadas pelas cartilhas, levando os sujeitos sociais responsáveis pela mudança na Usina a escrever a sua própria história. Aliás, história escrita a partir do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras pensando a partir da práxis pedagógica.

A dimensão das mudanças vivenciadas e incorporada na identidade cultural dos trabalhadores representa a forma coletiva que os sujeitos encontraram para garantir a preservação dos valores pessoais e dos interesses do coletivo. Assim, as mudanças consensuais tornam-se essenciais para o enfrentamento do ceticismo e a desconstrução do velho modelo adotado desde o início do sistema da plantation e a definição das novas relações de trabalho do homem (incluindo a mulher), das experiências pedagógicas vivenciadas no processo e, sucessivamente, entre a autogestão e a economia solidária, levando-os para uma possível emancipação no mundo do trabalho. A leitura de Mannheim, na obra Diagnóstico de Nuestro Tiempo, citado por Freire (1983), dispõe sobre a importância da mediação entre o coletivo e a educação para a dinâmica das mudanças:

Mas em uma sociedade na qual as mudanças mais importantes se produzem por meio da deliberação coletiva e onde as revalorizações devem basear-se no consentimento e na compreensão intelectual, se requer um sistema completamente novo de educação; um sistema que concentre suas maiores energias no desenvolvimento de nossos poderes intelectuais e dê lugar a uma estrutura mental capaz de resistir ao peso do ceticismo e de fazer frente aos movimentos de pânico quando soe a hora do desaparecimento de muitos dos nossos hábitos mentais (MANNHEIM apud FREIRE, 1983, p. 88-89).

Quando falamos em educação e mudança pensamos numa prática pedagógica que procura na expressão da própria *linguagem* os conceitos necessários para desmistificar todo o processo de mudança que vêm ocorrendo, há mais de 10 anos, com o propósito de apresentar um modelo de autonomia econômica, cultural para os trabalhadores da Zona da Mata Sul de Pernambuco, desvelando o cenário socioeconômico e político que eles estão inseridos ao mesmo tempo que redefinem as relações de trabalho por meio da intervenção das ações do Projeto Catende Harmonia.

Nesse caso, podemos pressupor que a educação para *práxis* possa construir didaticamente uma interação dialógica entre os trabalhadores (e trabalhadoras) e o mundo do

trabalho, enquanto sujeitos históricos que produzem bens e, como sujeitos do fazer, conscientes das mudanças. Outro aspecto a ser considerado é que o esclarecimento dessas relações não deve ser visto apenas como um momento de compreensão e sim de conscientização e superação que, segundo Freire (1981, p. 35), “... só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade”, isto é, da relação consciente do sujeito com o meio que ele vive e trabalha.

A *educação* como categoria dialética está diretamente relacionada aos conceitos de cultura e sociedade, segundo Pinto (1979, p. 123), porque estão indissociáveis do processo de produção na medida em que o homem produz bens de produção, mediante as mudanças provocadas por eles, estão ali às expressões determinantes da sua existência que, por sua vez, na análise de PINTO (1979, 126), coincide com o processo de hominização³⁷ que surge da relação do homem (e da mulher) com o mundo.

Quadro 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (CATENDE) – 2000

Indicadores	Valor
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M	0,644
Índice de esperança de vida - IDHM-L	0,687
Índice de educação - IDHM-E	0,696
Índice de PIB - IDHM-R	0,548
Esperança de vida ao nascer	66,205
Taxa de alfabetização de adultos	0,661
Taxa Bruta de frequência escolar	0,767
Renda per capita	104,186
Catende ocupa a 58ª posição no Ranking do IDH-M do Estado (0,692) e 3860ª no Brasil (0,764)	

Fonte: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Os índices apresentados no Quadro 2 é um retrato da situação socioeconômico do município de Catende, exteriorizando a situação da maioria dos municípios pernambucanos, especificamente, da Região da Zona da Mata e do Sertão. No entanto, a realidade local é bem mais vulnerável do que é demonstrado nos dados que relativiza a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da região e que veem na atividade produtiva das usinas a única via de sobrevivência.

As *mediações constitutivas* das práticas pedagógicas vêm procurando garantir através de novos ensinamentos voltados para a segurança alimentar, realizadas na Catende, formas diferenciadas de enfrentar a crise econômica e também abrir novos campos de trabalho além

³⁷ Hominização vem do termo hominismo (al. Hominismus), criado por Windelband, designa a doutrina em que o homem é a medida de todas as coisas.

da *plantation* que, devido a sua própria condição produtiva dividida entre safra e entressafra, deixa por períodos longos muitos trabalhadores sem alternativa de trabalho e renda. É nesse contexto de mudança, entre lutas e conflitos, que estão sendo semeados novos espaços de reafirmação do trabalhador através da diversificação produtiva e da participação coletiva.

Aliado a luta contra as diversidades sociais as ações desenvolvidas na Usina Catende vêm dando subsídios através da política de diversificação produtiva para o enfrentamento da precarização do trabalho e das dificuldades de acesso ao emprego através de ações autogestionárias e solidárias. Mas, o Projeto Catende Harmonia ainda se depara com valores culturais remanescentes do ranço da cultura aristocrática açucareira. Enfrentar a superação do olhar e *agir* alienado, segmentado pela ideologia de submissão, é uma tarefa difícil que exigem dos *educadores* uma didática *progressista* que estimule e provoque nos sujeitos do processo ações transformadoras e participativas.

O termo *progressista* expressa, dentro do contexto de mudanças presentes na Usina, as tendências de educação que parte da análise crítica da realidade social, acentuando a necessidade de se *pensar e construir* uma educação que valorize a ação pedagógica, enquanto inserida na prática social concreta dos próprios trabalhadores.

A fala de Edilene³⁸, educadora da equipe pedagógica, descreve à luta que os educadores(as) vêm enfrentando para superar os valores da culturais presente no discurso e na prática dos próprios trabalhadores da usina que ficaram passando de geração em geração, influenciado pela cultura da *plantation*.

Nós [*educadores*] estamos mexendo com uma cultura que é secular e que está impregnado nas pessoas e, você, mexer numa coisa que já está de alguma forma concretizada não é fácil. Então, nós estamos com esse trabalho, exatamente, fazendo esse meio de campo de desmanchar o que está pronto. Os usineiros dominavam 13 anos atrás toda a região. As pessoas não tinham àquela cultura de **pensar, agir e decidir**, e, hoje, eles são chamados para essa responsabilidade. É difícil porque séculos oprimidos, as pessoas eram mandadas e não sabiam o que estava acontecendo, mas de repente, em 1993, houve uma demissão de mais de 2.000 pessoas e, eles, sabiam o que estava acontecendo. Então, [*os trabalhadores*] começaram a participar do processo e a cobrar informações, por isso, é uma responsabilidade grande para nós que fazemos a equipe pedagógica.

A reflexão destes questionamentos constitui a matriz de discussão das práticas pedagógicas que estão presentes no contexto das ações desenvolvidas na Usina Catende, propondo soluções para os problemas e impasses da velha conjuntura socioeconômica,

³⁸ Edilene Maria da Silva Nascimento (filha de trabalhador da usina; educadora do Projeto Catende Harmonia; na época da entrevista faz parte da diretoria da Cooperativa Harmonia). Entrevista para a pesquisa: USINA CATENDE: Solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho”. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h15min48sec) de nº 27092007.

conduzindo os trabalhadores para a autogestão. É justamente das experiências próprias dos trabalhadores da usina que devem surgir às propostas pedagógicas diferenciadas pondo em discussão as velhas práticas culturais do sistema da *plantation*, superando o discurso de uma pedagogia opressora e submissa que acompanha a classe burguesa, por outra que dialogue com os conceitos e práticas da autogestão e da economia solidária.

Nesse contexto de discussão que a equipe pedagógica do projeto procura abrir espaços para se *pensar* a dimensão do trabalho, da criatividade, da emancipação, dos processos produtivos, da organização coletiva dos trabalhadores para uma empresa de autogestão.

As ações desenvolvidas como práticas pedagógicas na Usina Catende, desde o início da implantação do Projeto Catende Harmonia, descrito no Quadro 3, foram pensados de forma coletiva para atender a formação dos sujeitos envolvidos no processo, dando a eles(as) alternativas de contribuir na construção coletiva da gestão da Usina.

Quadro 3: Ações pedagógicas realizadas com os trabalhadores da cooperativa harmonia (2007)

Ações Realizadas em co-parcerias Projeto Catende Harmonia	Objetivo(s)	Beneficiado(s)
<i>Catendão (1996 e 1997) Governo do Estado de PE. Apoio do Governador Miguel Arraes</i>	<i>Alfabetização de Jovens e adultos e estímulo à produção coletiva de cana de açúcar</i>	3.000 famílias (Incluindo trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende e suas famílias)
<i>Administração e cooperação em empresas e cooperativas: Bilance/Cordaid e STRs de Jaqueira</i>	<i>Formação do conselho gestor, STRs e Associações e transição da massa falida para a empresa dos trabalhadores.</i>	3.000 (Trabalhadores e trabalhadoras)
<i>Por uma Cultura de autogestão: 2000/2001 IBASE/ANTEAG/MANOS UNIDAS</i>	<i>Estudo sobre eficiência e cooperação entre os trabalhadores</i>	600 (Trabalhadores e trabalhadoras)
<i>Projeto de qualificação profissional: ANTEAG</i>	<i>Qualificação profissional e autogestão</i>	800 (Trabalhadores e trabalhadoras)
<i>Por uma cultura de autogestão: STRs de Jaqueira/Manos Unidas/Cooperativa Harmonia/Equipe pedagógica/Consultoria/2003</i>	<i>Formação em administração, cooperação e autogestão Eficiência da produção de cana de morador</i>	3.400 (Formandos do campo e da fábrica)
<i>Plantio de cana de morador (Projeto Cana do Morador)</i>	<i>Melhorar as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: Projeto Catende Harmonia. Aumentar a produção de cana-de-açúcar viabilizando a melhoria da produtividade</i>	2.200 (Trabalhadores e trabalhadoras do Projeto Catende Harmonia)
<i>Projeto em Educação ambiental/Save/Universidade federal Rural/Centro Sabiá</i>	<i>Produção de viveiros de mudas nativas para Reflorestamento e preservação dos leitos dos rios</i>	100 (Incluindo jovens e adolescentes, filhos e filhas dos trabalhadores do Projeto Catende)
<i>Curso de técnicas de produção canavieira/Sindicatos dos trabalhadores Rurais/FETAPE/Delegacia Regional do Trabalho.</i>	<i>Capacitar jovens filhos e filhas de trabalhadores, para assumirem os futuros cargos da empresa e melhor as técnicas de plantio e produção da cana</i>	60 (Filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais da usina)
<i>Consórcio Social da Juventude/Ministério do trabalho Emprego/Ministério Desenvolvimento Agrário/PUAMA/Instituto aliança/Salvador/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de base da Catende/Associações dos Engenheiros</i>	<i>Apoiar nas atividades que estavam em andamento, fortalecendo o trabalho e melhorando a qualificação profissional dos jovens</i>	105 (Jovens do Projeto Catende Harmonia)
<i>Piscicultura (Centro Josué de Castro)</i>	<i>Outra fonte de Geração de renda para os trabalhadores diversificar a produção (Diversificação Produtiva e Segurança Alimentar)</i>	230 (Famílias do Projeto Catende Harmonia)

<i>Projeto Flores de Catende/Centro de Tecnologia Estratégico do Nordeste Cooperativa /CENTRU/Massa Falida</i>	<i>Qualificar Mulheres para a produção e o beneficiamento de Flores (Fortalecimento da Associação de Mulheres do Projeto Catende)</i>	40 (Mulheres do Projeto Catende Harmonia)
<i>Curso de Autogestão e Economia Solidária</i>	(?)	(?)
<i>Escola de Fábrica (Cooperativa Harmonia/Escola Agrotécnica de Barreiros)</i>	<i>Qualificar profissionalmente jovens em apicultura, cadeia produtiva da banana, gestão ambiental, carpintaria e mecânica (Formação nos princípios da Economia solidária e Autogestão)</i>	100 (Jovens do campo e da Fábrica) Em negociação com o MEC
<i>Curso de artesanato com Mulheres (ANTEAG/PLANSEQ/Cooperativa Harmonia)</i>	<i>Trabalhar a inserção das mulheres dentro do Projeto Catende; qualificar profissionalmente mulheres para criar novas alternativas de trabalho e renda</i>	40 (Mulheres) Em processo de implantação

Fonte: Equipe Pedagógica/Cooperativa Harmonia – 2007.

As experiências adquiridas nas ações vão compondo os referenciais didáticos que os educadores estão construindo para disseminar os *saberes do pensar, agir e decidir* para a convivência na gestão coletiva. O *pensar, agir e decidir* dialeticamente estão relacionados na reflexão e ação; estão intimamente ligados ao *mundo real*, histórico, que está exteriorizado na pele dos sujeitos, na sua dor e na experiência do *trabalhador oprimido*.

A *práxis* dialógica que nasce da luta dos oprimidos, para Freire (1987, p. 38), é algo que deva ser construída através e pela “... reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”. As ações pedagógicas realizadas com os trabalhadores da usina trazem a possibilidade da ação-reflexão sobre as práticas sociais democráticas e participativas (coletiva), dos trabalhadores e trabalhadoras para a formação da autogestão e da economia solidária.

Repensar as relações de trabalho para a autogestão é, segundo Albuquerque (2003), trazer o trabalhador para a socialização do poder compartilhado, para a construção de espaços coletivos e, obviamente, para a cooperação e participação horizontal nas decisões do empreendimento.

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Pensar a autogestão é conceber as relações de trabalho assentada em princípios socialistas de igualdade e solidariedade, que se apresente como processo de representação coletiva do empreendimento autogestionário e solidário. Neste aspecto, a autogestão possui uma dimensão social, econômica, política e técnica que interpela as práticas sociais

horizontais que são necessárias para definir o caminho que os trabalhadores devem traçar para alcançar a sua emancipação a partir da organização coletiva de homens e mulheres com propósitos comuns e interesses correlatos. Por isso, a *práxis* pedagógica *progressista* cria novos espaços de diálogo para o coletivo.

Vivenciar as novas práticas sociais e econômicas que passa pelo poder compartilhado, isto é, de opinar e decidir coletivamente, não é uma tarefa fácil, porque exige dos envolvidos a constituição de valores, princípios e práticas que possam garantir o equilíbrio de forças entre os diferentes papéis que os trabalhadores (e trabalhadoras) exercem dentro do empreendimento. Para que seja viável o poder compartilhado autogestionário, segundo Albuquerque (2003), é preciso que os trabalhadores tomem ciência que a decisão final das ações administrativas compete aos próprios trabalhadores.

...uma empresa autogerida é uma organização produtiva sobre a qual o poder de decisão último pertence de forma exclusiva a seus trabalhadores e é repartido de forma igualitária entre todos eles, qualquer que sejam suas qualificações ou seus aportes em capital (ALBUQUERQUE, 2003, p. 24).

A prática da autogestão nos leva a *pensar* sobre as proposições dialógicas da prática educativa como dimensão da prática social transformadora, porque *engendra* os princípios e valores para a organização coletiva e enuncia o direito participativo dos trabalhadores, sugerindo que a libertação do sujeito está no mundo mesmo dos homens e mulheres. Freire (2001) descreve dialogicamente a relação entre a prática social *transformadora* e a prática educativa como sendo um fenômeno típico do homem (e da mulher) que pretende criativamente *criar* caminhos alternativos para a liberdade.

Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. A existência humana não tem o ponto determinante de sua caminhada fixada na espécie. Ao inventar a existência, com os “materiais” que a vida lhes ofereceu, os homens e as mulheres inventaram ou descobriram a possibilidade que implica necessariamente a liberdade que não receberam, mas que tiveram de criar na briga por ela (FREIRE, 2001, p. 33).

A citação de Freire (2001) apontar a prática educativa como dimensão da prática social transformadora, considerando que o social e o educativo associados uma a outra no processo de transformação do mundo de forma que a interrelação é necessária para a mudança ocorra diante das novas relações de trabalho. Assim, podemos conhecer intrinsecamente as mudanças que acontecem na Usina através da *práxis* pedagógica mediadora, das ações educativas que

são desenvolvidas com os trabalhadores(as) que, direta o indiretamente, disseminam nas mudanças das relações de trabalho na Usina Catende contribuindo com as metamorfoses que estão acontecendo naquele espaço do setor produtivo da *plantation* com foco nas questões sociais.

Ao analisar as ações pedagógicas, descritas no Quadro 3, identificamos uma preocupação dos educadores (aqueles que estão envolvidos com a formação para a autogestão) em levar para os trabalhadores os saberes necessários para que eles possam ter uma participação mais efetiva dentro do Projeto, seja através de programas e ações educativas voltadas para a autogestão e qualificação ou propondo novos caminhos. Para entender como é processo de formação será analisado, inicialmente, ação denominada *Por uma cultura de autogestão* (2003); posteriormente, no capítulo seguinte, iremos abordar as ações: *Programa “cana do morador”* (criado em 1998, representa uma ação pioneira na atividade produtiva da monocultura da cana-de-açúcar) e os programas de diversificação produtiva (piscicultura, floricultura e outros, implantados a partir de 2001).

As mudanças nas relações trabalho na Usina se constroem nas mediações constitutivas da práxis pedagógicas, que também se constitui numa ação da educação popular, desenvolvidas pela equipe pedagógica do Projeto Catende Harmonia com a participação do coletivo no planejamento das ações pensadas e/ou colocadas em práticas para os trabalhadores com o propósito de prepara-los para autogestão da Usina e fomento da prática da economia solidária.

Então, vejamos, por exemplo, como se constitui os componentes didáticos da formação para o conhecimento da autogestão na Cartilha “A USINA CATENDE: por uma cultura de autogestão” (Série Catende-Harmonia v.1, 2003), a qual expõe de forma didática o que está acontecendo na Usina, mostrando as dificuldades que os trabalhadores estão enfrentando para construir o Projeto Catende Harmonia, após a expulsão dos usineiros, em 1995 com a decretação da falência a favor dos trabalhadores (credores), que passa por várias fases desde as reivindicações de direito ao emprego (1994), reforma agrária (1995/96), manutenção do patrimônio como reserva de valor para pagamento dos direitos trabalhistas (1996) e construção da autogestão, Companhia Agrícola Harmonia, Cooperativa Harmonia (1998/2008).

A Cartilha é editada de forma didática e de fácil compreensão, revestida de linguagem que se desenvolve na prática dos próprios trabalhadores que herdou uma estrutura produtiva falida e que precisa reinventar novas relações de trabalho e produção, inclusive compreender os conceitos que antes eram estranhos a eles e que agora precisam conhecer para participar do

coletivo e defender os seus interesses. Logo no início na Cartilha, que compõe o *logos*³⁹ do exercício dialógico com os trabalhadores surgem as perguntas que serão os temas de reflexão: *O que vem acontecendo na Usina Catende, nos últimos 20 anos? A Usina Catende: como era antes? Como é hoje? Houve alguma mudança?* São questões dadas para os trabalhadores com o propósito de provocar a reflexão crítica sobre o projeto que eles estão construindo e o velho modelo de gestão da *plantation* que ainda é bastante vivo nas usinas regidas pelo modelo de administração vertical.

O propósito didático da Cartilha é fomentar a visão política do empreendimento coletivo nos trabalhadores, possibilita que eles entendam que são responsáveis pelas representações das mudanças concretas que estão em experiência na Usina. O desafio do enfrentamento das novas relações vivenciadas pelos trabalhadores, segundo Melo Neto (2004), leva as práticas educativas a *repensar* suas ações a partir da *dimensão* das experiências de autogestão na Usina Catende, considerando que a Usina emprega aproximadamente, 3.000 mil trabalhadores (no campo e operários), grande parte espalhados pelos 48 engenhos, distribuídos entre os cinco municípios na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco que compreendem as terras da Usina. Sendo que no período da moagem é possível constatar a participação aproximada de 70 mil pessoas, de forma direta e indireta, no processo de produção, distribuição, circulação de capital e outros, compreendendo os municípios que envolvem a Usina

Iniciada a partir da realidade que se vive e, sobretudo, marcada pela dimensão teórica do trabalho, a experiência pela busca da autogestão na Usina Catende, decorrente de sua **dimensão**, tem propiciado questões que desafiam as práticas educativas implementadas. Tais práticas, talvez, sejam incitadoras às demais tentativas de educação em experimentos de economia solidária e de autogestão, vivenciadas no país. Este movimento da usina prescreve uma rigorosa organização das atividades de educação que precisam trazer consigo o processo produtivo da empresa como ponto de origem. Vários são os projetos educativos e entidades que estão atuando na sede da usina e nas áreas de engenhos, promovendo permanentes ciclos de debates e sucessivos seminários. São desafiadores tanto o número de trabalhadores envolvidos como um conteúdo voltado aos **princípios** abrigados no Projeto Catende Harmonia (MELO NETO, 2004, p. 123-124).

Fica claro que as mudanças nas relações de trabalho parte da realidade dos trabalhadores que ao *transformar* a realidade concreta e, conseqüentemente, se transforma modificando a sua conjuntura social, isto é, numa dimensão dialética *redimensionando* os

³⁹ Utilizamos o conceito *logos* (do Gr. Legein: falar, reunir) para exprimir sentido de “sentença”, “discurso”, “razão” e/ou “definição”. Veja o verbete *Logos* no Dicionário Básico de Filosofia de Japiassu e Marcondes, publicado por Jorge Zahar Editora.

processos educativos em consonância com as novas relações de trabalho referenciadas nos pressupostos da autogestão e da economia solidária vivenciadas pelos trabalhadores da Usina

As propostas educativas que se apresentam como condições de promover a inserção dos trabalhadores no novo *saber* constitui-se em desafios teóricos e práticos para a equipe pedagógica do projeto. Sob dois aspectos devem ser olhados os desafios: *primeiro* que o desafio leva a equipe pedagógica a *repensar* as práticas pedagógicas a partir das experiências em andamentos; *segundo* que os trabalhadores quando assumiram a usina não detinham o *saber* necessário para gerir o negócio, especialmente uma massa falida, tornando-se um campo vasto para novas experiências e também de implicações jurídicas, econômicas, administrativas, políticas, sociais e culturais que os trabalhadores, teoricamente, que eles precisam *saber* para o enfrentamento dos obstáculos que surgem no andamento do projeto.

Assim, pressupomos que, inicialmente, na discussão sobre *educação e trabalho* alcançamos o propósito de trazer a discussão sobre *educação e economia solidária* dentro das experiências na usina, observando que as questões anteriores nos levaram a colocar em debate a necessidade da articulação entre as práticas educativas diferenciadas (práticas pedagógicas libertadoras, revolucionárias, etc.) e as novas relações sociais.

2.2 Educação e economia solidária

Para se ter conhecimento do processo de reestruturação produtiva da Usina Catende deve-se analisar as categorias *educação e trabalho* observando os aspectos políticos e sociais que estão representadas no projeto de autogestão e economia solidária. Mais do que uma *ponderação* subjetiva, trata-se de olhar o projeto, como a realização dos *anseios* dos trabalhadores por melhores condições de vida, precisamente, como a extensão da sua própria existência, enquanto ser social responsável pela construção da sua identidade histórica, os trabalhadores envolvidos no Projeto Catende Harmonia criam as condições para uma nova realidade nas relações de trabalho sem a presença do opressor (capitalista que impõe as relações de poder e exploração a partir do capital).

Nesse contexto de reestruturação a economia solidária representa o objetivo social do projeto realizado com os trabalhadores da usina desde o primeiro momento que eles começaram a se organizarem para enfrentar a situação de falência e o desemprego, partiu da própria realidade concreta para construir as novas relações de trabalho contrapondo a égide da exploração, *competitividade* e da divisão de classes. Diante dessa situação os trabalhadores despertaram para a luta coletiva e a reorganização do mundo do trabalho.

A nova conjuntura exige dos trabalhadores um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pelos princípios da economia capitalista, porque é a partir da solidariedade e da responsabilidade compartilhada que os trabalhadores conseguem construir a autogestão.

Essa nova perspectiva de organização, na leitura de Singer (2005), representa um grande desafio pedagógico para os teóricos do *movimento* ou movimentos sociais preocupadas em reorganizar os trabalhadores para a produção compartilhada, porque eles se deparam com dificuldades *ideológicas, culturais, históricas e econômicas* para definir o *discurso* pedagógico (procedimentos didáticos passando desde a seleção dos conteúdos, objetivos, metodologias, recursos metodológicos e instrumentos de acompanhamento) do processo de reeducação voltado para coletivo. Aliás, uma reeducação que provoque o *pensar, agir* e também a capacidade de *decidir* sobre os processos interno das novas relações de trabalho de forma consciente, crítica e criativa, primando sempre o comportamento solidário.

Fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o excluirão do seu meio (SINGER, 2005, p. 16).

Para Tiriba (2005) o sistema capitalista passou a vida inteira negando o acesso ao conhecimento *necessário* para os trabalhadores compreenderem as estratégias dos negócios, tornando-se um grande desafio para os trabalhadores se apropriarem dos recursos e estratégias para o enfrentamento do sistema de produção e das diversidades do mercado competitivo. Nesse contexto, a educação desempenha um papel importante que é trazer para o trabalhador o saber *técnico* necessário para dirigir a administração dos negócios da nova forma de organização do trabalho.

[...] os trabalhadores associados têm a propriedade dos meios de produção, mas não têm os segredos da gestão; não têm a ciência que, a vida inteira, o sistema capitalista negou aos trabalhadores. Neste aspecto, é importante registrar a falta que faz a escola para os trabalhadores. Não uma escola qualquer, mas uma escola de qualidade para os trabalhadores (e não para o capital) (TIRIBA, 2005, p. 3).

A reestruturação da Usina Catende se inclui no exemplo de se repensar a educação para os trabalhadores que no primeiro momento não tiveram tempo para se preparar para

assumir a massa falida, pois a preocupação imediata, segundo Arnaldo Liberato⁴⁰, era primeiro “... evitar o fechamento da empresa; e, tínhamos que tirar os usineiros daqui [usina] para garantir que o patrimônio ficasse sobre o poder da justiça”. Não existia no primeiro momento um planejamento pedagógico para atender as mudanças que, conseqüentemente, surgiriam com a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores. As ações desenvolvidas pelo projeto surgiram de ideias partilhadas com o coletivo e das necessidades imediatas dos trabalhadores de comer, vestir e outras. Na dinâmica das novas relações de trabalho e produção da Usina Catende nasce à *práxis* pedagógica que passa pela relação dialógica dos envolvidos no Projeto Catende Harmonia.

Para Singer (2005, p. 15) a nova configuração das relações de produção passa necessariamente, pelo processo de reeducação do coletivo para as novas relações sociais, voltada para a autogestão e a economia solidária. A reeducação também tem a tarefa de trazer para os trabalhadores o *conhecimento* sobre as estratégias de competitividade de mercado, legislação trabalhista, organização administrativa, logística e marketing para enfrentar as disparidades do mercado consumidor.

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual (SINGER, 2004, p. 11).

A economia solidária como reação as injustiças criado pelo mercado capitalista contribui na construção de espaços de interrelação dialógica entre homens e mulheres, enquanto seres sociais que se apropriaram dos *bens de produção* definindo coletivamente responsabilidades entre os participantes e, conseqüentemente, fomentando a emancipação política, econômica e social. A economia solidária representa à *práxis* social dos trabalhadores para o enfrentamento das diversidades do mundo do trabalho, firmado entre os homens e mulheres como *seres da decisão e da ruptura*, transformando o contexto socioeconômico para atender os interesses próprios do coletivo.

A leitura de Singer (2004; 2005) nos coloca diante de uma discussão que a nosso ver é imprescindível para se compreender a dinâmica das novas relações de trabalho pautado na

⁴⁰ Arnaldo Liberato da Silva (ex-padre, militante dos movimentos sociais do campo na região), Assessor do Projeto Harmonia Catende, acompanha a luta dos trabalhadores desde o período do pedido de falência. Entrevista realizada no Chalé do Alto na Usina Catende às 13h45min do dia 04 de outubro de 2007 (arquivo de pesquisa 04102007).

solidariedade. Discussão que nos leva a *repensar* uma *práxis* pedagógica que atenda as implicações advindas das novas relações sociais e econômicas. Porém, antes de entrarmos na questão propriamente façamos uma revisão do conceito de economia solidária a partir de alguns teóricos que fornecem elementos *a priori* para uma leitura dos fatos concretos que acontecem na sociedade, como é o caso Projeto idealizado e praticado na Usina Catende.

Considerando a reflexão acima, comecemos a leitura do termo economia solidária, segundo França Filho (2004, p. 109), nos trabalhos de Jean Louis Laville no Centre de recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie, no início dos anos noventa na França. As pesquisas realizadas por Laville procuravam responder as questões contrárias às teorias do capitalismo diante da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversificadas, denominadas iniciativas locais na Europa, dando origem a novos paradigmas socioeconômicos que o capitalismo *clássico* não consegue responder. As novas práticas organizativas assumiam formas associativas para enfrentar problemáticas locais específicos. Assim, podemos conceber que a expressão economia solidária indica por um lado a associação de duas noções historicamente dissociadas, ou seja, a iniciativa por parte do *eu* e solidariedade pautada no coletivo. Por outro lado, também sugere a inserção da *solidariedade* no centro mesmo da elaboração coletiva das atividades econômicas como sendo a única forma capaz de enfrentar a diversidade do capital especulador e competitivo por um capital preocupado com o social.

Nesta perspectiva a economia solidária abre uma via inovadora nas relações de trabalho e mercado para as organizações coletivas existentes que, em diferentes partes do mundo, representam atualmente milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários buscando alternativas de enfrentamento a indiferença do mercado capitalista.

No que se refere ao enfrentamento das diversidades socioeconômicas do capitalismo, é notório a importância social e política da economia solidária quando observamos os resultados positivos dos fomentos vindos dos *empreendimentos solidários*. A esse respeito citamos as ações sociais oferecidas pela Cooperativa Harmonia com os programas de segurança alimentar e de diversificação produtiva para os trabalhadores da usina, oferecendo uma alternativa de sobrevivência digna para os homens e mulheres, especialmente no período de entressafra.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao grau de organização que pode ser observado através de regulamento interno, estatuto e registro legal, além das decisões que são tomadas coletivamente. Os cuidados formais dos *empreendimentos solidários* não se devem

apenas a meras conveniências, mas a necessidade de se cumprir certos procedimentos legais, contábeis e jurídicos. As formalidades constitucionais dos *empreendimentos* contribuem para equilibrar a prática solidária entre os participantes. A Cooperativa Harmonia, criada pelos trabalhadores da massa falida da Usina Catende, expõe a importância do documento (estatuto) para referenciar o propósito social e econômico da luta dos trabalhadores para formalizar a sua organização coletiva de trabalho e produção no Artigo 1º do seu Estatuto Social⁴¹.

Art. 1º A COOPERATIVA HARMONIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DE JAQUEIRA, CATENDE, ÁGUA PRETA, PALMARES E XEXEU, constituída no dia 20 de dezembro de 2004, rege-se pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais vigentes, pelas diretrizes da autogestão, pelos princípios da economia solidária e por este Estatuto.

No que se refere aos estudos de Razeto (1993), na América Latina, descreve a economia de solidariedade como uma formulação teórica elaborada a partir de experiências econômicas significativas realizadas no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, *autogestão*, desenvolvimento sustentável entre outras ações singulares. Essas formas de experiências partilham alguns traços comuns como o mutualismo, a cooperação, a solidariedade e a autogestão comunitária que define a sua racionalidade.

Assim, o elemento substancial que define a racionalidade na economia solidária, segundo Razeto (1993, p. 40-41), ocorre pela presença e ativação de um fator econômico especial que ele identifica como “fator C” que implica o *logos* constitutivo da *solidariedade* dentro da atividade econômica. Esse constitutivo contrapõe às categorias de capital (fator K) e trabalho (fator L) da economia convencional, porque se refere a uma prática voltada à *cooperação, comunidade, colaboração, coordenação e coletividade*, por isso denomina “fator C”. Em síntese, é uma prática de gestão conjunta que opera as ações (econômicas) proporcionando a cada integrante um conjunto de benefícios implicados na relação comunal e comunitária.

Outro autor de suma importância que não poderíamos deixar de citar é Gaiger (1996, p. 116), para ele a economia solidária se apresenta como uma forma de relações mútuas entre

⁴¹ A leitura completa dos artigos e os aspectos sociais, econômicos, educativos, administrativos, *ideológicos* e de *controle* que compõe as linhas formais do Estatuto Social da Cooperativa Harmonia não foi possível, porque só tivemos acesso aos artigos 1º e 2º do Estatuto, extraídos do livro de Kleiman (2008, p. 106-107). Esperamos fazer uma análise mais crítica da organização formal da Cooperativa Harmonia, identificando as imbricações das categorias educação e trabalho e como elas são vistas pelas *normas* que regem a organização coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina. Conseqüentemente, procuramos manter contato com a assessoria da Cooperativa, na pessoa de Lenivaldo, e com a Equipe Pedagógica, mas por algum motivo desconhecido não tivemos acesso ao Estatuto Social da Cooperativa Harmonia. Esperamos, posteriormente, complementar nossa leitura do Projeto Catende Harmonia a partir da constituição formal do Estatuto Social da Cooperativa Harmonia.

os homens no processo de apropriação da natureza, relações determinadas pelo lugar que os indivíduos ocupam frente às condições e aos resultados dos diversos processos de trabalho e pelas funções que assumem nesse processo.

Por outro lado, alguns teóricos veem a economia solidária (MELO NETO, 2004a; 2004b) como processo de autogestão e de distribuição solidária econômica e técnica na atividade de produção e na relação de trabalho construindo uma prática além da visão de mercado, ou pensando a sua estratégia de aplicação a partir de uma visão ética e ecológica (SACHS, 2004) centrando o debate acerca do novo modo de produção as margens da bioética, ou vendo essas ideias como uma possibilidade de se *repensar* as questões sociais e políticas (SINGER; SOUZA, 2000; LISBOA, 2000). Considerando o entendimento destes teóricos, pressupomos que a preocupação central do debate é encontrar alternativas para a *classe-que-vive-do-trabalho* enfrentar as consequências da competitividade, do desemprego, do consumo e da divisão de classes que estão presentes na economia capitalista e que determinam o comportamento de mercado, favorecendo uns e excluindo a maioria.

Para dar conta dessa complexa realidade, a *práxis* social dos *empreendimentos solidários* supõe um mundo objetivo e, conseqüentemente, uma realidade objetiva da realidade própria dos trabalhadores para planejar a estratégia de mudança da realidade social. A autogestão e a economia solidária possibilitam a realização objetiva das necessidades dos homens e mulheres de determinado contexto socioeconômico. Sendo assim, a *práxis* existe necessariamente para que os homens e as mulheres possam mudar o mundo, mas para isso é preciso que se conheça a realidade ou situação objetiva que se encontra o sujeito para poder transformá-lo. O desconhecimento da realidade traz consequências negativas e desastrosas para a realização da *práxis* social e econômica da economia solidária.

O *esclarecimento* da realidade objetiva dos trabalhadores e trabalhadoras expõe as condições de desigualdades existentes no contexto social, assinalando o que deve ser transformado de tal modo que consigam mudar a realidade exterior a partir da suas práticas sociais, econômicas e educativas. A questão é que o *esclarecimento* da realidade deva contribuir para superar a discussão *subjetiva* sobre a realidade, mas de encontrar na própria realidade o caminho para a *práxis*, de encontrar na realidade a sua emancipação social e econômica (política, pedagógica, entre outras). Seguindo o mesmo raciocínio, a II Teses sobre Feuerbach, escrita por Marx (2007, p. 100), afirma que a questão da *práxis* não é pensar e sim uma questão prática, portanto, é no mundo concreto que se encontra a realidade a ser transformada.

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente *escolástica* (MARX, 2007, p. 100).

A práxis ultrapassa a linha da discussão teórica, se caracterizando por ações imediatas e determinadas para um fim, transformando o mundo exterior, objetivando a realidade existente dos trabalhadores como uma condição a ser transformada. Essa objetivação constitui na práxis pedagógica da reconstrução e/ou reorganização social e econômica dos participantes de empreendimentos solidários. Mas, toda atividade prática social revolucionária pressupõe uma participação consciente dos envolvidos nas atividades fins, segundo Vázquez (2007, p. 222), quando afirma que:

A atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e estes só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade (VÁZQUEZ, 2007, p. 222).

Ressaltando as quatro proposições apresentadas, no início desse Capítulo, responsáveis pelas mudanças das relações objetivas na estrutura organizacional da Usina Catende, é possível encontrarmos elementos didáticos que referenciem os aspectos ideológicos das proposições. Como exemplo dos referenciais, podemos citar as Cartilhas de formação que trazem no seu conteúdo provocações que estimulam nos trabalhadores e trabalhadoras à reflexão sobre o projeto social desenvolvido para o coletivo, observando tanto as necessidades do esclarecimento da prática da autogestão como pode ser observado na Cartilha 1 e do conhecimento das técnicas de cultivo da plantation na Cartilha 2.

Citando Singer (2005, p. 16), ele alerta que para preparar os trabalhadores para lidar com a autogestão e relação partilhada da produção é preciso pensar uma reeducação possível para as novas formas de representação social.

Na Cartilha 1, o conceito de autogestão se faz presente na construção da fala dos trabalhadores e no dia-a-dia das suas atividades, procurando e estimulando o pensar, agir e decidir de todos os envolvidos, passando pelo trabalhador do campo, operário até os funcionários responsáveis pela parte formal (contábil, jurídico, pessoal, etc.) da administração propriamente dita.

As páginas 6 a 11 da Cartilha 1, traz no seu conteúdo uma releitura assertiva das condições de falência da usina, passando pelo descaso dos usineiros a apropriação das relações de produção pelos trabalhadores da massa falida, para mostrar como era a usina na

época dos usineiros e como ela pode ser a partir do compromisso coletivo para reconstruí-la como empreendimento solidário, tornando-se, devido a capacidade de organização do coletivo, um modelo político, econômico e social para os movimentos sociais. Claro que numa leitura mais debruçada encontramos na Usina Catende condições avessas aos princípios organizativos da prática da economia solidária, definidas por Singer (2000, p. 13), como condições essenciais para a posse coletivo dos meios de produção.

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: (1) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; (2) gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados da empresa não é demasiado) ou por representação; (3) repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; (4) destinação do excedente anual (denominados “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados (SINGER, 2000, p. 13).

A Usina Catende tem no seu quadro mais de 3.000 famílias envolvidas diretamente com o empreendimento, espalhadas pelas terras que compõem o espaço geográfico da Usina. Por isso, numa situação específica como essa é preciso abrir espaços para o exercício *participativo*, facilitando a tomada de decisões a partir do coletivo. A solução encontrada foi a constituição de representações (associação, sindicatos, comitês, etc.) equitativas, validando nas decisões dos representantes com os interesses do coletivo. A esse respeito à Cooperativa Harmonia vem procurando mediar esses espaços de participação coletiva, cita Helena⁴², na apresentação dos *informativos* (mensais, trimestrais, semestrais, etc.) das prestações de contas, reuniões, seminários com o objetivo de deixar o coletivo ciente das decisões aprovadas nas reuniões com o Comitê Gestor.

Em minha opinião eles [os trabalhadores cooperados] sabem de tudo que está acontecendo, mesmo aqueles que não participam das reuniões, porque cada membro das associações que vão para as reuniões tem a obrigação de quando chegar ao engenho fazer uma reunião para apresentar as prestações de contas e tudo mais. As vezes alguém fica dizendo que não entende o que está sendo repassado, mas porque não participam e as vezes ficam desacreditados e nem querem participar. Mas são convidados! Acredito que cada um deles tem o **direito e liberdade** de chegar à usina e cobrar aquilo que lhe é de direito. Esse direito não é negado. E, para isso estamos sempre nas reuniões para ver de perto, entender como o processo é divulgado.

É possível constatar ranços de uma cultura de desigualdade social instituídas pelos usineiros com a divisão entre campo e fábrica nas falas de alguns representantes. A presença

⁴² Maria Helena, Presidente da Associação do Engenho Bálamo da Linha. Entrevista para a pesquisa. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Jaqueira: Engenho Bálamo da Lina, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h26min11sec.) de nº 27092007.

objetiva e subjetiva que inspira a desigualdade econômica e social ainda é uma realidade presente entre os trabalhadores dos 48 engenhos, distribuídos nos cinco municípios das ZPAs, os operários da Usina, funcionários administrativos, técnicos especializados, assessores do projeto, entre outros que compõem a estrutura humana da Usina, dificultando, por vezes, a superação das desigualdades, a exemplo dos “salários” pagos aos cargos de direção, passando pelo operário até o trabalhador do campo.

No que se refere aos fatores que influenciam as desigualdades, podemos discriminar os seguintes pontos: a presença forte da estrutura funcional da *plantation* que aleija a possibilidade de se *criar* um espaço de equidade entre todos os trabalhadores, ou seja, a hegemonia da monocultura da cana-de-açúcar dificulta a diversificação produtiva num porte que possa suprir a demanda do coletivo que compõem a Cooperativa Harmonia; a distância geográfica e a locação dos trabalhadores entre as ZPAs constituem outro fator que dificulta a realização de um trabalho *econômico e social* de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho; a dificuldade do *conhecimento* mais específico (técnico) para se trabalhar outras culturas produtivas na terra. Outro fator crucial é a falta de capital de giro para programar novas ações e aumentar o fluxo de produção da usina que ainda passa pelo processo de pagamento das dívidas trabalhistas, credores e fornecedores que exigem, por vezes, pagamento antecipado por consequência da situação falimentar da Usina; e, as ponderações dos operários da Usina com relação às ações administrativas (pagamento da quinzena, da produção, ações educativas, projetos de diversificação produtiva, etc.) do Comitê Gestor são *vistas* com certa desconfiança, por parte dos operários, porque beneficiam mais o trabalhador do campo do que os da indústria, fala Edivaldo⁴³:

O trabalhador do campo é mais beneficiando. Ele hoje planta nas terras da Usina e é um projeto bonito, merecido para o trabalhador do campo, mas o da indústria até agora não chegou nada de diferente; o da indústria é só o salário e não tem onde buscar alternativa, se não tiver o salário morre de fome, eles não tem nada além do salário. Já o *pessoal* do campo tem a cana [Programa “Cana do Morador”], o peixe [Projeto de Piscicultura], a galinha, o boi, a macaxeira, eles têm como negociar, eles tem como se salvar. Já o da indústria não, é apenas o salário.

Apesar da situação incômoda para alguns trabalhadores, o coletivo, representado pela Cooperativa Harmonia, precisa reavaliar as possíveis divergências entre o *pessoal* da fábrica e do campo, superando as diversidades. Entretanto, reconhecemos que a condição de massa

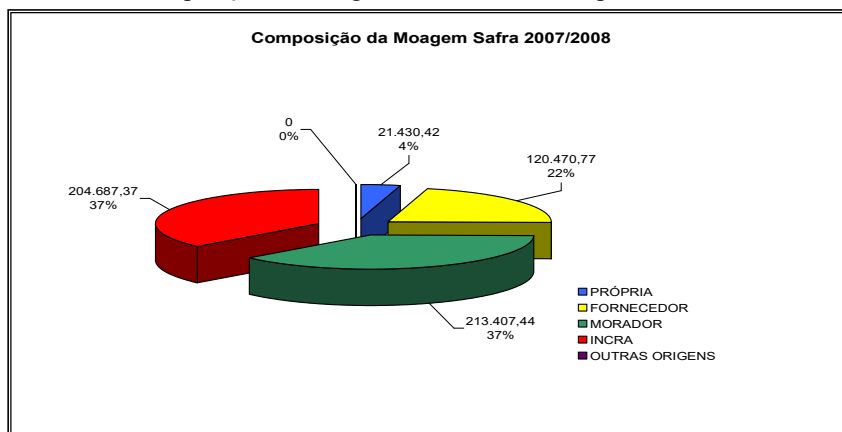
⁴³ Edivaldo Ramos da Silva. Diretor de Base do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do álcool do Açúcar e do Alcool de Pernambuco. Entrevista para a pesquisa. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Sala da Diretoria, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h25min13sec.) de nº 04122007.

falida cria questões jurídicas que impede a Cooperativa de conseguir financiamentos em nome da Usina para desenvolver projetos com os operários.

O *peçoal* do campo tem acesso a financiamentos e convênios através da CONAB e programas interministeriais do Governo Federal. Tais financiamentos, a exemplo do Pronaf C, atende as expectativas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, correspondente a 34% da composição da moagem da cana-de-açúcar na Usina. Como podemos verificar na distribuição dos percentuais de participação na moagem apresentado no gráfico abaixo.

O acesso aos recursos da CONAB pelas famílias do Programa “Cana do Morador” garante o pagamento dos insumos, funcionários, operários, trabalhadores do campo, entre outros serviços. Hoje, portanto, os recursos oriundos de financiamentos como o Pronaf C, responsável pela manutenção e operacionalização do empreendimento, gera uma dependência do coletivo com as políticas sociais do Governo Federal. O Quadro 4 mostra a composição do percentual de participação na moagem da Usina Catende. Podemos observar que a participação da Cana do Morador é bastante expressiva, sendo responsável por um percentual considerado, garante o funcionamento produtivo da Usina.

Quadro 4: Composição da moagem da Usina Catende para a safra



Fonte: Cooperativa Harmonia – 2008.

Os dados do Programa Cana do Morador, como podemos constatar no capítulo seguinte, demonstram que as ações desenvolvidas com o coletivo ajuda a diminuir as diferenças socioeconômicas existentes entre os trabalhadores da Usina, especificamente do *peçoal* do campo. No que se refere ao *peçoal* da fábrica o Governo Federal está levando para a Usina Catende o Programa Escola na Fábrica, de iniciativa do Ministério da Educação, que procura suprir a formação profissional de jovens de baixa renda, de 16 a 24 anos, nas empresas que atende o perfil do programa, observando a necessidade de se adequar as

situações locais, priorizando a inclusão dos filhos e filhas dos operários da fábrica (incluindo também os do campo de acordo com o processo de seleção).

Na ocasião da pesquisa de campo, no segundo semestre de 2007, acompanhamos a vistoria técnica da assessora do MEC, Liseloti Kleber, que esteve na usina para intermediar a criação do Programa Escolas de Fábricas na Usina, com o objetivo de oferecer formação inicial e continuada para o exercício de uma profissão nas áreas da indústria, comércio e prestação de serviços, a partir do exercício de 2009.

Trata-se de uma prática pedagógica (formativa) que tem seus objetivos, conteúdos, metodologias, etc., construídos a partir da realidade própria dos trabalhadores, abrindo um campo vasto para se discutir às mudanças que estão acontecendo na usina e, ao mesmo tempo, articular os trabalhadores com as mudanças. As mudanças para a autogestão e economia solidária é um convite para os trabalhadores dialogarem sobre o funcionamento administrativo da Usina Catende.

A Cartilha 1, nas páginas 16 a 18, convida os trabalhadores para discutir questões presentes na (re)organização da estrutura funcional da Usina, quando os provoca para impelir no diálogo questões *reflexivas*, formuladas a partir da realidade objetiva. As questões sugeridas apresentam uma conotação dialógica, porque desafia os trabalhadores a questionar as mudanças constituídas pelo coletivo.

Como pode funcionar uma empresa de autogestão?

Vamos discutir juntos

1. A empresa não tem patrão;
2. A administração é participativa, gerencia-se a partir de todos, decidindo-se com todos e em nome de todos. Tudo é decidido pela maioria;
3. Os acionistas são donos do empreendimento;
4. As decisões são tomadas coletivamente pelos sócios reunidos em assembleia;
5. As informações da empresa são abertas a todo mundo;
6. Os salários são transformados em *retiradas*, que podem ser acrescidas das *sobras* mensais depois de pagos todos os custos da empresa;
7. As retiradas podem ou não ser iguais para todo mundo, porém as diferenças não podem ser muito grande ente a menor e a maior;
8. O trabalho é solidário e todos se preocupam com o bem estar das pessoas e da empresa;
9. O crescimento da empresa é o crescimento de todos juntos. Melhoram suas retiradas, havendo mais recursos para investimento em novos postos de trabalho;
10. A gestão da empresa é compartilhada. Como instância principal, tem-se um conselho, eleito pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, representando um segmento, um setor ou uma determinada área geográfica;
11. Esse conselho possui um regimento que regulamenta todo seu funcionamento, elaborado a partir da análise e da aprovação de todos/as;
12. As instâncias da administração da empresa estão subordinadas à Assembleia dos Trabalhadores e atuam junto ao conselho;
13. Os trabalhadores/as têm a responsabilidade conjunta com a empresa, tanto nos investimentos, divisão dos lucros, bem como, com algum tipo possível de prejuízo.

A linguagem expressa a realidade que se mostra na mudança das relações *interna* e *externa* dos trabalhadores da Usina Catende. Seguindo esse contexto a *práxis* pedagógica desenvolvida com os trabalhadores de Catende se distancia da educação tradicional que traz todo o procedimento didático já pronto atendendo as determinações ideológicas da classe dominante. Trabalhar as implicações das diferenças ideológicas e práticas de conceitos administrativos como *heterogestão* e *autogestão*, equilíbrio entre *despesas* e *receitas* no curso A USINA CATENDE: por uma cultura de autogestão, da Cartilha 1, é uma característica de uma educação para a mudança que convida os homens e mulheres a se comprometer com o coletivo, porque “..., na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade” (FREIRE, 1999, p.39), se transformando e transformando a realidade numa *práxis* social.

A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) tem uma participação importante na discussão da autogestão ensinando os trabalhadores a se organizarem com os dissídios da massa falida, definindo as ações administrativas com o objetivo de recuperar a Usina para os próprios trabalhadores. Na mesma perspectiva, da discussão da *práxis* pedagógica, também é oferecida a formação técnica e de custos do plantio da cana, aproximando os trabalhadores do conhecimento sobre a composição do processo produtivo da *plantation*.

O acesso às tecnologias da informação também é uma das prioridades do Projeto Catende Harmonia, mantendo um núcleo de informática no Grupo Escolar Herculano Bandeira, no centro da Cidade de Catende, dando oportunidade de inclusão digital para os associados da cooperativa e seus familiares. A mesma escola mantém o atendimento à educação infantil e a primeira fase do ensino fundamental para os filhos e filhas de trabalhadores da usina.



Fotos da fachada externa do Grupo Escola Herculano Bandeira e da sala de inclusão digital

Pernambuco - Cidade de Catende

Fonte: Acervo de pesquisa (fotos 0738-0739, set/2007)

Outras aprendizagens também foram incorporadas para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras através dos programas de diversificação produtiva e formação de jovens filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e fábrica para exercer funções administrativas.

A formação para a autogestão abre desafios pedagógicos para inserção dos trabalhadores no processo como um todo. São desafios que passam pela formação dos técnicos até os trabalhadores que lidam diretamente com o cultivo da terra. O curso A USINA CATENDE: técnicas e custos do plantio da cana, Cartilha 2, apresenta as técnicas de sistematização as experiências do manuseio da terra, ampliando o conhecimento para melhoria da produção e da produtividade dos trabalhadores, trazendo para discussão assuntos pertinentes ao *preparo do solo e o plantio de cana; a adubação; a aplicação de defensivos agrícolas (herbicidas); e, o acompanhamento do plantio e o cálculo dos custos da produção.*



Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável Local
Chalé do Alto – Usina Catende
Fonte: Acervo de pesquisa (foto 0015, out/2007)

No mês de outubro de 2007, tivemos a oportunidade de acompanhar o *Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável Local para Catende Harmonia* com a participação dos sindicatos, representantes dos engenhos, equipe pedagógica e técnica que compõe a autogestão do projeto. Estavam também presentes representantes da ANTEAG, INCRA, Projeto Sabiá, PROMATA trazendo propostas e avaliando as perspectivas de desenvoltura do Projeto Catende Harmonia na consolidação da Cooperativa Harmonia. Uma das discussões em pauta que nos chamou atenção foi o *informativo* dos custos de plantio da cana apresentada pelo agrônomo responsável da Usina, Juan Nodears (foto acima

apresentando os dados dos custos de plantio da cana), socializando as informações técnicas numa linguagem acessível.

A apresentação do *informativo* provocou a participação dialógica de todos os presentes na sala do Chalé do Alto, Usina Catende, porque trazia dados de interesse coletivo, dispondo sobre aumento dos insumos do plantio gerando custos mais altos e perdas no preço do produto, acompanhada da queda do produto no mercado; a renovação, financiamento antecipado Pronaf “C” para o plantio da cana; e, a projeção da safra de 2008. A incorporação de outros aprendizados contribuiu para fomentar a participação dos trabalhadores nas decisões coletivas, diz Lenivaldo⁴⁴, dando a eles confiança para *interferir e opinar*.

Então, outros **aprendizados** foram sendo incorporados ao Programa Cana do Morador e as famílias. Isso facilitou à autogestão, facilita. Não é só o administrativo que fala, eles [trabalhadores e trabalhadoras] veem, percebe e convivem com isso, ou seja, o preço da cana-de-açúcar. Os trabalhadores e as famílias plantadoras de cana percebem o preço do açúcar no supermercado. Ai, eles já vão calculando que a cana está subindo ou o preço está descendo; eles sabem do custo que eles plantam e comparam com o do coletivo. Cana do morador, eu, diria que foi um processo de aperfeiçoamento tanto do negócio da economia, mas também, sobretudo, da **inclusão social** de assalariados rurais dentro do negócio da produção do açúcar.

A fala de Lenivaldo nos leva a entender como a prática solidária é importante para os trabalhadores ao tempo que provoca um *sentimento* de partilhamento, de responsabilidade coletiva, de conhecimento sobre o impacto que suas decisões podem ter para o fortalecimento ou enfraquecimento do *empreendimento solidário*.

Nessa perspectiva, a *práxis* pedagógica das ações educativas, enquanto educação popular está se redefinindo na própria experiência dos trabalhadores da Usina por meio da afeição recíproca entre os atores sociais do movimento, como explica Singer (2005):

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado (SINGER, 2005, p. 16).

As ações educativas despontam o propósito de uma reeducação pautada no *popular*, ou seja, uma reeducação pautada na dimensão da cidadania, da qualificação profissional, na

⁴⁴ Entrevista para esta pesquisa.

participação, no respeito à pessoa, na responsabilidade de direitos e deveres, *pensando* desenvolvimento humano sustentável e solidário. Consequentemente, o *empreendimento solidário* é a opção de organização de uma classe social, mais precisamente a *classe-que-vive-do-trabalho*, que se afirmam como senhores dono da sua força de trabalho e, seguidamente, dos meios de produção, como *seres da decisão e da ruptura*, tornando o exercício da autogestão e da prática da economia solidária um processo de transformação social que se constrói no processo das experiências do coletivo.

A apresentação da categoria *educação* e sua relação com à prática da economia solidária, desvela os aspectos ideológicos existente no processo de reeducação dos trabalhadores que se apropriaram dos meios de produção, deixando claro que o conceito de *conscientização*, como é abordada por Freire (1999), se assemelha as práticas revolucionárias dos *sujeitos* responsáveis pela concretização das mudanças na Usina que se exterioriza na luta pelo movimento contra o sistema vertical de administração e pela consolidação do modelo de autogestão coletiva proposta para a massa falida.

A discussão seguinte apresenta as implicações do conceito de *conscientização*, na ponderação da leitura de Freire (2001), para as ações educativas dentro do Projeto Catende Harmonia, especificamente, no que diz respeito a posição dos trabalhadores diante do novo.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 2001, p. 26).

2.3 Educação e conscientização

A economia solidária é baseada na prática do *comércio justo* (Fair Trade) e, diante do cenário econômico nacional, se apresenta como uma atividade inovadora que redefine os caminhos do comércio que, paralelamente, também é responsável por disseminar uma prática pedagógica fundamentada numa ética solidária, *mutualista* e cooperativo. Trata-se, portanto, de uma *práxis* pedagógica que junto com a economia solidária cria novos caminhos e possibilidade para o coletivo que vem construindo um projeto com os trabalhadores da Usina.

Esse desafio, para Singer (2004, p. 16), pressupõe a construção de um projeto social erguido numa *práxis* pedagógica que seja inovadora que possa romper com os mecanismos ideológicos de manipulação do capitalismo, que faça o trabalhador abrir os olhos para a realidade objetiva que está a sua frente e que permita uma reeducação para o coletivo,

observando o *ensinamento* dos valores cooperativos, solidários e de autogestão. Entretanto, todo *ensinamento*, para Freire (1987), tem que ser construído junto, nos lembra o educador pernambucano que “ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos”. Nesse aprender juntos que devemos conceber o nosso *pensar, agir e decidir*, ou seja, no partilhamento do *eu* com o *outro* compondo o *nós*, e, é essa composição que leva os trabalhadores ao comportamento cooperativo, as ações coletivas, as decisões coletivas, as discussões coletivas para se encontrar soluções para enfrentar os obstáculos socioeconômicos (e outros) de forma coletiva.

Assim, as novas configurações do mundo do trabalho, dentro do cenário da Usina Catende, surgem a partir da necessidade de superação das diversidades, da instabilidade social, da insegurança dos trabalhadores diante do mercado competitivo, mais precisamente, dos baixos salários, ao péssimo nível dos serviços públicos de saúde e educação, da *exclusão* tecnológica, da precarização do trabalho e do distanciamento entre os bens de produção e do sujeito que conceberam esses bens com sua força de trabalho.

A autogestão e a economia solidária, como base para construção do Projeto Harmonia, representam as *mediações constituintes e constituídas* pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras para transformar-se e transformar a realidade objetiva, determinante das relações socioeconômicas, da superação do velho e da construção do novo.

Conhecer a realidade socioeconômica e as malhas ideológicas dessa realidade abre para o trabalho uma nova perspectiva de compreensão das suas condições sociais. A partir dessa compreensão singular e filosófica os homens e mulheres começam a questionar o “porquê” das coisas, desvelando os acontecimentos corriqueiros imbuídos de valores ideológicos, as tramas que envolvem os trabalhadores e trabalhadoras no contexto social. Mas, compreender o contexto da realidade e, conseqüentemente, transformar essa realidade é preciso ter uma visão consciente e política do mundo que estamos inseridos. Aproximando-nos desse mundo, afirma Freire (2001, p. 26-27), anunciando e denunciando o que está aí, poderemos transformar o mundo que caracteriza as relações determinantes da realidade *opressora*. Mas, é preciso que consciência e *práxis* possam constituir uma unidade dialética para transformar a realidade se fazendo como ato de ação-reflexão diante da contraposição do mundo *feito*.

A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o mundo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam

o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 2001, p. 26).

Nesse caso, a *práxis* pedagógica *convida* os trabalhadores e trabalhadoras a interagir criticamente e propositalmente com os mecanismos *funcionais* da realidade que estão inseridos. Dessa forma, eles(as) podem superar as situações-limites⁴⁵ que se encontram na realidade objetiva, porque essa superação “... só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade.” (FREIRE, 1981, p. 35) que, por sua vez, depende do estado de conscientização presente no ato ação-reflexão dos *sujeitos* envolvidos nas situações-limites.

As ações desenvolvidas na Usina Catende, na fala de Lenivaldo⁴⁶, traz mudanças profundas nas relações sociais e econômicas que requer dos envolvidos uma conscientização diante da apropriação dos instrumentos de produção.

Mas, eu diria que essa é a principal mudança de trabalho que vem acontecendo aqui no campo da antiga Usina Catende, [isto é] um trabalho que requer **consciência coletiva**, requer responsabilidade coletiva, isso é uma construção, digamos assim, que estar sendo feito primeiro à transformação da cultura do salário, para a cultura de responsabilidade coletiva, ou seja, que o trabalhador é o dono. Creio que a emancipação do trabalho está justamente nisso, isto é, o vínculo de pertença e o vínculo de ser dono coletivo de um patrimônio que não era dele.

Conscientização e *práxis* são dois conceitos que no mundo concreto estão interligados de forma singular, *responsáveis* pela realidade transformada desvela a dimensão *obscura* que se encontra o mundo. As mudanças nas relações de trabalho, tal como está acontecendo na Usina Catende através de ações como os aprendizados dos cursos de formação para a autogestão, plantio da cana, diversificação produtiva e outros, representa a unidade dialética da relação educação e conscientização dos trabalhadores(as) com o mundo do trabalho. A conscientização analisa Freire (1982), é um processo exclusivamente humano e, acontece na relação do homem e da mulher com o mundo em que eles(as) estão envolvidos, na medida em que descobrem que são capazes de transformar a realidade existente.

O ponto de partida para uma análise, tanto quanto possível sistemática, da conscientização, deve ser uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes *no* mundo e *com* o mundo. Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é, um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específica e exclusivamente humano. É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres, como seres “abertos”, são

⁴⁵ Situações-limites é a condição opressora do aqui e agora que nós (homens e mulheres) precisamos superar.

⁴⁶ Entrevista para esta pesquisa.

capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio da linguagem criadora (FREIRE, 1982, p. 65).

A partir da consciência que os trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos numa realidade específica e que a transformação dessa realidade depende da atuação deles sobre o mundo, como é o caso da Usina Catende, convida os trabalhadores e trabalhadoras a criticidade, a consciência da sua condição de oprimido, e na medida em que passam a *pensar*, *agir* e *decidir* coletivamente sobre a realidade objetiva, reivindicando o seu espaço social de forma consciente, impõe a sua presença criadora, transformadora, deixando nela as marcas do seu trabalho.

A *práxis* pedagógica vai procurar a partir da própria realidade dos trabalhadores e trabalhadoras as mediações formativas, na linguagem (codificação e decodificação) *cultural* dos cooperados, nas técnicas de apropriação do trabalho, nas necessidades imediatas, na procura de diversificações produtivas para os moradores dos engenhos, emergem da dimensão que o movimento assumiu quando os trabalhadores e trabalhadoras se apropriaram dos meios de produção por decorrência da medida falimentar decretada pela Justiça de Pernambuco a favor dos principais credores (trabalhadores e Banco do Brasil). Dando iniciou a reconstrução da Usina com a participação dos trabalhadores; da reorganização dos trabalhadores e trabalhadoras numa cooperativa solidária; da definição de um modelo de gestão para a Usina; e, de uma *práxis* pedagógica e popular que preparasse os trabalhadores para o novo modelo de gestão que estava sendo implantando.

A consciência que os trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende estão vivenciando é resultado da *práxis* pedagógica que desvela as circunstâncias sociais e econômicas que o sujeito está envolvido numa perspectiva de mudança da sua condição de oprimido. A consciência, portanto, que nos referimos é a tomada de decisão dos homens e mulheres de transformar a realidade, procurando e construindo alternativas para superar as diversidades sociais e econômicas que oprime e reprime o direito do *pensar*, *agir* e *decidir* sobre a sua força de trabalho, definindo também uma posição política diante da realidade *dialógica* que estão vivenciando nas relações internas da Cooperativa Harmonia.

Para Freire (1987, p. 47) a realidade dialógica e libertadora passa por dois momentos: o desvelar do mundo na *práxis*; e vivenciar a pedagogia da libertação como um processo constante de reflexão e ação que leva o oprimido a politização. É pensando o conceito de popular a partir dessa leitura que podemos compreender melhor a dinâmica interna das

relações econômicas e humanas, marcada pela solidariedade, no contexto das práticas alternativas desenvolvendo atividades de geração de trabalho e renda.

As ações alternativas, nesse contexto, mudam em vários aspectos o cenário econômico da região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, provocando nos trabalhadores de outras usinas e atividades diversas o desafio de *repensar* suas relações de trabalho, provocando diversas manifestações de reivindicações por melhores condições de trabalho e salário. Isso significa posicionar-se de forma consciente diante da realidade objetiva, criando e recriando novas perspectivas de participação social e política de enfrentamento das diversidades socioeconômicas.

Partindo da ideia que o sujeito é o protagonista do seu próprio processo de desvelamento do mundo, transformando a sua realidade objetiva, transformando as relações de trabalho e produção em relações de autogestão e da economia solidária, podemos pressupor que a *práxis* das ações educativas que veem sendo definidas na própria experiência dos trabalhadores da Usina, conforme discriminado no Quadro 3, representa a iniciativa do coletivo para a construção de um espaço de conscientização e emancipação.

Sublinhar ações pedagógicas realizadas com os sujeitos, através da *práxis* pedagógica, da Cooperativa Harmonia é reconhecer a importância dessas ações para a consolidação do projeto como um todo. Os Incisos VIII e XII do Art. 2, do Estatuto Social da Cooperativa, enfatiza o estímulo a formação profissionalizante, a capacitação dos trabalhadores e familiares (cooperados), aprimorando a consciência crítica e a participação coletiva na autogestão e na economia solidária, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Art. 2 A COOPERATIVA HARMONIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES é uma sociedade com estrutura jurídica própria, constituída com fundamento na Lei Federal 5.764/71, na legislação pertinente, nos princípios da autogestão e da economia solidária, tendo como objetivos essenciais a integração social e produtiva dos cooperados; a associação cooperada de bens e serviços para o exercício de sua atividade econômica, no interesse comum e sem finalidade lucrativa, compreendendo a execução de atos cooperativos, direcionados, entre outros, à realização e oferta coletiva da sua produção familiar e dos seus serviços; celebração coletiva de 95 operações comerciais e contratos; cobrança e recebimento do preço contratado para os seus produtos e serviços; registro, controle e distribuição dos resultados, sob a forma de produção ou de valor referencial, bem como a apuração e a atribuição aos cooperados das despesas da sociedade, tudo mediante rateio na proporção direta da fruição dos produtos e serviços da sociedade, tendo as seguintes finalidades sociais:

.....
VIII - Promover cursos profissionalizantes e de capacitação para os agricultores e agricultoras familiares cooperados e para a comunidade, buscando atender ao melhor interesse da COOPERATIVA HARMONIA e seus resultados;

.....
XII - Desenvolver treinamentos e programas de capacitação voltados a aprimorar a consciência e as práticas dos cooperados na preservação e na recuperação do meio-

ambiente, bem como no desenvolvimento da produção rural e industrial de modo sustentável;

A leitura do Art. 2, do Estatuto Social da Cooperativa, evidencia claramente a importância de uma *práxis* pedagógica dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende como apropriação do conhecimento para a superação das situações-limites que eles veem enfrentando, dando, assim, embasamento político e técnico para cobrar, reivindicar, lutar, construir espaços de convivência coletiva e partilhamento dos bens de produção. Tais situações-limites, muitas vezes não são enxergadas devidamente causando uma sensação de incômodo, levando alguns *seres humanos* a permanecer na condição de ser menos. Aos homens e mulheres do Projeto Catende Harmonia não se aplica a essa condição de *medo* do novo, pois eles conseguem enxergar nas suas ações uma realidade diferente daquela que eles vivenciaram na época dos usineiros. Enxergar a realidade de forma consciente não é um acaso, porque ao se deparar com a realidade o sujeito histórico, na leitura de Freire (2002, p. 37), se vê no mundo e sente a necessidade de transformar a realidade social.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtos desta realidade e se esta, na inversão da *práxis*, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2002, p. 37).

Os cooperados da Usina Catende estão construindo novos espaços de criação e ressignificação das relações de trabalho. Esses novos paradigmas da organização da teia social na Usina oferecem oportunidades para a *classe-que-vive-do-trabalho* conquistar, apoiando-se na análise crítica de Gadotti (2004, p. 192), a maturidade necessária para administrar os meios de produção e reconhecer-se como classe gestora desses meios, incorporando coletivamente as experiências vivenciadas no projeto.

..., para assumir a direção e a hegemonia da sociedade, a classe trabalhadora precisa munir-se de maturidade, de competência e de **consciência de classe** [grifo nosso], capaz de suprimir qualquer dominação de classe. Isso não se dá sem uma profunda formação cultural, política, social e econômica da classe trabalhadora, sem a apropriação de métodos, técnicas e conhecimentos, hoje restritos à classe economicamente dominante (GADOTTI, 2004, p. 192).

Com relação à educação, Gadotti (2004) ainda esclarece que é através dessa maturidade que a *classe trabalhadora*, definida como a *classe-que-vive-do-trabalho*, encontra as ressignificações do *saber* para mediar às mudanças das relações sociais.

É aqui que a educação poderá dar uma grande contribuição à classe trabalhadora, fugindo dos esquemas simplistas preparados pela pequena burguesia escola, que se entretém em oferecer à classe trabalhadora uma escola com formação técnico-científica superficial. O fundamental para a classe trabalhadora não é aumentar o seu saber técnico para melhor servir ao capital, mas conquistar maturidade suficiente para enfrentá-lo e tornar-se classe dirigente (GADOTTI, 2004, p. 192).

Sob esse aspecto, as categorias *educação* e *trabalho* representam as mediações das mudanças das relações sociais na Usina Catende, contribuindo na *formação*, *conscientização* e *dialogização* ao mesmo que tempo que acontece a dinâmica das novas relações de trabalho *coletivo*, *mutualista* e *partilhado* os instrumentos de produção através da autogestão e da economia solidária.

A relação implícita da categoria *educação* com o *trabalho* tem como referência elaborar estratégias apropriadas e adequadas para receber as mudanças sociais responsáveis pela abertura de pensado pelo coletivo do Projeto e, obviamente, na seguridade dos postos de trabalho, ou seja, na sua manutenção.

Na nova estrutura, para além dos espaços definidos pelo capitalismo, a autogestão da Usina demonstra a capacidade de conciliar os interesses do coletivo, respeitando o outro, as questões de gêneros, as diferenças culturais, incorporando nas suas práticas específicas a representação de vários segmentos sociais que existem em torno da massa falida. Mas, a conciliação das diferenças depende da conscientização do coletivo ou da *automudança consciente*, cita Mészáros (2006, p. 65), que vai encontrar nas estratégias da educação ou na prática de uma reeducação, segundo Singer (2005, p. 16), o caminho para se transformar e transformar a realidade objetiva de um mundo “feito” que precisa urgentemente ser *refeito* a imagem da *classe-que-vive-do-trabalho* e de uma proposta de organização de trabalho que não seja opressora.

... o papel da educação é **soberano** [grifo nosso], tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a *efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho* seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (MÉSZÁROS, 2006, p. 65).

Na construção dos espaços democráticos de participação do coletivo, relembando as ações pedagógicas realizadas com os trabalhadores da Cooperativa Harmonia, as ponderações educativas definem, dialeticamente, *uma ação cultural para a liberdade*, apropriando-se do conceito utilizado por Freire (1982), para concretizar os *sonhos* possíveis vindas com as novas

relações sociais. Acontece que a *práxis* das mudanças *precede* a conscientização da realidade objetiva que os homens e mulheres estão inseridos e alienados pelas relações de produção e consumo, pela propriedade privada, pela classe burguesa, pela ideologia dominante do capitalismo.

Para alcançar um estado mais elevado de conscientização é preciso que os sujeitos *na* história tenham consciência do seu papel como sujeitos fazedores *da* sua história, superando as diversidades sociais. Mas, para alcançar a superação das diversidades requer uma educação que seja acima de tudo uma educação *para além do capital*, além da alienação do trabalho, que seja mediado pela *práxis* pedagógica e consolidada nas experiências próprias dos trabalhadores(as) da Usina Catende. Como afirmar Mészáros (2006, p. 71-72) uma educação transformadora só é concretizada uma nova ordem social a partir da preposição de uma educação *para além do capital*.

A educação *para além do capital* visa a uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma *alternativa concreta* e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientação pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito (MÉSZÁROS, 2006, p. 71-72).

Certamente, podemos tirar da leitura dos teóricos apresentados nas discussões sobre a *educação para autogestão* e das *observações* da pesquisa de campo que um dos conceitos imprescindíveis para compreendermos toda a conjuntura das mudanças nas relações sociais e econômicas, em experiência na Usina Catende. Mas, é a leitura do conceito de alienação e a sua implicação no mundo objetivo, como é definido por Marx nos Manuscritos de 1844, que nos revela as peculiaridades de exploração e opressão que a *classe-que-vive-do-trabalho* vivencia nas relações de trabalho e produção. A leitura de Marx (1989) sobre a alienação, portando, propicia subsídios teóricos para compreender na prática as mudanças internas que estão acontecendo no cenário da Usina Catende com a sua reorganização em um empreendimento solidário, preocupado com as questões sociais e econômicas dos trabalhadores trabalhadoras daquela Usina.

CAPÍTULO 3

ADEUS! MANGUEIRAS, COQUEIROS, CAJUEIROS EM FLOR: METAMORFOSES DO TRABALHO

3.1 Trabalho e alienação

A categoria trabalho, que será delineada neste capítulo, é utilizada para o homem como ser social (ANTUNES, 2004, p. 8) e não apenas como um subproduto, o que torna a sua discussão relevante para se entender os aspectos históricos, do ponto de vista filosófico, que envolve às práticas pedagógicas e sociológicas responsáveis pelas mudanças nas relações de trabalho no contexto da Usina Catende, sobretudo na atualidade que onde a sociedade passa por ajustes na economia mundial com a propagação da política neoliberal. É diante da realidade da sociedade capitalista, cada vez mais excludente, e de um Estado menos participativo que se surge a necessidade de mudanças de atitude dos trabalhadores dentro das relações de trabalho.

A construção do Projeto Catende Harmonia, baseado nos princípios de uma economia solidária e de autogestão, passa necessariamente pela reformulação de vários conceitos existentes da sociedade capitalista, centrado nos espaços de participação coletivo. A criação de espaço de participação coletiva é importante para a classe-que-vive-do-trabalho porque eles conseguem a partir desse espaço redefinir relações econômicas e sociais para o mundo do trabalho em um contexto que os sujeitos do processo compartilham os bens de produção e o lucro de forma coletiva, tendo uma participação consciente e livre nas relações de produção.

O conceito de alienação, descrito nos manuscritos de Marx (1989), revela-se em um conceito crucial para desvelar o processo das relações de trabalho existente na produção na cultura canavieira. A partir do conceito de alienação é possível conhecer e identificar a situação do sujeito histórico (os trabalhadores da Usina Catende), a forma que se encontram na conjuntura socioeconômica da produção, a forma de “dominação” e de controle ideológico que são submetidas pela classe economicamente dominante na região da Zona da Mata de Pernambuco, que podemos nomear como sendo a burguesia agrária.

A “submissão” é uma consequência da necessidade de adaptação e sobrevivência dos trabalhadores do campo e do operário da Usina frente a realidade objetiva da atividade produtiva. Tanto o trabalhador do campo quanto o operário da Usina são desfavorecidos econômico e socialmente, muitas vezes desvalidos dos seus direitos trabalhistas e, por isso,

precisam constantemente buscar através de representações coletivas os seus direitos, negados pela sociedade capitalista que procura constantemente sufocar as reivindicações sociais dos trabalhadores na organização das relações de produção, tornando-os cada vez mais submissos ao salário que são impostos a eles. É uma situação de conflito, segundo Singaud (1980), que vem desde o nascimento dos engenhos e se exterioriza da expropriação da força de trabalho exaustiva da atividade canavieira seguido na negação de um pedaço de terra para o cultivo de subsistência.

Nesse contexto a classe trabalhadora, segundo Marx e Engels (2006), deve encontrar alternativas frente as relações expropriação da força de trabalho e reagir à situação de miserabilidade e estagnação econômica e social que são submetidos. Apenas através da reação coletiva dos trabalhadores é possível construir alternativas de mudanças no contexto histórico.

A luta da classe-que-vive-do-trabalho, no caso os trabalhadores do campo e os operários da Usina, encontram nas reivindicações pelos direitos trabalhistas a expressão da legitimidade da luta de classes através da autogestão da massa falida, garantindo a permanência da frente de trabalho. Nesse viés, a luta do coletivo vai além da luta pelos direitos trabalhistas suprimindo a hegemonia da “estrutura ideológica dominante”, a partir do momento que o sujeito social (e histórico) liberta-se do jugo da alienação, da sua condição de oprimido e passa a ser o sujeito do processo, exteriorizando-se no Projeto Catende Harmonia e nas demais ações desenvolvidas pelo Comitê Gestor da Usina.

A atividade humana prática que a *classe-que-vive-do-trabalho* vem construindo, com as experiências de autogestão na Usina Catende, está mostrando que a autogestão e a economia solidária pode ser apresentado como alternativa para o enfrentamento das diversidades das relações de trabalho e produção, se definindo como um novo paradigma no *precário* mundo do trabalho. Vejamos, por exemplo, o que Dulce⁴⁷, Presidente da Cooperativa Harmonia, fala sobre as relações de trabalho na Usina Catende na época dos usineiros para entendermos as mudanças *precário* mundo do trabalho hoje:

[as relações de trabalho antigamente]⁴⁸ é uma relação completamente diferente, não tínhamos uma relação de trabalho na época com os donos; era um trabalho explorado, sem dinheiro e nada praticamente; e, hoje com essa mudança, com o

⁴⁷ Maria Dulce de Afonso Ferreira de Queiroz (*conhecida por todos na usina como Dulce*). Na ocasião da entrevista era a presidente da Cooperativa Harmonia Catende. Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h49min14sec.) de nº 26092007.

⁴⁸ Os comentários entre colchetes são *adentro* explicativos colocados com o objetivo de esclarecer alguns pontos obtusos da análise do discurso de forma que não altere o sentido intrínseco do raciocínio do entrevistado. Essa técnica será utilizada ao longo da análise das entrevistas de campo com o objetivo de situar a relação entre o discurso e a análise.

projeto, surge um tipo de usina diferente que é uma usina de autogestão. Nós levamos muito tempo para colocar na *cabeça* do trabalhador que ele seria dono do seu próprio negócio, pois para as pessoas se acostumarem a gerir seu próprio negócio é muito difícil, porque quem vem de um trabalho de usina antiga, de um trabalho difícil, que só tem um patrão [usineiro], que não tem horizonte a seguir, fica muito difícil.

A fala de Dulce descreve como o processo de transformação das relações de trabalho levou os trabalhadores da Usina a procurar alternativas para se manter no precário mundo do trabalho e libertação do jugo da alienação que eles viviam no período dos usineiros, uma luta que inicia quando os trabalhadores se veem diante da possibilidade de perder os direitos trabalhistas adquiridos e a frente de trabalho com o fechamento definitivo da Usina.

O desvelamento da alienação pode contribuir para libertar ou cegar a visão de emancipação econômica e política dos trabalhadores, vejamos como conceito de alienação é descrito nos Manuscritos econômicos filosóficos de 1844 (MARX, 1983) que aparece em quatro momentos distintos e ao mesmo tempo interligados dentro das relações de produção.

Para Marx (1983, p, 94) o primeiro modo da alienação se dá através do produto do trabalho, mas precisamente quando o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho e este, por sua vez, se contrapõe ao seu criador como uma força estranha a ele.

...a relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como um objeto estranho que o domina. Essa relação é, ao mesmo tempo, a relação como o mundo exterior sensorial, com os objetos naturais como um mundo estranho e hostil (MARX, 1983, p. 94).

O produto do trabalho escapa a seu criador, aquele que cede a força de trabalho e não o dono dos instrumentos de produção. A tomada de consciência do trabalhador da *plantation*, nesse caso, é bem singular, porque a objetificação do seu trabalho torna-se algo estranho tanto ao produto que é extraído da terra como a terra, propriamente, que ele trabalha e é estranha a ele.

...o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser alienado, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho (MARX, 1983, p. 90-91).

A alienação, para Marx (1983, p.91), é vista como *objetificação*, porque “o trabalhador põe sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém ao objeto”. A luta dos trabalhadores da cana-de-açúcar, que não é tão diferente da luta dos

operários da indústria que beneficia a cana-de-açúcar, é marcada pela relação de objetificação do trabalho no qual o trabalhador cede, devido às necessidades básicas de sobrevivência, a sua força de trabalho por um salário. A troca da sua força de trabalho por um salário cria uma situação adversa ao trabalhador já que o resultado do seu esforço passa a ser estranho a ele como um objeto exteriorizado que têm vida própria, segundo as leis do capitalismo.

O primeiro modo da alienação pode ser definido como *desposseção* no qual o produto final aparece diante dele como um objeto estranho que se produz a si mesmo e produz o trabalhador como mercadoria. Nesse caso a atividade prática humana, dentro das relações de produção capitalista, torna o trabalhador uma mercadoria na medida em que produz mais mercadoria, tornando o trabalhador escravo das relações de trabalho por depender, unicamente, da sua atividade para sobreviver.

O capital por si explica as condições determinantes existente nas relações de produção que é, por definição, segundo Marx (1983), um processo de exploração criada pelo próprio homem a partir do modelo propriedade construído com a expropriação da força de trabalho.

A economia política clássica, teoricamente, minimiza a atividade humana prática a um positivismo quando consideram os pressupostos e leis da economia (mercado de trabalho) como situações naturais que engendram as relações sociais e de produção apenas como relações constantes entre *fenômenos* do processo de produção.

A atividade humana prática (trabalho assalariado) deve ser compreendida a partir do contexto das relações de produção como um processo histórico determinado que, devido às desigualdades sociais criadas pelo sistema capitalista, suprime a *classe-que-vive-do-trabalho*, projetando uma realidade objetiva concernente à ideologia capitalista. A objetificação do trabalho leva os trabalhadores a ficarem enfeitiçados pela generalidade abstrata do mundo concreto, ou seja, o resultado das relações de trabalho (mercadoria, produto, dinheiro, capital, etc.) subsumindo a essência humana a um subproduto resultado da sua força de trabalho. Segundo Lefebvre (1988) é no curso dessa generalidade que o humano perde a sua identidade, ou seja, quando “o abstrato torna-se assim, abusivamente, o concreto ilusório e, não obstante, muito real, que oprime o autêntico concreto: o humano” (1988, p. 37).

Frederico (1995) analisa o conceito abstrato de trabalho assalariado como sendo a essência subjetiva da propriedade privada que cria as condições de riqueza para uns e a pobreza para outros.

O trabalho é assim entendido como a essência, como a essência subjetiva da propriedade privada. O trabalho, portanto, é o sujeito que cria toda a riqueza

existente na propriedade privada, um sujeito que à semelhança do homem religioso de Feuerbach⁴⁹ não se reconhece como se fosse a sua criatura. O sujeito (o homem) tornou-se um objeto e o objeto (a propriedade), um sujeito (FREDERICO, 1995, p 132).

A ideia do trabalho como essência subjetiva da propriedade privada que constituem a relação ampliada da contradição entre o capital e o trabalho fortalece a importância da leitura do conceito de alienação a luz da pesquisa, trazendo elementos conceituais para reconstruirmos o caminho que os trabalhadores fizeram na transição da *propriedade privada* para a *propriedade coletiva e solidária*, em Catende.

É possível identificar os fatores determinantes da história que remete a luta dos trabalhadores da Usina Catende através das reivindicações dos direitos trabalhistas que culminou no pedido de falência da Usina junto à justiça trabalhista de Pernambuco a favor dos trabalhadores. Fato, aliás, inusitado na história da atividade agroaçucareira, tornando-se um marco *revolucionário* para o mundo do trabalho. A atitude dos trabalhadores de Catende quebra o poder hegemônico dos usineiros daquela Usina.

O segundo modo da alienação surge da atividade humana prática e da exteriorização dos instrumentos de produção. O capitalista não é dono apenas do capital, é também dos meios de produção, por isso ele não impõe apenas os fins, mas os meios, os métodos e a forma de trabalho. Criando um mecanismo de controle a sua disposição e de acordo com os interesses incursos da classe capitalista, contrapondo-se aos interesses da *classe-que-vive-do-trabalho*, ou seja, de condições sociais e econômicas mais adequadas para os trabalhadores que tanto foram explorados ao longo da história da atividade da *plantation*.

Esta relação de *estranhamento* entre o capital e o produto resultado do trabalho consiste no fato do trabalhador não ser o dono da força de trabalho nem do produto criado pelo seu trabalho é uma relação extrínseca e ao mesmo tempo intrínseca ao trabalhador. O

⁴⁹ Para Feuerbach o homem tem uma essência infantil, já que o homem cria um ser espiritual e, portanto, abstrato, porque que teme ser um homem finito, determinado. O homem se reconhece no ser divino que Feuerbach denomina *qualidade essencial do próprio homem*, criando, assim, uma contemplação que o anima e o determina (através de uma força externa superior ao próprio homem que a criou), isto é, o *homo homini Deus* – Deus é a essência do homem. Na IV Teses sobre Feuerbach, Marx faz uma crítica ao *sensualismo materialista* de Feuerbach que somente concebe valor real ao material, restringindo o conceito de realidade (*realität* – realidade objetiva) ao material (*wirklichkeit* – realidade efetiva), quando ele afirmar que “Feuerbach converte a essência religiosa em essência humana. Mas a essência homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não empreende a crítica desse ser real é, por conseguinte obrigado: 1. a abstrair-se do curso da história e a tratar o espírito religioso como uma realidade que existe por si mesma, supondo a existência de um indivíduo humano abstrato, isolado; 2. a considerar, por conseguinte, o ser humano unicamente como “gênero”, como universalidade interna, muda, ligando de modo natural a multidão dos indivíduos.” (Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl. A Ideologia Alemã. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 101-102). O erro de Feuerbach, segundo Marx, não foi considerar a alienação uma expressão intersubjetiva, mas idealizar a alienação independente da história ao invés de interpretá-la como o produto de um período histórico de desenvolvimento determinado e superável.

capitalista apropria-se tanto da força de trabalho como dos meios de produção que, segundo Staccone (1983), destrói a essência do homem, enquanto atividade prática humana, quando o capitalismo se apropria indevidamente da força de trabalho e do direito do trabalhador suprimindo os seus direitos básicos. Assim, o trabalhador troca o seu trabalho e a si mesmo como meio de subsistência por uma salário que não corresponde ao tempo que o trabalhador gastou para produzir determinada mercadoria, ou seja, o trabalhador não mais se pertence tornando-se uma mercadoria.

Nas regiões do plantio da cana-de-açúcar os trabalhadores do campo, em que a sua existência particularmente depende economicamente das condições de trabalho, antes mesmo de receber o salário já está devendo no *barracão*⁵⁰. Era uma situação difícil para os trabalhadores porque ele não podiam negociar o preço dos produtos, deixando sempre débito para o próximo salário, restando sempre uma dívida ao dono do barracão que, por sua vez, tinha acordos financeiros com o empregador que descontava na folha a dívida do trabalhador, criando uma situação deprimente e de dependência do trabalhador em relação ao empregador, é uma forma que os senhores de engenho e os usineiros utilizam para manter o trabalhador agrilhado, preso a uma situação de dependência e submissão, lembra Natanael⁵¹:

A Usina Catende [*época dos usineiros*] tinha empreiteiros que despachavam os trabalhadores [*do campo*] no barracão, pagava [*salários*] no barracão, tinham clandestinos; os trabalhadores compravam no barracão [*os preços das mercadorias eram estipulados pelos donos do barracão*] e nós éramos contra. Pagamento feito em barracão, compra feita em barracão, as compras descontadas [*diretamente*] no salário dos trabalhadores.

A fala de Natanael caracteriza a realidade dos trabalhadores da Usina Catende, em visão anterior à tomada da usina pelos trabalhadores. Mas, tais características, fique claro, não é particular a realidade da Usina Catende, basta ler autores como Andrade (1989), Gilberto Freyre (1989), Melo (1975) ou Lopes (1978), estudiosos dos aspectos históricos e sociológicos dos engenhos (usinas) no Estado de Pernambuco, que é possível constatar que

⁵⁰ O *barracão* era um local de venda de mercadorias utilizado para explorar o trabalhador que comprava sem dinheiro para ser descontado no pagamento da quinzena ou do mês. Entretanto, essa forma de comércio deixava o trabalhador submisso às condições do dono do barracão que, através de acordos com o usineiro ou empreiteiro, descontava diretamente na folha de pagamento. Preso a uma situação adversa o trabalhador não tinha como se libertar da relação *mercantil* estabelecida entre a troca da sua força de trabalho por mercadoria para sobreviver. As mercadorias, por sua vez, estavam sempre acima do real do mercado e, mesmo assim, o trabalhador tinha que se submeter ou então passar fome.

⁵¹ Natanael Vicente Ferreira (*conhecido por todos na usina apenas por Natanael*). Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Água Preta. Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Água Preta, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h29min04sec.) de nº 05102007.

essa forma de exploração dos trabalhadores do campo é comum em toda zona de atividade açucareira.

Como se pode ver, os donos dos meios de produção (capital, terra e instrumentos de produção) utilizam-se da ausência do *ter* do trabalhador para apropriar-se da sua força de trabalho levando o trabalhador *cede* por um tempo sua força física à produção, todavia, não é uma concessão livre e emancipada como pretende postular as relações de trabalho dentro da economia capitalista, mas se constitui numa concessão dada com o objetivo de suprir as necessidades básicas do trabalhador, criando uma relação de mais-valia, que, historicamente, criava os instrumentos de manutenção da condição de escravidão do trabalhador em relação ao sistema de produção; escravidão porque mantém o trabalhador submisso ao patrão e às condições de trabalho determinadas pelo dono dos meios de produção.

Assim, o trabalhador ao vender sua força de trabalho para o capitalista, que transforma a força física (capital vivo) em instrumento de produção e, consecutivamente, nessa relação de transformar e produzir a mercadoria o trabalhador também produz a si mesmo como mercadoria já que tanto o trabalho como o produto do trabalho pertence ao capitalista que paga por ambos numa relação de desigualdade entre o sujeito (trabalhador) e o objeto (produto).

O gráfico abaixo procura sistematizar o que já tínhamos afirmado acerca da relação de expropriação da força do trabalhador pelo capitalista que transforma tanto o produto como o trabalhador em mercadoria.



As desigualdades sociais dentro da organização produtiva do açúcar são mais acentuadas no campo, provavelmente devido, a conjuntura histórica da introdução da monocultura da cana no Brasil que tem uma organização socioeconômica focada nas grandes propriedades de terra com muitos moradores e sem infraestrutura de moradia, escola, saúde,

entre outros, que possam contribuir para a melhoria de vida desses moradores que, precedentemente, são os trabalhadores que lidam com a *plantation*.

Devido à conjuntura da produção do açúcar o trabalhador fica mais pobre e sujeito ao “ouro branco” (açúcar), enquanto valor de capital (mercadoria), a medida que trabalha para o dono dos instrumentos de produção; e, o dono dos meios de produção, no caso o usineiro (capitalista), acumula cada vez mais riquezas distanciando-se da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005, p. 52-53) precarizado pelo mundo produtivo. O fato é que tanto o trabalhador como o produto do seu trabalho se envolve na teia do processo de produção e, afirma Marx, de que “o trabalho não cria [produz] apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens” (MARX, 1983, p. 90).

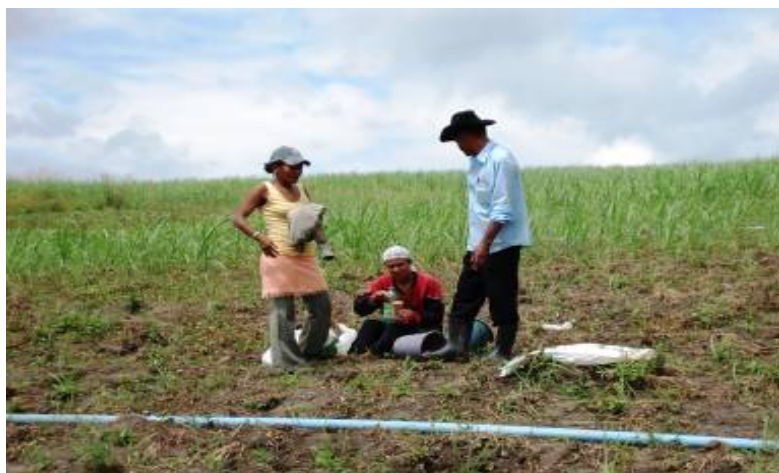
A questão esboçada por Marx é um ponto chave para o trabalhador entender a sua situação dentro do processo de produção e a partir daí vislumbrar uma superação. A este enunciado Mészáros (2007) faz a seguinte observação:

Essa observação sobre o trabalho que se produz a si mesmo e produz o trabalhador como mercadoria é da maior importância para o entendimento da posição de Marx sobre a questão da superação. Como a base mesma da existência humana e de todos os atributos humanos é a atividade produtiva dotada de propósito, que tem, como já vimos, uma prioridade relativa sobre o conceito de homem, se não pudermos apresentar o trabalho num marco histórico, mostrando o processo efetivo pelo qual a atividade produtiva dotada de propósito se torna trabalho assalariado (ou trabalho alienado), não teremos nenhum fundamento para vislumbrar uma superação (MÉSZÁRIOS, 2007, p. 117).

A citação de Mészáros nos leva pensar sobre a questão dos trabalhadores da Usina Catende que para conseguir vislumbrar a superação do estado de alienação passaram, primeiramente, pelo processo de reivindicações dos direitos trabalhistas e só a partir daí é que eles começaram a traçar um novo caminho para as relações de trabalho onde o resultado do trabalho não é estranho ao trabalhador, estabelecendo uma relação de trabalho mais justa e solidária.

Nesse contexto, podemos afirmar que o fenômeno Usina Catende passou de um sonho para prática transformadora, tornando-se um fenômeno social concreto que procura definir novas relações de trabalho e produção a partir do coletivo e do interesse mútuo, buscando um equilíbrio de interesses, superando as relações de desigualdade e construindo uma relação coletiva e solidária entre os trabalhadores da Usina a medida que eles vão inserindo-se nos programas coletivos de segurança alimentar propostos pela Cooperativa Harmonia.

Claro que tais mudanças não é isento de certa ambiguidade e, por isso, ainda, é passível de se ver casos isolados de trabalhadores que após saírem da sua condição de explorado passam a ser o expropriador da força de trabalho de outrem dentro das ZPAs. Mas, isso é um processo de formação e conscientização do trabalhador que deve ser trabalhada através da politização do educando.



Fotografia do plantio de mudas, Usina Catende, Palmares 2007
Fonte: VIEIRA, Geísio Lima. Acervo de pesquisa (foto 974, out/2007)

Na imagem acima podemos observar duas trabalhadoras e o responsável pela secção de plantio de mudas conversando. O registro foi ocasional e traz uma reflexão sobre as relações de trabalho do sistema de Usina tradicional que não permite envolvimento entre o *peçoal* do campo e o encarregado que é responsável pelo cumprimento das tarefas determinadas pela administração da Usina.

As mudanças nas relações de trabalho implicam na superação (*aufhebung*⁵²) entre o trabalho assalariado e o trabalho *servil*. Na fala de Lenivaldo⁵³ é possível identificar a importância e o significado das mudanças com a saída dos usineiros e a *posse* dos trabalhadores na administração da Usina, marcando um processo de transição desafiadora para as relações de trabalho na Usina Catende.

Inicialmente [*o fenômeno harmonia*] é uma revolução, digamos assim, no cotidiano da vida do trabalho. Aqui, a mudança é sair do trabalho subalterno, do trabalho assalariado, disciplinado, subordinado, a uma chefia de patrão, a disciplina técnica que visa o lucro, para uma dinâmica de trabalho emancipado, diria que um trabalho

⁵² O conceito superação remete ao termo alemão *aufhebung*: conservar e suprimir, utilizado por Hegel na “Fenomenologia do Espírito” para designar a relação dialética da passagem de um estado para outro. O movimento dialético de superação nasce da negação do estado antecedente absorvendo-o e, ao mesmo tempo, superando-o. Assim, o conceito traz em si o significado de absorver, conservar e superar a condição de ser da *coisa* em si, isto é, algo que é subtraído a um ser imediato. Esse elemento negativo consiste na própria afirmação do ser imediato que ao negar o antecedente absorve para si aquilo que ele é para afirmar-se no precedente.

⁵³ Entrevista para esta pesquisa.

livre cooperado, isso se dá pelo acesso ao patrimônio, no plantio das lavouras da agricultura familiar, e no respeito mútuo com a administração; o acesso pactuado, isso no período da falência, agora tem esse período da reforma agrária [*o processo de reforma agrária está sendo efetivado desde o início de 2008*], com esse patamar vai ter uma realidade melhor.

Nesse aspecto o conceito de *revolução* é pertinente à práxis dos trabalhadores, como afirma Lenivaldo⁵⁴, como algo novo a ser vivenciado para as mudanças nas relações de trabalho a partir de um coletivo, quando afirma que na Usina Catende “... a mudança é sair do trabalho subalterno, do trabalho assalariado,” mostrando que a preocupação dos envolvidos na luta dos trabalhadores ultrapassa as mudanças na relação de trabalho, procurando construir uma *consciência coletiva* capaz de transformar a cultura do salário e do patrão.

Construir as condições necessárias para a metamorfose no *precário* mundo do trabalho exige um esforço coletivo dos envolvidos referenciados por postulados econômicos, sociais, históricos, políticos e educativos para alicerçar a base de mudança estrutural do empreendimento coletivo, porque não é uma tarefa fácil consolidar uma empresa deste porte, que procura romper com os modelos tradicionais do capitalismo e, conseqüentemente, contra toda uma cultura economicamente dominante na região, que exige da *equipe* (dirigentes da cooperativa e, como empresa de autogestão, de trabalhadores) a definição de metas que além de permitir a superação da realidade socioeconômica dos trabalhadores também apresentem propostas de empreendedorismo para uma atividade sustentável.

Metas, aliás, que devam atender a curto e longo prazo, que foram planejadas a partir de: (1) um planejamento de trabalho baseado na organização do fluxograma da empresa dando ênfase na formação para a responsabilidade coletiva (autogestionário e solidária); (2) reorganizar o organograma administrativo da empresa para atender o formato de autogestão (aspectos ideológicos) implantado na Usina Catende; (3) repensar os *custos* de produção da usina a partir da área mais básica da produção, observando os *custos* do campo, *custos* de manutenção da entressafra, *custos* de pessoal administrativo, para garantir que os trabalhadores no fim da produção, após o produto serem distribuído no mercado e pago os encargos do processo produtivo, possam usufruir de um pagamento justo pela sua força de trabalho, ou seja, que a distribuição equitativa possa realmente acontecer entre os cooperados do projeto; (4) avaliar tecnicamente o espaço geográfico e as condições funcionais de produção com o objetivo de executar projetos de inclusão de trabalhadores em segmentos diversificados de produção, ou seja, buscar alternativas além da monocultura da cana-de-açúcar garantindo a possibilidade de uma maior diversidade de inserção para o mundo do

⁵⁴ Entrevista para esta pesquisa.

trabalho; (5) estabelecer uma convenção permanente para a formação dos trabalhadores com o objetivo de formação política e técnico profissional, ou seja, um discurso pedagógico que possa trazer para a realidade deles a necessidade de uma práxis revolucionária permanente.

Pensar dialeticamente o fenômeno de mudança das relações de trabalho dentro da Usina Catende não é uma tarefa fácil de ser realizada, porque é preciso pensar além dos fatores econômicos; precisa pensar em ações educativas fundamentada em um princípio pedagógico para a formação (conscientização) do saber envolvendo os trabalhadores da indústria e do campo, considerando que as mudanças não ocorram apenas no âmbito econômico, mas também no social, estrutural e educacional, sendo a educação⁵⁵ uma categoria de análise importante para conhecer como as mudanças nas relações de trabalho estão acontecendo na Usina Catende

Os trabalhadores hoje têm o controle da sua força de trabalho, das relações de produção, dos instrumentos de produção e por causa dessa ruptura com a cultura dominante têm o poder de provocar inquietações a classe dominante, porque politicamente, afirma Lenivaldo⁵⁶, constrói uma nova história para os trabalhadores que conseguiram quebrar o ciclo da exploração da *plantation* que surge no Brasil com os “Senhores de engenho”.

...politicamente [a Usina Catende hoje] rompe um ciclo da colonização, o ciclo da manufatura, latifúndios, da exploração do trabalho da gestão centralizada, então Catende rompe tudo isso politicamente; ela cumpre e tem um papel muito grande para a história do setor agroalimentar e na história do trabalhador, uma grande importância política para a história do Brasil.

É dessa forma que os trabalhadores trazem para si o *poder* de controle das relações de produção a partir da desmistificação da exploração do trabalho e da escrita da história tendo no papel principal o trabalhador foi uma grande vitória para os trabalhadores romper com a cultura dominante do açúcar e, ao mesmo tempo, também conseguirem manter os postos de trabalho como seres fazedores da opção, como afirma Freire (2002) na obra *Pedagogia da Autonomia*.

Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos; seres da decisão, da ruptura, da opção. [...] A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do

⁵⁵ A categoria educação, que será trabalhada no Capítulo seguinte, é uma categoria, enquanto referencial para construção de uma *consciência coletiva*, imprescindível para entendermos como se processa as mudanças de fato na Usina Catende, a partir da criação do Projeto Harmonia Catende e das ações educativas desenvolvidas junto aos trabalhadores.

⁵⁶ Entrevista para esta pesquisa.

mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro é a ética da solidariedade humana (FREIRE, 2002, p. 145-146).

Assim, aos poucos, os trabalhadores vêm construindo um modelo de autogestão singular no mundo do trabalho. Lógico que as mudanças exigem dos trabalhadores uma tomada de consciência da sua situação socioeconômica. Uma consciência que, aliás, advém da superação da alienação dos trabalhadores em relação a sua condição de coerção social e econômica fragmentada pela sociedade capitalista.

O terceiro modo da alienação, que podemos caracterizar para entender as mudanças na Usina, é a que reduz a vida espécie a uma vida individual, semelhante a do animal, que ao invés de construir para sua satisfação pessoal constrói algo que é estranho a ele, tornando-se apenas um meio que o trabalhador encontra para satisfazer as necessidades básicas que, segundo Marx (1983, p.95) “transforma a vida da espécie em uma forma de vida individual” que se apresenta como uma forma abstrata e alienada da atividade produtiva do trabalhador.

Pois, trabalho, atividade vital, vida produtiva agora aparecem ao homem apenas como meio para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência. A vida produtiva, contudo, é vida da espécie. É vida criando vida. No tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie; e a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. A própria vida assemelha-se somente a um meio de vida (MARX, 1983, p. 95-96).

A situação condicionante da vida espécie aliena o trabalhador ao ponto que ele utiliza a sua força física e intelectual apenas como meio de suprir as necessidades básicas de subsistência alienando a própria natureza do homem e a si mesmo, da sua atividade vital.

O fenômeno da alienação, deste ponto de vista, é que os homens e mulheres são subtraídos no processo de trabalho como um subproduto da mercadoria condicionado a ela por uma atividade de subsistência do *ente-genérico* que não representa, objetivamente, a criação do trabalhador enquanto *ente-espécie*.

A alienação na vida genérica é consequência das relações de produção do sistema capitalistas que é resultado da propriedade privada no qual toda a criação (produção), que representa a força (criação) dos trabalhadores (homens e mulheres enquanto *ente-genérico*), na leitura de Marx (1983), fica nas mãos daqueles que controlam os instrumentos de produção e, ao mesmo tempo, expropria-se da força do trabalhador degenerando a natureza humana a condição de subproduto (mercadoria) do processo de produção.

A propriedade privada é, senão, a situação concreta dessa da alienação, porque anula a essência do homem produzindo a si mesmo, e o homem como trabalhador, torna-se o produto de todo esse processo subordinando hierarquicamente o homem ao capital, diz Marx:

O trabalho produz capital e o capital produz o trabalhador. Assim, ele produz a si mesmo, e o homem como trabalhador, como mercadoria, é o produto de todo esse processo. O homem é simplesmente um trabalhador, e como tal suas qualidades humanas só existem em proveito do capital que lhe é estranho (MARX, 1983, p. 103).

E, ainda se lê:

Como trabalho e capital são estranhos um ao outro, e por isso relacionados unicamente de maneira acidental e externa, esse caráter de alienação tem de aparecer na realidade. Logo que ocorre ao capital – seja forçada, seja voluntariamente – não existir mais para o trabalhador, ele não mais existe para si mesmo: ele não tem trabalho, nem salários, e, como existe exclusivamente como trabalhador e não como ser humano, pode perfeitamente deixar-se enterrar, morrer à míngua etc. O trabalhador só é trabalhador quando existe como capital para si próprio, e só existe como capital quando há capital para ele (MARX, 1983, p. 103-104).

Na alienação da vida genérica a alienação aparece como uma condição degenerativa do ser humano. É a condição no qual o ser humano deixa de ser um *ente-genérico*, estranho a sua própria condição de vida espécie, e é abstraído como capital *vivo* pertencente, enquanto mercadoria que produz mercadoria, a propriedade privada.

A propriedade privada torna o trabalhador valor de *custos* do capital necessário para a produção que produz a si mesmo como capital e o homem (e a mulher) como ser mental e fisicamente desumanizados, isto é, mercadoria (capital vivo). O capitalista passa então a se apropriar da mercadoria que ele comprou, ou seja, a força física e mental do trabalhador, de tal forma que ao consumir a força de trabalho de outrem acumula mais riqueza; e, na mesma proporção o capitalista impõe condições que aliena o trabalhador da sua condição de ser, que, por sua vez, aceita a sua situação de forma mórbida e irreversível como no dito popular “quem é pobre morre pobre”.

É importante destacar que a Usina Catende deixa de ser uma propriedade privada para assumir uma característica de propriedade coletiva baseada na autogestão e nas relações da economia solidária, propiciando condições dos *sujeitos* do processo ao criar e recriar espaços de relações de trabalho e produção diferenciada do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, cumpre lembrar que as relações no sistema de produção capitalista se exterioriza sob dois fenômenos que se apresenta sob a forma em que “o trabalhador

trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho” no qual o resultado do trabalho que é o produto aparece diante do trabalhador como “... propriedade do capitalista, e não do produto direto, do trabalhador” (MARX, 2004b, p.47-48). Na Usina Catende o trabalho não aparece ao trabalhador que é responsável pelo plantio como algo estranho porque o resultado da produção é distribuído de forma equitativa, voltando para o trabalhador como afirmação da sua força de trabalho.

Consideremos o quarto modo da alienação que para Marx (1983) ocorre nas relações com os outros homens e o resultado do trabalho desses homens. Lê-se nos Manuscritos de 1844:

Uma consequência direta da alienação do homem com relação ao produto do seu trabalho à sua atividade vital e à vida-espécie é que o homem é alienado por outros homens. Quando o homem se defronta consigo mesmo, também se está defrontando com outros homens. O que é verdadeiro quanto à relação do homem com seu trabalho, com o produto desse trabalho e consigo mesmo também o é quanto à sua relação com outros homens, com o trabalho deles e com os objetos desse trabalho (MARX, 1983, p. 97).

Trabalhar para outros e não ser o *senhor* da sua força de trabalho e do produto dessa força de trabalho é uma relação direta da alienação do homem em relação àqueles que são donos dos meios e instrumentos de produção. A alienação entre os homens é decorrência da *divisão* socioeconômica que é criada pelo capitalismo que impõe valores que regem as regras da organização social como a *divisão* que não só determina o *lugar* que o trabalhador deva ocupar dentro do sistema de produção capitalista como também coloca o capitalista no ápice da pirâmide social disseminando os valores ideológicos do sistema socioeconômico.

É um processo que exige toda uma estrutura complexa para que a *coisa* possa acontecer, por isso que a *classe dominante* economicamente constrói todo um aparato de controle social que impõe categoricamente as regras dentro do sistema de produção, olhando para os trabalhadores como se fossem propriedade deles. Entretanto, o que observamos é uma relação dicotômica que também leva a *classe dominante*, definida por Marx (1983, p. 101) como a classe não-trabalhadora (capitalista), também a uma condição de alienação da sua própria condição.

A luta contra a alienação se constitui numa luta que vai além do postulado conceitual que passa pelo processo contínuo contra a corrupção e nulificação da natureza humana. Se o homem aliena os outros e aliena a si mesmo na relação com o processo de produção é preciso que os próprios envolvidos rompam radicalmente contra a hegemonia do sistema produtivo para libertar o homem da sua condição intrínseca e extrínseca da alienação do trabalho (salário, mercadoria e propriedade privada).

A discussão sobre o conceito de alienação e trabalho nos conduz ao resgate da categoria trabalho, estabelecendo sua importância histórica e filosófica para a emancipação do homem. É a afirmação do homem e da mulher a partir da categoria trabalho como extensão da *vida-espécie*.

A alienação nasce com a propriedade privada e só desaparecerá com a supressão da propriedade privada. Como podemos alcançar a superação da propriedade privada e resgatar o verdadeiro sentido da atividade humana prática? Através da afirmação da *classe-que-vive-do-trabalho* na sua atividade prática consciente e *livre*. Mas, a abolição da propriedade privada ocorre com a supressão do “... conflito entre existência e essência, entre objetificação e autoafirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie” (MARX, 1983, p. 117).

Mas, é importante lembrar que a superação não é apenas desvelar as formas de alienação, como é disposto em Hegel e Feuerbach, porque não resolve a questão no nível da realidade objetiva. Para Marx (2007, p. 103) a superação da alienação não é mais uma discussão meramente metafísica e sim da *práxis*, decisivamente da luta de classes; da afirmação que a classe trabalhadora tem historicamente os pressupostos para *produzir* culturalmente a transformação do mundo para superar a propriedade privada.

Originalmente, o indivíduo não tem capital nem propriedade fundiária. Logo ao nascer é reduzido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser reduzido ao trabalho assalariado é um resultado da existência do capital e da propriedade fundiária como agentes de produção independentes (MARX, 2003, p. 233).

A supressão da alienação deve ocorrer através da luta de classes que encontram na *práxis* a solução para transformar a relação de exploração numa relação menos conflitante onde os trabalhadores possam se afirmar como seres humanos conscientes e donos da sua atividade prática humana. A luta das reivindicações sociais é uma característica histórica da classe trabalhadora que está nos *sujeitos sociais* (MARX, 1983) envolvidos nas reivindicações de forma que eles se reconhecem e se identificam dentro do contexto histórico e social. Como é o caso da luta dos trabalhadores da Usina Catende, que tem condições de questionar a ordem socioeconômica e afirmar o seu papel como ser social responsável pela *práxis* revolucionária.

Discernir sobre o conceito de alienação no mundo do trabalho nos permite compreender melhor a dinâmica das relações de trabalho existente na Usina Catende, antes e depois da falência, com a criação da cooperativa dos trabalhadores, nos dando elementos na *práxis* para refletir e debucar sobre as categorias *educação e trabalho*.

As reflexões sobre as mudanças no cenário da Usina Catende também desvelam as relações de poder na atividade produtiva agroaçucareira que, por sua vez, nos traz uma abordagem histórica de desigualdade social arraigada desde a introdução da cultura da cana-de-açúcar cultura agrícola. Por se tratar de uma reconfiguração nas relações de poder que, por sua vez, se caracteriza como uma revolução social e econômica para os trabalhadores e seus filhos que vivenciam o dia a dia na atividade produtiva da cana e da diversidade produtiva implanta a partir do Projeto Catende Harmonia.

A luta dos trabalhadores da Usina Catende faz parte da decisão, da ruptura com a engrenagem dos meios de produção, estabelecendo um novo caminho para a emancipação dos trabalhadores através e por meio do próprio trabalho.

3.2 Trabalho e reestruturação

As considerações precedentes conduzem-nos a situação do problema que fomentou a luta dos trabalhadores. Este problema é fato importante no foco histórico das lutas de classes na região, porque não é um fenômeno singular, mas uma questão social desde o início da atividade canavieira.

As questões econômicas do final da década de 80 e início da década de 90 afetaram a atividade canavieira que paralelamente com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no Governo Collor, terminou por acarretar o colapso econômico e produtivo da zona açucareira de Pernambuco. A crise no setor levou ao fechamento de 18 unidades de produção agroaçucareira; a extinção imediata de 150 mil postos de trabalho, aumentando o índice de pobreza da região considerado um dos mais altos do país; o fechamento das usinas também levou a expulsão dos trabalhadores do campo com a destruição de cerca de 40 mil sítios de lavouras de subsistência.

A situação da Usina Catende se agravou no final da década de 1980 e início da década de 1990 com os empréstimos adquiridos pelos donos da Usina Catende, gerando um passivo público e trabalhista monumental; à prática de fraudes por parte dos proprietários; e, à execução dos credores da usina, seguido de mau gerenciamento da Usina levou a falência deixando-a sob a guarda da justiça.

A Usina vinha passando um processo de depreciação do patrimônio e acúmulo de dívidas trabalhistas e previdenciárias desde a década de 80 acentuando-se no início dos anos noventa levando os trabalhadores a tomarem uma decisão diante da situação caótica que eles vivenciavam no auge na crise.

As mudanças tornaram-se um referencial para o mundo do trabalho, repercutindo a nível nacional e internacional como é possível constatar através da participação de entidade *Manos Unidas* na construção do Projeto Catende Harmonia ⁵⁷, tornando um marco da luta pelos direitos sociais, *desocultando* o nó do sistema produtivo articulado desde a colonização através das relações de produção disposta na estrutura funcional do engenho e, precedido, numa relação de trabalho escravo.

A reação dos trabalhadores a situação que estavam vivenciando e a posse da Usina é a reafirmação do trabalhador como sujeito da história através das mudanças no modo de trabalho a partir da situação que os trabalhadores vivenciaram naquela ocasião foi um fato singular, que criou as condições históricas e econômicas para os trabalhadores, através da luta de classes, reagirem coletivamente modificando o cenário da cultura dominante dos usineiros na região.

Os trabalhadores tinham apenas três questões que tinham que resolver de imediato diante da falência da Usina Catende, lembra Arnaldo Liberato⁵⁸:

Não era uma coisa simples de se imaginar naquele momento [falência], mas nós tínhamos pelo menos três coisas claras: primeiro, nós tínhamos que evitar o fechamento da empresa e tínhamos que tirar os usineiros daqui para garantir que o patrimônio ficasse sobre o poder da justiça, mantendo, garantido os direitos e os créditos trabalhistas; segundo, nós tínhamos clareza que era preservar, manter, garantir os postos de trabalho até então ainda existentes aqui no projeto [usina]; terceiro, nós tínhamos clareza que era necessário possibilitar as novas gerações possibilidades de trabalho e de renda uma vez que a usina, na forma de massa falida naquele momento, não teria em hipótese alguma condições de contratar ou assumir formalmente responsabilidades de trabalho com aqueles trabalhadores que ficaram desempregados, seus filhos, tudo isso.

Os trabalhadores resolveram entrar com o pedido de falência da Usina Catende junto a Comarca de Catende, antecipando a ação dos usineiros. Mas, após uma semana da solicitação da falência, os usineiros reagiram entrando com o pedido de autofalência na Comarca de Recife. Entretanto, essa reação foi logo neutralizada pela nomeação do Banco do Brasil, maior credor da Usina Catende, em ambas as comarcas, para ficar pela administração da massa falida. A justiça nomeia o Veterinário Mário Borba, indicado pelo Banco do Brasil, para responder como síndico da massa falida o qual foi aceito pelos trabalhadores.

⁵⁷ O trabalho denomino “Catende Harmonia, usine Du futur – Une expérience d’économie solidaire au Brésil”⁵⁷, com o texto de Genevieve e fotografia de Gonterre, com o apoio da Fundação Joaquim Nabuco, Sucrethique e Koala Production, publicado na França no ano de 2005, é um exemplo da repercussão do Projeto Catende Harmonia fora do Brasil.

⁵⁸ Entrevista para esta pesquisa.

As reivindicações dos direitos dos trabalhadores na justiça assumem uma significação de ordem socioeconômica que muda decisivamente o cenário da luta de classes na região. A nomeação do síndico Mário Borba, ainda que não tenha sido uma vitória decisiva para os trabalhadores, garantiu de imediato os postos de trabalho dos trabalhadores demitidos pelos usineiros. A partir das mudanças na Usina Catende os trabalhadores viriam reavaliar os movimentos sociais, mostrando que é possível através da organização coletiva construir alternativas e soluções para a crise.

Conseguir superar a situação falimentar não é uma tarefa simples, porque exige um esforço e participação de vários segmentos da sociedade para enfrentar a crise e encontrar soluções viáveis para os trabalhadores dando a eles oportunidade de inserção no mundo do trabalho.

Nesse aspecto, não podemos deixar de citar que houve a mobilização de recursos humanos e financeiros de várias entidades governamentais e não-governamentais, decisivas no processo de implantação do plano emergencial para a reestruturação Usina Catende e a garantia da permanência dos postos de trabalho. Para a massa falimentar a presença das entidades possibilitou o processo de *estabilização* das relações de produção e trabalho na usina.

Entidades participantes⁵⁹ no processo de construção do Projeto Catende Harmonia (USINA CATENDE, 2007, p. 41-42) vêm tendo um papel importante na construção das mudanças no modo de trabalho e, consecutivamente, na relação entre os homens e mulheres que participam do processo de reestruturação da usina como trabalhadores.

A participação das entidades na dinâmica do processo de reestruturação da Usina Catende abre uma nova perspectiva de participação dos movimentos sociais e o fortalecimento da luta de classes na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco. A esse respeito Antunes (2005) cita que os movimentos sociais recentes, mesclando criatividade e criticidade, vêm adquirindo uma forma de luta diferenciada contra a sociedade involucral que

⁵⁹ As entidades participantes: FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CUT – Central Única dos Trabalhadores; ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT; ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária; Centro Josué de Castro; UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco; CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural; Centro das Mulheres do Cabo; Centro das Mulheres de Catende; Centro das Mulheres de Palmares; Centro das Mulheres de Água Preta; FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas; Cáritas Brasileira; Fórum Brasileiro de Economia Solidária; CEAS Rural; Centro Sabiá; Centro Cultural Brasil Alemanha; SENAR e SEBRAE; Entidades internacionais como OXFAM, Save The Children, Bilance/Cordaid, Manos Unidas; Órgãos do Governo do Estado de Pernambuco; BNB – Banco do Nordeste do Brasil; BB – Banco do Brasil; Órgãos do Governo Federal (MDS, CONAB, SENAES, MDA, INCRA).

procura de toda forma reprimir as mudanças no mundo do trabalho voltadas para beneficiar as questões sociais.

Parece que os homens e mulheres sem-trabalho, os despossuídos do campo e das cidades, os assalariados precarizados em geral, as chamadas *classes perigosas*, começam a questionar a lógica que preside a sociedade atual. Vieram para mostrar à sociedade sua injustiça, desigualdade, iniquidade e sua superfluidade. E para (re)conquistar de humanidade e de dignidade (ANTUNES, 2005, p. 41-42).

Na realidade, as mudanças do controle nas relações de trabalho, num cenário marcado pelo poder da aristocracia açucareira, constituem uma metamorfose a favor da emancipação dos trabalhadores, conforme apontaram vários estudos sobre as mudanças na Usina Catende (MELO NETO, 2004; KLEIMAN, 2008), isso pode ser notadamente observado na presença marcante dos representantes das associações dos engenhos nas tomadas de decisões que afetaram a estrutura produtiva e administrativa da usina.

Com efeito, baseando-se no princípio da necessidade de mudança imediata das relações de produção, a emancipação dos trabalhadores caracterizou-se em um forte referencial para os movimentos sociais, devido ao aspecto focal do trabalho ser a categoria definida para iniciar as mudanças na ordem social e pela adoção de uma política de formação do trabalhador, voltadas para estabelecer as relações de trabalho na usina a partir da justiça, igualdade, equidade e solidariedade, reconquistando a humanidade e a dignidade dos trabalhadores.

A categoria classe trabalhadora incorpora, hoje, um pensamento diversificado daqueles que vive do trabalho, caracterizando um conceito amplo que permite compreender a estrutura moderna das relações de trabalho, especificamente, das relações de trabalho em experiência na Usina Catende.

A readaptação pode ocorrer de modo passivo, sem reação contrária a situação emergente ou pode haver uma reação da classe trabalhadora, como é o caso da Usina Catende, buscando alternativas diferenciadas da apresentada pelo capitalismo.

Quadro 5: Dados socioeconômicos dos municípios da área de abrangência do PAG Governador Miguel Arraes

Município	População (2006) ^a	PIB em R\$ 1.000,00 (2004) ^b	IDH-M (2000) ^c	% de responsáveis pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos (2000) ^d
Água Preta	30.455	98.022	0,597	61,26
Belém de Maria	9.460	29.957	0,590	78,08
Catende	31.063	84.829	0,644	66,03
Jaqueira	12.635	36.794	0,588	72,99
Lagoa dos Gatos	15.611	33.709	0,536	80,89
Palmares	54.355	187.543	0,653	61,19
Maraial	16.124	53.928	0,564	74,44
Xexéu	15.752	39.225	0,561	72,96
TOTAL	185.455	564.007	- - -	- - -

^a Fonte: IBGE (estimativa)^b Fonte: IBGE e CONDEPE/FIDEM^c Fonte: Pnud/Ipea/FJP^d Fonte: IBGE

Nesse contexto, as mudanças foram cruciais para se implantar as metas de trabalho apresentadas pela equipe do Projeto Catende Harmonia, conforme dados do relatório⁶⁰ ao Grupo de Trabalho constituído pela Portaria INCRA nº 413, contendo 118 páginas, e prorrogada pela portaria INCRA 172, com o objetivo de apresentar um estudo preliminar pertinente à questão das terras e ao PAG⁶¹, com sede em Catende, abrangendo os municípios de Água Preta, Belém de Maria, Catende, Jaqueira, Lagoa dos Gatos, Palmares, Maraial e Xexéu.

O relatório da equipe técnica da Usina aponta os principais avanços que os trabalhadores conseguiram alcançar nos primeiros anos da autogestão:

- Manter a Usina operando por 10 safras, garantindo aproximadamente 1.300 empregos diretos e gerando 1.400 empregos indiretos, mantendo na entressafra com o apoio do Pronaf “C” e o pagamento dos trabalhadores;
- Garantindo a circulação de riqueza na região já que a receita anual da Usina ultrapassa, por vezes, a receita dos cinco municípios em torno da Usina, apesar da empresa ainda se encontrar deficitária;
- Os trabalhadores passaram a ser credores da falência, constituindo-se no maior núcleo coletivo de agricultura familiar do Estado de Pernambuco, formando uma nova ordem econômica na região;
- As metas de trabalho do Projeto Catende Harmonia estabelecem diversidades para captação de renda familiar através da criação de gado, caprino, ovino, piscicultura, apicultura, cultivo de flores, café e banana.

⁶⁰ O relatório é um documento da massa falida para a comissão do INCRA que acompanha o PAG (Projeto de Assentamento Agroindustrial Governador Miguel Arraes), arquivo da Usina Catende, formato PDF, 2007.

⁶¹ O PAG está sob Jurisdição da Superintendência Regional de Pernambuco (SR-03) do INCRA.

- A implantação do programa “cana do morador”⁶², mobilizando mais de 2.200 plantadores familiares incluindo trabalhadores demitidos pelos usineiros e credores preferenciais da massa falida, tornando-se um referencial singular nos programas de agricultura familiar;

- A renovação da mudas de cana-de-açúcar por uma semente que garanta mais produtividade de sacarose, desenvolvida com o apoio da CETENE/UFRPE/UFAL, Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Carpina, RIDESA e parceria de pesquisadores cubanos do Instituto Nacional de Investigaciones de la Caña de Azúcar – INICA, plantadas a partir de cultivos de sementes selecionadas na biofábrica⁶³ e cultivadas nas estufas instaladas na Usina Catende, a exemplo da estufa Governador Miguel Arraes⁶⁴ construída no segundo semestre 2006, até alcançar o ponto necessário para o plantio nos campos. A foto da estufa principal, situada próximo a Usina Catende, e os filhos e filhas de trabalhadores sendo capacitados pelos técnicos do CETENE mostra a organização deste projeto para a melhoria produtiva da Usina;



Foto da estufa Governador Miguel Arraes

Fonte: CETENE, 2006.

www.cetene.gov.br/biofabrica

- A renovação de parte da frota e a recuperação dos equipamentos da Usina, inclusive

⁶² Cana do morador é um programa pioneiro implantado no processo de (re)construção da Usina Catende, que faz parte do Projeto Catende Harmonia, contendo normas aprovadas pelo coletivo onde o trabalhador que optar pelo programa deve assinar um contrato de responsabilidades e obrigações com a cooperativa harmonia.

⁶³ O CETENE e a Usina Catende iniciam uma parceria em 2006 instalando 6 estufas com uma área total de 1.370 m², com capacidade de aclimatar 2 milhões de mudas por ano, sendo que em apenas 6 meses já haviam produzido, climatizadas e entregues mais 200 mil mudas de cana-de-açúcar aprimoradas. Para tanto, foram capacitados 40 filhos de agricultores familiares envolvidos no Projeto Catende Harmonia, trabalhando a inclusão social dos jovens filhos de trabalhadores e ao mesmo tempo a melhoria da produtividade para o coletivo.

⁶⁴ A estufa Governador Miguel Arraes construída no ano de 2006, situada ao lado da Usina Catende, é a estufa principal que recebe as sementes vindas da biofábrica e distribuídas para as demais e, em seguida, enviadas para o plantio. Na foto acima podemos observar os filhos de trabalhadores na atividade de acompanhamento e manuseio das vitroplantas.

a construção de uma nova caldeira em 2002 bem mais moderna substituindo a caldeira anterior destruída completamente após incêndio;

- A construção de uma fábrica de ração com o objetivo de aproveitar os derivados da cana-de-açúcar;
- A preservação do patrimônio da massa falida, hoje, ultrapassa consideravelmente o valor do período da sentença falimentar em 1992. Aguardando a conclusão do processo de falência e a desapropriação definitiva do patrimônio em nome dos trabalhadores (credores);
- A elaboração do Plano de Gestão de Sustentabilidade para a Usina Catende – Projeto Harmonia, realizado em 2004. O documento faz parte de um estudo destinado ao MDA/INCRA para solucionar a crise institucional dos trabalhadores;
- A implantação de programas continuados de formação dos trabalhadores com o objetivo de qualificar profissionalmente e conscientizar o trabalho do campo e da indústria para a autogestão e a ética solidária. A formação, portanto, deve ser voltada para autogestão, educação ambiental e diversificação produtiva, constituindo-se, além de tudo, num processo dialético de emancipação do trabalhador através da conscientização da luta de classes e participação coletiva no processo de trabalho.

As mudanças na Usina Catende, na interlocução de Lubenildo⁶⁵, criam situações inusitadas para os trabalhadores da usina, porque traz uma nova forma de ver e vivenciar a prática dos trabalhadores a partir da autogestão e da participação coletiva.

Antigamente, na época dos donos [isto é, antes da falência da Usina Catende], como empresa patronal, não havia regalias como existem hoje; os trabalhadores não tinham liberdade de plantar e liberdade de participar do contexto administrativo, como se encontra a empresa hoje, através desse processo de autogestão. Então, antigamente, era muito mais difícil para o que está hoje; as pessoas que estão acostumadas a plantar, criar animais. Antes era proibido pelos donos. Escutamos de alguns ex-seguranças patrimoniais e atuais da empresa que naquela época ninguém podia plantar nem criar nada, pois os seguranças tinham a função de ir até as residências [moradias] e aos engenhos, nas casas, [dos trabalhadores residentes] até se possível matar o que eles estivessem criando e arrancar o que eles tivessem plantando, porque a terra era só para o plantio de cana e nada mais. Eles [os patrões] não admitiam que tivesse outro tipo de cultura, hoje a gente vê que esse contexto mudou. Dentro dessa relação de cooperativismo que hoje os trabalhadores vivem podem plantar e diversificar suas culturas, de criar peixes, bovinos, caprinos. Hoje os trabalhadores se encontram com mais liberdade.

⁶⁵ Paz Lubenildo (filho de trabalhador e membro do APUAMA – ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA ZONA RURAL E URBANA FILHOS E FILHAS DOS TRABALHADORES). Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geisio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h14min50sec) de nº 01102007.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que as mudanças nas relações de trabalho estão indicando um grande esforço dos trabalhadores para construir um *espaço* onde o *sujeito coletivo* possa eliminar as formas de opressão e controle econômico exercido pela ideologia capitalista e pela propriedade privada.

Encontramos outras mudanças que se destacam pela sua repercussão social que é a participação da mulher, muitas vezes ignorada nas relações de trabalho, mas que vem a cada dia de afirmando e garantindo um espaço efetivo na dinâmica do processo de autogestão da usina. É evidente que a participação da mulher nas diversas áreas da administração e produção da usina é uma experiência inovadora, dentro da atividade produtiva do açúcar, porque abre um novo leque de inclusão da mulher no processo histórico como trabalhadora.

A vivência do atual processo de reestruturação nos mostra que não houve apenas uma mudança com a prática do trabalho coletivo e autogestionário, mas também trouxe a participação da mulher no Projeto Catende Harmonia, adquirindo uma participação efetiva no mundo do trabalho e, notadamente, não é apenas uma conquista no que diz respeito ao espaço no trabalho do campo, ou no escritório da usina, mas na participação direta das decisões do coletivo nas reuniões da Cooperativa Harmonia, transformando profundamente a estrutura das relações de trabalho na usina, como afirmar Cristina Maria de Mendonça⁶⁶:

Primeiro eu planto cana, depois sou presidente da Associação do Engenho Bela Vista; e, sou presidente da Associação das Mulheres dos 48 engenhos; e, também sou diretora da cooperativa, uma das diretoras. E, posso dizer que Catende é uma luta, porque na época dos donos, que agora não tem mais dono, nós sofriamos muito. Depois casei e tive um filho e também comecei sofrer um pouco. Depois que nós conseguimos tirar o dono a situação melhorou por que passamos a plantar. Eu mesmo planto cana também lá no engenho Bela Vista, tenho um filho de 23 anos e nós plantamos juntos. Não só melhorou para mim, mas para todo mundo agora no engenho Catende, porque a gente considera que agora é nosso. [...] eu fiz uma plantação com feijão de corda com as mulheres. Nós vendemos, aqui, na usina. E, a gente pretende fazer outras, também, nos engenhos Lajedo e Humaitá com as mulheres. Agora, isso nós vamos passar para a associação das mulheres, já combinamos que é para fazer trabalho nas comunidades [com as mulheres].

Percebe-se, ao fazer a leitura, que a mulher como trabalhadora, seja na atividade direta da aplicação da força física na produção ou na participação das decisões do coletivo, assume funções diversificadas na Cooperativa, estabelecendo sua autonomia como mulher dentro das relações de trabalho antes controlada apenas pelos homens. A conquista desse espaço se revela na fala de Cristina quando ela afirma “primeiro, *eu* planto cana” se constituindo numa

⁶⁶ Cristina Maria de Mendonça (filha de trabalhador da usina; Presidente da Associação do Engenho Bela Vista; Presidente da Associação das Mulheres; e, faz parte da diretoria da Cooperativa Harmonia). Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h5min53sec) de nº 03102007.

afirmativa que pode ser expresso “sou trabalhadora”. E, é ser trabalhadora, dentro de um espaço predominantemente masculino, que ela está fazendo a diferença como mulher.

A presença visível da participação das mulheres nas diversas esferas da atividade da usina, confrontando-se, por vezes, na ideia machista de que a mulher é um ser frágil e que depende do homem para sobreviver. Mas no que se refere a participação da mulher nos vários segmentos administrativos e produtivos da Usina Catende está redirecionando as relações de trabalho com a presença feminina no projeto. Por isso, o conceito arcaico imposto pela sociedade machista que a mulher é frágil e submissa aos mandos do homem já não é aceitável nas relações coletiva de trabalho. Aliás, as mulheres estão contribuindo significativamente na transformação nas relações de trabalho com a participação das associações das mulheres, na coordenação de projeto, na atividade produtiva da cana, na administração da usina, na direção da Cooperativa Harmonia, construindo a diversidade na igualdade.

Evidentemente que essa visibilidade da mulher frente ao Projeto Catende Harmonia se traduz em novas configurações que se estabelece a partir de espaços antes ocupado apenas pelos homens. Nesse sentido, as ações desenvolvidas na Usina viabilizam a inserção da mulher no mercado de trabalho, caracterizando novas representações e espaço na organização da atividade produtiva canavieira, agregando à questão de gênero as novas relações e valores para o mundo do trabalho através da diversificação produtiva e do desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar, que as mudanças no mundo do trabalho conferem ao trabalhador, além da complementação da renda familiar, a inserção da mulher no trabalho à medida que as representações se convergem numa realidade coletiva, de conciliação entre a diversidade e a igualdade nas formas de conceber as relações de trabalho a partir da convivência coletiva. Aqui o discurso do *eu* é substituído pelo pronome *nós*, consequência do discurso e da prática coletiva, resultando numa dimensão onde homens e mulheres tornam-se “seres da decisão e da ruptura” (FREIRE, 2002, p. 145-146), consolidada na práxis pedagógica.

É importante observar que, no contexto da Usina Catende, a participação da mulher na cooperativa passa, necessariamente, por uma inserção vinda do envolvimento com os movimentos sociais, associações de mulheres e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, traçando os caminhos da presença feminina no projeto. Dessa forma, podemos dizer que a valorização da participação da mulher e acrescentando a participação dos jovens nas relações cotidiana do trabalho traduzindo a identidade do coletivo, evidenciado nos novos espaços de

trabalho, como fala Arnaldo Liberato⁶⁷ sobre a importância da participação das mulheres e jovens dentro do projeto.

Muitos que nasceram [e que participam na autogestão] politicamente depois desse projeto, cresceram no projeto. Então, há uma perspectiva muito grande, porque existe uma crescente participação das mulheres. Você pode observar que na cooperativa tem muitas mulheres, nas associações dos engenhos. São muitas mulheres que participam que dirigem a associação das mulheres que tem um papel importante... o projeto possibilitou, criou condições para que uma articulação entre as mulheres de Catende, de Palmares, de Jaqueira e de Água Preta [dentro dos engenhos] construíssem seus centros municipais, seus centros de mulheres. E, hoje, desenvolvemos um trabalho muito importante junto às mulheres, junto às crianças [adolescentes]. São grandes as conquistas nesse sentido que não são apenas econômicas, mas que são grandes potenciais para garantir uma boa cidadania. Para garantir critérios mais éticos e mais justos que vão garantindo a questão da solidariedade, de uma gestão assumida em conjunto que vai levando a uma autogestão e também o grande potencial econômico que tem aqui. Tanto na área da cana como na diversificação agrícola, agora uma diversificação agrícola produtiva onde se possam fechar cadeias produtivas.

A Cooperativa Harmonia e as associações, através de ações e programas sociais, estabelecendo uma política de diversificação agrícola produtiva com o objetivo de criar postos de trabalho e garantir as mudanças necessárias no mundo do trabalho para uma prática social justa e coletiva, pela igualdade de gênero nas relações de trabalho. Nessa perspectiva, a diversificação produtiva possibilitou a inserção da mulher no mercado de trabalho.

A diversificação agrícola trouxe para o morador e sua família a possibilidade de criar e plantar além da atividade predominante na usina. Dessa forma, a diversificação torna-se substancial para a complementação da renda familiar garantindo a segurança alimentar já que no período da entressafra o trabalhador do campo penava com a falta de trabalho e de salário, porque o trabalhador não tinha outra atividade senão o plantio e limpa da cana para tirar o seu sustento e da sua família.

Hoje, existe um leque maior de possibilidade de subsistência do trabalhador com a criação de áreas cobertas com pastos destinadas à criação de gado, caprino e ovino. Projetos de piscicultura, com a construção de viveiros de peixes; e, de floricultura, com a adaptação de parte das estufas, do projeto de melhoria da semente da cana desenvolvida pelo CETENE, para o cultivo de flores, administrado por grupos de famílias selecionadas pela cooperativa.

O Projeto Catende Harmonia também promove cursos de formação, treinamento e capacitação para os trabalhadores e os filhos de trabalhadores qualificando-os para atividades diversas dentro da estrutura produtiva da Usina Catende.

⁶⁷ Entrevista para esta pesquisa.

A cultura de subsistência está adquirindo espaço considerado dentro da usina, antes ocupada apenas pela cana-de-açúcar, se tornando uma iniciativa importante frente à monocultura da cana que, apesar de não representar uma produção significativa comparada ao produto principal da usina, está garantindo gradativamente um aumento na produção de bens e consumo para os moradores dos 48 engenhos do patrimônio da massa falida que compõem o PAG.

Assim, os resultados que vem sendo alcançados com a diversificação representam um passo importante para a *política social* da cooperativa, porque além de criar caminhos alternativos para o mercado de trabalho também resgata a dignidade e a humanidade que existe em cada homem e mulher envolvidos no projeto.

O Projeto Catende Harmonia, como pode ser observado no Quadro 6, vem desenvolvendo coletivamente com os trabalhadores projetos de diversificação produtiva com o objetivo de criar novas formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Quadro 6: Síntese das Atividades de diversificação produtiva na Usina Catende (2003/2004)

ATIVIDADE PRODUTIVA	ÁREA (ha)	PRODUTORES	REBANOS/ESTOQUES
a) PECUÁRIA			
Bovinocultura	n d ⁽¹⁾	387	1.715
Caprinocultura	n d	205	660
Ovinocultura	n d	153	365
TOTAL PECUÁRIA	1.920	745	2.740
b) PISCICULTURA	13	169	47.863
TOTAL PISCICULTURA	13	169	47.863 ⁽²⁾
c) AGRICULTURA FAMILIAR			
Banana	399	857	-
Mandioca	252	651	-
Inhame	09	27	-
Abacaxi	16	55	-
Batata	23	45	-
Cafê	21	30	-
Outras Culturas	989	1.854	-
TOTAL AGRICULTURA FAMILIAR	1.709	3.519	-
TOTAL DE ATIVIDADES PRODUTIVAS ⁽³⁾	3.642	4.433	50.603

⁽¹⁾ Informação não disponível

⁽²⁾ Estimativa produção alevino/ano

⁽³⁾ A soma pode exceder o total de produtores, pois um mesmo produtor pode estar inserido em mais de uma atividade produtiva. A diversificação é fundamental para o projeto autogestionário, embora ainda se encontre em escala de complementação de renda, ainda sem constituir cadeias produtivas e sem beneficiamento da produção.

Fonte: Usina Catende – Projeto Catende Harmonia, 2004.

A piscicultura, por exemplo, é um projeto que se destaca pela *política social* desenvolvida pela cooperativa, idealizada no final das décadas de 90, mas que só teve possibilidade de concretização no primeiro semestre de 2000. A cooperativa e parcerias

construíram um viveiro escola, situado no chalé do alto, onde é dada a formação necessária para manusear a criação de peixes.

O projeto resulta da luta dos trabalhadores com apoio financeiro do PROMATA e da Cooperativa Harmonia (Projeto Catende Harmonia), sendo executado pelo CJC (Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro). Estão envolvidos diretamente no projeto 169 produtores, distribuídos em 13 propriedades entre os municípios de Água Preta, Catende, Jaqueira, Palmares e Xexeu. O princípio norteador do projeto de piscicultura era, inicialmente, fornecer pescado às famílias dos trabalhadores, garantindo a *segurança alimentar* no período da safra e, especialmente, na entressafra.



Viveiro de peixes – Unidade Familiar
Fonte: Acervo Usina Catende, 2005.

Os resultados positivos da criação de peixe, a receptividade pelos trabalhadores diante da nova atividade produtiva, as condições climáticas e hidrográficas, com vários açudes, possibilitaram a ampliação do projeto para 83,6% dos 49 engenhos da Usina, como está descrito no Quadro 7, suprimindo as necessidades imediatas e parte para venda.

Quadro 7: Diagnóstico situacional da piscicultura na Usina Catende (2005)

Município	Engenhos	%	Engenhos c/ produção de peixe	%	Engenho s/ produção de peixe	%
Catende	19	100	16	84,2	9	56,2
Plamares	20	100	16	80,0	13	81,2
Jaqueira	5	100	5	100	3	60
Xexéu	4	100	4	100	4	100
Água Preta	1	100	-	-	-	-
TOTAL	49	100	41	83,6	29	70,7

Fonte: CENTRU e CJC – 2005

Dessa forma, o projeto contribuiu com a autonomia alimentar das famílias combatendo a fome e a desigualdade social na região. O excedente da produção de peixe é comercializado pelas famílias envolvidas no projeto no mercado local e em outros municípios. A comercialização gera recursos para ampliação e manutenção do projeto a partir do viveiro escola, possibilitando a criação de novos viveiros e, por conseguinte, criando uma dinâmica de inserção de novos *sujeitos sociais* no processo de produção.

O projeto “Flores de Catende” também se constitui num projeto importante para os trabalhadores e suas famílias, idealizado pela equipe do Projeto Catende Harmonia e associação das mulheres, com o apoio da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA e com o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE, foi implantado com a intenção de diversificar a atividade produtiva. Nessa perspectiva foi oferecido um curso de floricultura para as mulheres dos trabalhadores com o propósito de ajudar na complementação da renda familiar.

Mas a atividade produtiva principal da cooperativa ainda é a cana-de-açúcar representando uma importância crucial para a massa falida e a reestruturação econômica da empresa, bem como a solidificação da cooperativa no mercado de trabalho. Nessa perspectiva a cooperativa procura criar mecanismos que possam favorecer o fortalecimento da produção da cana, seja pela manipulação de sementes para encontrar uma variação produtiva com maior teor de sacarose ou pela descentralização do cultivo da cana através do projeto “Cana do Morador”, criada também com o objetivo de segurança alimentar e terminou sendo um referencial produtivo dentro do coletivo.

Vejamos o que Lenivaldo⁶⁸, na sua análise, fala a respeito da importância do projeto “Cana do Morador” para o fortalecimento do Projeto Catende Harmonia:

O projeto “cana de morador”, veio depois de uma série de experiências que nós tivemos, aqui, com segurança alimentar. Um fato importante é que em 95 das 2.300 famílias demitidas em 93, houve em 95 uma pesquisa com essas famílias e se constatou que 5% dessas famílias queriam terras; queriam transformar seu crédito trabalhista em terras; a maioria absoluta queria dinheiro, isto é, um pagamento pelo seu tempo de trabalho e a partir disso que nós mostramos que não tinha dinheiro, só tinha uma empresa quebrada, falida. Então, no ano de 96, 98 até o ano de 99 fizemos algumas experiências de segurança alimentar com o plantio de cultura de ciclo curto para os trabalhadores não passarem fome, principalmente, no período da entressafra da cana-de-açúcar; e, essa experiência levou a se perceber que o plantio da terra daria outras rendas e aos poucos alguns trabalhadores foram solicitando para plantar cana. Algumas famílias dos engenhos mais organizados solicitaram o plantio de cana e, esse processo, foi fundamental para a produção de “cana do morador”.

⁶⁸ Entrevista para esta pesquisa.

O desafio de encontrar uma alternativa econômica de sustentação para os trabalhadores e suas famílias foi uma ação que a massa falida procurou de imediato tentar solucionar. Diante de uma situação onde não se tinha dinheiro, só uma empresa falida, a única forma de enfrentar a crise era ser criativo e perspicaz frente aos obstáculos que os usineiros deixaram para usina e seus trabalhadores. Tal condição foi acompanhada pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, associações dos engenhos e a comissão de representação coletiva para buscar alternativas para a usina e os trabalhadores.

É nesse contexto que se insere uma política diferenciada com os trabalhadores e suas famílias através da proposta de projetos de diversificação produtiva. A socialização das propostas de produção diversificada surge com certa desconfiança por parte das 2.300 famílias envolvidas no processo de falência, sendo que apenas 5% aceitaram participar da política de inclusão no mercado trabalho através da proposta de diversificação produtiva.

A dinâmica da diversificação produtiva, criada pelo Projeto Catende Harmonia, também estabelece uma nova forma de organização espacial dos engenhos que passam a ser divididos por ZPAs, conforme sua capacidade produção e localização geográfica em relação à Usina Catende. Hoje o percentual de participação alcança mais de 90% com a consolidação da Cooperativa Harmonia.

Quadro 8: Engenhos da Usina Catende divididos pelas ZPAs (2003/2004)

ZPA 01 – Zona de Produção Agrícola			
ENGENHO	FAMÍLIAS	CASAS	REPRESENTANTES
Pau d'Óleo	75	75	Elias Izidoro da Silva
Monte Alegre	89	32	Adelmo Rodrigues
Granito	33	32	José Anunciado
Ouricuri	152	152	Cicero Marculino (Maico)
São José da Prata	76	61	João Vieira
Ousadia	71	68	Roberto (Robertinho)
Conceição	89	80	Zildo Moreira
Entrocamento	54	48	Arlindo Quaresma da Silva
TOTAL	639	596	
ZPA 02 – Zona de Produção Agrícola			
ENGENHO	FAMÍLIAS	CASAS	REPRESENTANTES
Niterói	64	66	Heleno José da Silva
Cana Brava	52	52	Quiteria Maria
Boa Vista	97	97	José João
Gameleira Grande	93	94	José Antonio dos Santos
Bálsamo	93	93	Maria Helena Silva Andrade
Bálsamo das Freiras	44	46	Sebastião Pereira
São João	60	60	Dorgival Francisco da Silva
Santa Cruz	84	82	Benedito Caetano da Silva
TOTAL	587	596	

ZPA 03 – Zona de Produção Agrícola			
ENGENHO	FAMÍLIAS	CASAS	REPRESENTANTES
Harmonia	90	88	Ivan Ramos Gomes (Alemão)
Jaqueira	61	61	Dulce Afonso Ferreira
Tombador	62	62	Elenildo Correia Pena
Humaitá	80	81	Maria Vitorino (Marili)
Riachão	89	88	Paulo Severo dos Santos
Pirangy	173	177	Ivanildo Antonio (Dorge)
Bela Vista	31	31	Cristina Maria de Mendonça
Diamante	71	71	José Fernandes de Oliveira
TOTAL	657	659	
ZPA 04 – Zona de Produção Agrícola			
ENGENHO	FAMÍLIAS	CASAS	REPRESENTANTES
União	43	43	Serafim Valbino
Corubas	45	45	Francisco José
Flor do Bosque	52	39	Everaldo Feitosa
Tabaiaré	128	126	Maria de Lima
Jardim	86	84	Eliezer
Santa Luzia	51	52	Paulo José
Bamborel	66	66	Marli Ribeiro da Silva
TOTAL	471	506	
ZPA 05 – Zona de Produção Agrícola			
ENGENHO	FAMÍLIAS	CASAS	REPRESENTANTES
Lajedo	127	117	Ivanildo Luis Santana
Herval	58	52	Manoel João
Esperança	81	79	Pedro de Lima
Pau Sangue	45	43	José Miguel
Campinas	46	47	Reginaldo Alves
Limão	45	47	José Leonildo (Nildo)
Pirauá	33	35	Antonio José
Sumidouro	92	86	Zacarias José da Silva
TOTAL	527	506	
ZPA 06 – Zona de Produção Agrícola			
ENGENHO	FAMÍLIAS	CASAS	REPRESENTANTES
Capricho	140	117	Julio Caetano da Silva
Pernambuco	41	41	Carlos Alberto da Silva
Canto Flor	44	44	Adeilton Fideles
Curupaity	51	49	José Edson
Porto Seguro	55	58	Cicero José da Silva
Fernandes Vieira	50	51	Valdomiro Gomes de Almeida
Monte Pio	59	59	José Pedro
Veneza	62	66	Gessé de Lima da Silva
Boas Novas	44	45	José Nascimento
TOTAL	546	553	
FAMÍLIAS NO CAMPO			3.427
FAMÍLIAS NA INDÚSTRIA			562
TOTAL GERAL			3.989
TOTAL DE CASAS			3.359

Fonte: Usina Catende, Cooperativa Harmonia, 2003/2004.

Os representantes das associações dos moradores dos engenhos traduzem a defesa dos interesses do coletivo nas reuniões do Conselho Gestor da Cooperativa Harmonia e nas decisões administrativas necessárias para o funcionamento da Usina e a produção da cana. Os representantes das associações, presidentes dos STRs, a diretoria da cooperativa e os assessores diretos do Projeto Catende Harmonia compõem os representantes dos trabalhadores da Usina Catende.

O que está acontecendo na Usina Catende não deve ser visto como uma simples reação dos trabalhadores diante da crise de falência e, da possibilidade da perda dos postos de trabalho, mas como uma revolução profunda que afeta as relações de trabalho, os valores éticos, econômicos e culturais se contrapondo a exploração, competitividade e exclusão social.

Assim, por suas características inovadoras as mudanças nas relações de trabalho e produção na usina fomentam princípios éticos e econômicos nos quais os trabalhadores e suas famílias, de forma coletiva, conseguem pensar alternativas para reconstruir a empresa falida a partir do modelo de autogestão, mostrando que é viável a realização de um empreendimento nesse segmento

O projeto “cana do morador” além de trazer outras formas de renda para as famílias fortalece o movimento de classe que se oponha, historicamente, a falência da usina e conseguem mediante as lutas sociais de todos os trabalhadores, homens e mulheres, irem contra a lógica predominante da supressão pura e fria do modelo econômico capitalista.

Quadro 9: Acesso ao Pronaf C pelos agricultores das terras pertencentes ao PAG Miguel Arraes

Ano	Natureza da Operação	Quantidade de Contratos	Valor Liberado R\$
2003	Custeio	69	70.000,00
2004	Custeio	730	800.000,00
2005	Custeio	1.300	1.400.000,00
2005	Investimento	530	2.000.000,00
2006	Custeio	1.250	1.319.687,91
2006	Investimento	760	2.000.000,00
2007	Custeio	1.300	1.500.000,00
TOTAL			9.0089.687,91

Fonte: Cooperativa Harmonia – 2008.

A “Cana do Morador” é fundamental para o enfrentamento da crise e o fortalecimento do movimento coletivo, distribuídas pelas ZPAs corresponde a 19% de toda produção de cana da Usina com o apoio do PRONAF, intermediado pelo Banco do Brasil em Catende. O acesso ao crédito do PRONAF, pelos trabalhadores e trabalhadoras da usina, foi decisivo para a

consolidação do programa “Cana do Morador” que vem sendo incorporado na vida dos homens e mulheres que estão batalhando pela reconstrução da usina.

O projeto significa uma revolução social para a região e, especificamente, para a atividade produtiva da cana de açúcar. Tornando-se uma referência em termos sociais, econômicos e históricos já que a “Cana do Morador” é a expressão das novas relações de trabalho dentro da usina. Comparando a cana produzida pela Cooperativa Harmonia e a cana do morador, como afirmar Lenivaldo⁶⁹, ela apresenta ganhos significantes tanto para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, como fator econômico importante para a recuperação da massa falida:

O programa “cana do morador” traz alguns ganhos, porque a cana tem mercado certo, a cana não precisa de muita tecnologia e os trabalhadores já detém um saber de plantio de cana. Em comparação a outras culturas que tentamos introduzir e tem dificuldade de mercado, o trabalhador não detém toda tecnologia para o seu desenvolvimento e tratos culturais. Então, a cana favoreceu e a cana do morador é a expressão disso de nós temos por igual à cana de morador e a cana coletiva. E, também tem outro fator econômico na cana do morador, porque com as dificuldades da massa falida ela permitiu que isso aqui ficasse funcionando, porque o fluxo da matéria-prima do coletivo não iria dar conta.

A nova organização do trabalho na Usina Catende se caracteriza pela relação solidária, pela flexibilidade e diversificação produtiva, sem precedentes para os trabalhadores que atuam na área da produção do açúcar e seus derivados. É a reformulação dos conceitos tradicionais das relações de produção, o modo de ver e pensar o outro a partir de interesses coletivos, de não aceitar a individualidade como forma de exploração do outro, mas respeitar as singularidades dentro do coletivo. É o processo de mudança, vinculada à consciência e a necessidade, procurando resolver as necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores. A “cana do morador”, compreendemos, é uma ação desenvolvida com o objetivo de retirar o trabalhador das condições de precarização socioeconômica. E não poderia ser de outra forma senão através do trabalho que se funda uma nova concepção de relação produtiva idealizada a partir de dimensões sociais, porque “o trabalho é o foco da vida social e se torna o componente originário do movimento social” (MELO NETO, 2004, p. 98).

No que se refere às mudanças, estão sendo *repensadas* por meio da diversidade produtiva, norteadas pelo princípio da coletividade e relação solidária de produção, fortalecendo a *classe-que-vive-do-trabalho* precarizada pelas relações de trabalho criadas pelo sistema capitalista.

⁶⁹ Entrevista para esta pesquisa.

Através do Projeto Catende Harmonia o trabalhador está a cada dia assumindo mais solidárias nas relações interpessoais, revertendo o quadro de desigualdade social na região e, especificamente, nas ZPAs proporcionando maiores oportunidades para inserção no mundo do trabalho.

3.3 Trabalho coletivo para autogestão

As implicações da reestruturação da Usina Catende para esse novo trabalho, decorrem das mudanças do controle heterogêneo para o controle coletivo, configurando uma nova realidade para as relações de trabalho que concebe o trabalhador como um sujeito participante do processo, com poder de opinar e de decidir através do voto direto e da representação coletiva, constituindo-se num referencial democrático de gerenciamento administrativo.

A participação nas decisões no coletivo adquire uma dinâmica diferente das relações de comando existente no modelo capitalista. É uma situação em que o trabalho convive com o outro buscando conciliar o interesse pessoal com o coletivo onde se estabelece uma relação de responsabilidade *individual*, isto é, de cada trabalhador com o coletivo no processo de produção e distribuição dos resultados adquiridos com a produção. Esse mecanismo é o referencial das relações econômicas e sociais que os trabalhadores estão construindo na Usina Catende, baseado na autogestão e na economia solidária.

Mas o que é autogestão? Como a autogestão conduz os trabalhadores para uma prática solidária?

A autogestão, como dimensão participativa dos trabalhadores nas tomadas de decisões, é um fomento de representação coletiva para além das formalidades, implicando na ressignificação do agir individual reorientado para o coletivo, ou seja, uma atividade onde o controle da produção, e toda a sua estrutura, estejam sobre o poder do coletivo, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras da usina. Melo Neto (2004, p. 98) cita o seguinte sobre autogestão:

A autogestão se insere na perspectiva de transformação geral da sociedade. São mudanças de ordem intelectual, cultural e moral da classe trabalhadora, inscritas em avanços e recuos profundos, marcando um socialismo que, na sua essência, é a autogestão social, baseada na mais ampla democracia e na hegemonia dos trabalhadores (MELO NETO, 2004, p. 98).

Todo esse processo de mudança exige dos trabalhadores, mas também das diversas entidades participantes, a reflexão sobre o agir, sobre o processo de emancipação das relações

de trabalho. Para Verardo (2003) a autogestão pressupõe práticas solidárias e condutas coletivas incidindo no conteúdo do trabalho solidário e no resultado coletivo desse trabalho sem práticas competitivas.

A construção da autogestão e da econômica solidária pressupõe necessariamente práticas solidárias. Isto é, quem tiver práticas de concorrência no nosso meio destruirá o trabalho proposto. Quando nos inscrevemos no campo do trabalho conjunto, participamos de um processo de constituição de uma frente social e política de atuação em que se estabelecem princípios e normas de conduta coletivos sob os quais todos devem acordar (VERARDO, 2003, p. 57).

O Projeto Catende Harmonia é um projeto que ao (re)configurar a Usina Catende numa empresa de autogestão, agregando valores antagônicos ao capitalismo, revoluciona o modo de relações de trabalho no setor canavieiro. Marcado pela organização coletiva e solidariedade, os trabalhadores envolvidos na dinâmica de mudanças estruturais criam novos formatos de composição societária para consolidar as relações de produção num processo de criação e recriação que têm como identidade o cotidiano dos trabalhadores da usina.

A resignificação da categoria trabalho, pautada no princípio da solidariedade, reforça a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da usina, incidindo mudanças profundas na estrutura social e econômica da *classe-que-vive-do-trabalho* que buscam encontrar no próprio trabalho o caminho para emancipação. Nesse sentido, afirma Melo Neto:

A autogestão, o *trabalho* se encontra no centro do debate, despertando análises teóricas sobre essa categoria. Diante da discussão que se trava em torno da problemática do *trabalho* e sua *centralidade*, uma certeza é cristalina: a continuar com a conformação que ora se estabelece mundialmente e se cristalizando esse tipo de desenvolvimento, a vida dos trabalhadores caminha para piorar, com a ausência do emprego. Outra verdade é que as transformações que se processam no mundo são surpreendentes, animando a todos para a continuidade das lutas sociais por mudanças, tentando a superação de tantas formas de conservadorismo (2004, p. 98).

As mudanças nas relações de trabalho trazem referenciais significativas para os trabalhadores da Usina Catende, promovendo uma dinâmica de participação coletiva no processo de produção, que através dos projetos de inserção social e econômica, a exemplo do projeto de “Piscicultura”, “Flores de Catende” e “Cana do Morador”, estimulando a segurança alimentar e a diversificação produtiva com o objetivo de conseguirem melhores condições de vida; aumento da renda familiar, inserção no mercado de trabalho; e, valorização do ser humano que existe em cada trabalhador, homens e mulheres.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que as mudanças nas relações de produção se constituem numa evolução da composição *coletiva* e representativa dos trabalhadores da

Usina Catende a partir do próprio trabalho. Esse processo de recriação do mundo do trabalho a partir do próprio trabalho para a construção de uma sociedade mais justa é enfatizado por Freire (2002) quando fala da importância da luta política, isto é, da politização do indivíduo para a formulação de uma sociedade mais justa.

O operário [trabalhador] precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica mais também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar à outra menos injusta e mais humana (FREIRE, 2002, p. 114).

A autogestão é um exercício democrático dos trabalhadores que, a partir do próprio trabalho, constrói uma organização coletiva de produção no qual todos participam do processo de decisão. Por isso, entendemos que “inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania” é superar as condições subsistentes a partir da ressignificação das relações de trabalho por uma proposta diferenciada de organização social e econômica voltadas para a relação coletiva e participativa.

Segundo Melo Neto, as propostas articuladas pelos trabalhadores para garantir o emprego e gerar renda, vinculada às mudanças na estrutura das relações sociais e de produção, trouxeram avanços consideráveis para a emancipação da *classe-que-vive-do-trabalho*, por que “... representa maneiras de avanços para a autonomia e liberdade, porém sob a estrita orientação dos trabalhadores” (MELO NETO, 2004, p. 111).

As mudanças na estrutura de trabalho assumem uma dimensão centrada nos sujeitos do processo, nos objetivos e intenções do coletivo. Assim, os trabalhadores, homens e mulheres, como sujeitos da ação coletiva, constrói, no seu cotidiano, a metamorfose das relações de trabalho, definindo a cada dia os caminhos da autogestão.

Esse é, concretamente, a face visível das mudanças presente no cotidiano dos trabalhadores da usina que após descobrir as causas determinantes de suas terríveis condições de trabalho e vida, feita de sofrimento e miséria, atraso e fome, emergem da exploração para afirmar-se como sujeitos da história, da mudança, da metamorfose a partir da autogestão. Isso pode ser identificado no discurso de Adeilton⁷⁰, quando afirma que:

Esse movimento surgiu a partir da necessidade, porque nós éramos um povo isolado, sem comunicação um com o outro. Mas a partir do momento que alguém passou a

⁷⁰ Adeilton Antonio da Silva. Trabalhador rural e Presidente da Associação dos agricultores e Moradores do Engenho São José da Prata. Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h18min34sec) de nº 26092007.

ter outra visão, isto é, uma visão coletiva de autogestão foi, então, que abriu uma nova visão, a nova mente do povo. E, desde então começou a se organizar, porque para nós aprendermos com o pessoal do PENUD é uma coisa que chamava muita atenção por que se chamava *união, participação e organização*, nós tivemos quase dois anos e meio de capacitação com o pessoal do PENUD que é um programa das Nações Unidas realizada juntamente com o Banco do Nordeste, a Âncora e várias entidades.

A discussão sobre os caminhos da autogestão está alicerçada nos princípios norteadores das práticas sociais que possibilitam a reestruturação do mundo do trabalho, revertendo à exclusão social e o desemprego, através do modelo de gerência coletiva e participativa do processo de produção. A expressão “... nós éramos um povo isolado, sem comunicação um com o outro,” apresenta um elemento importante no discurso o “nós” determinante para definir que há uma preocupação com o coletivo e não com o indivíduo isolado o “eu”. Isso é uma característica presente no discurso dos trabalhadores da usina que aparece refletida a partir do momento que eles têm “... uma visão coletiva de autogestão...” porque as mudanças “... abriu uma nova visão, a nova mente do povo”. No que se refere às falas das entrevistas, podemos observar que existe uma preocupação de sair da instância do particular, individual, para ressaltar o coletivo “nós” como condição determinante para a autogestão e a economia solidária.

A autogestão, portanto, é um processo de aprendizagem que se apreende na dinâmica participativa dos trabalhadores e no envolvimento das questões de organização estrutural e funcional da empresa. Nesse caso, a educação, como instrumento de formação, qualificação, conscientização e politização, assume um papel importante na mediação, elaboração e definição das propostas de mudanças no modo de vida dos trabalhadores e na superação dos conflitos entre trabalho individual e coletivo.

Podemos observar na leitura das Cartilhas⁷¹ a preocupação de se firmar uma cultura centrada na autogestão e na econômica solidário com os trabalhadores da usina. Entretanto, é importante ressaltar que a proposta didática das cartilhas indica uma mudança crucial na relação entre os trabalhadores e a funcionalidade da empresa. Diante da nova estrutura administrativa da empresa a participação da ONG Manos Unidas⁷² e demais entidade, como

⁷¹ Cartilhas, volume 1 e 2, “A USINA CATENDE: POR UMA CULTURA DE AUTOGESTÃO” e “USINA CATENDE: TÉCNICAS DE CUSTOS DO PLANTIO DA CANA”, ambos com o objetivo de formação orientação para os trabalhadores envolvidos no projeto de reestruturação da usina numa empresa de autogestão, provocando nos sujeitos do processo um “saber” crítico e participativo no envolvimento das mudanças sociais, econômicas e produtivas da Usina Catende.

⁷² Manos Unidas é uma organização Não-Governamental (ONG) da Igreja Católica e voluntários, localizada na Espanha, que desde 1960 luta contra a pobreza, fome, má nutrição, doenças, falta de educação, o subdesenvolvimento e as suas causas profundas, procurando prover o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e humana. Site: <http://www.manosunidas.org>

os sindicatos dos trabalhadores, equipe pedagógica, ANTEAG na elaboração do programa de formação para autogestão, foram importante por que trouxe a discussão de questões que os próprios trabalhadores não conheciam ou não conseguiam compreender devido à complexidade das mudanças *conceituais* e práticas do cotidiano.

As Cartilhas colocam no diálogo dos próprios trabalhadores os questionamentos presentes do cotidiano, numa linguagem acessível, usando, por vezes, transposições de termos para compreender melhor o *conhecimento* das mudanças. Assim, a partir da análise do conteúdo didático, dialogado com os trabalhadores da usina, na Cartilha, é possível compreender que os caminhos para a autogestão percorrem um processo de ressignificação de valores, atitudes e diálogos.

A preocupação que se verifica, nesse novo contexto do modo de trabalho é trazer a discussão questões que possam iluminar a práxis dos trabalhadores da Usina Catende, porque a autogestão pressupõe a participação de todos, isto é, homens e mulheres, envolvidos no empreendimento com poder de voz e decisão. É uma forma de organização e produção do trabalho que conduz a outro entendimento conceitual e prático, ou seja, os trabalhadores não são mais empregados, assalariados, mas proprietários da empresa, donos da sua força de trabalho e dos instrumentos de produção. Para Guillerm (1975, p. 41) a autogestão é um processo revolucionário que transforma as relações pessoais no âmbito econômico, político e social.

...autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social (GUILLERM et al., 1975, p.41).

Trata-se, portanto, de uma mudança do poder vertical, centrada numa única pessoa, ou seja, o usineiro para uma organização onde os trabalhadores passam a ser os donos da sua força de trabalho e gestores dos instrumentos de produção, superando a(o):

- a) Alienação do processo de trabalho (com a autogestão os trabalhadores, homens e mulheres, podem participar das discussões e decisões da empresa);
- b) O *fetichismo* do conhecimento (através da participação coletiva e da formação e qualificação dos trabalhadores o conhecimento será reconstruído para todos, sem distinção ou privilégio, garantindo ao sujeito da práxis o direito de construir a sua história);
- c) A *hierarquização* e o *controle vertical* de decisão (através da autogestão, deixa de existir a figura do capitalista, dono dos instrumentos de produção, e das figuras responsáveis

pelo controle vertical, ou seja, gerentes, diretores, supervisores e outros, com poder de decisão sobre os trabalhadores. Mas, o que surge com a autogestão é responsabilidade coletiva de todos nas interfaces da produção com certa orientação horizontal de controle técnico na estrutura funcional da produção e nas decisões que exigem ação imediata).

A prática da autogestão está fazendo a diferença para os homens e mulheres na concretização das novas relações sociais, desmistificando o processo de trabalho, superando as diversidades das relações de produção, além de redefinir o papel do trabalhador na organização da vida política e social dentro da Usina Catende. A autogestão, enquanto prática coletiva de ressignificação de valores acaba por redefinir os modos de regulação dando novos contornos as relações interpessoais, como afirma Albuquerque (2003):

A essência dessa prática social está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificação a implementação de um outro tipo de ação social (ALBUQUERQUE et al., 2003, p. 25).

As reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, o enfretamento da situação de falência da usina nos anos 90 trouxe um novo modo de agir coletivo onde o poder e controle da produção passa a ser partilhado com os trabalhadores, modificando consideravelmente as relações de trabalho e produção. A libertação dos trabalhadores é uma consequência da luta de classes, porque coloca em discussão o verdadeiro papel do movimento que é mostrar, na análise de Vasapollo (2007), a necessidade da superação das contradições entre capital e trabalho.

De tudo isso, é possível deduzir que a libertação de todos os sujeitos submetidos ao comando e à exploração capitalista, através da construção de um forte movimento operário no interior de grandes movimentos sociais antagonistas de massa, só é possível mediante a superação do modo de produção capitalista. Essa dedução tinha e ainda tem uma importância muito grande porque coloca decididamente em discussão cada espécie de ilusão sobre a superação da contradição capital-trabalho no interior do modo de produção capitalista (VASAPOLLO, 2007, p. 33-34).

Do ponto de vista dos trabalhadores a autogestão, além de provocar mudanças estruturais nas relações de trabalho também se constitui num processo dialético de recriação das relações de trabalho, convertendo o trabalho precarizado no denominado trabalho autogestionário e solidário. Nesse sentido, a autogestão contempla o esforço coletivo pela superação das contradições capital-trabalho no processo de produção. A “Cana do Morador” e os programas de segurança alimentar, através da diversificação produtiva, desenvolvido pela Cooperativa Harmonia é um exemplo concreto da saída da condição de minoridade dos

trabalhadores para a superação das contradições e desigualdades sociais e econômicas geradas pelo capitalismo. Para Melo Neto (2004, p. 103) a autogestão promove a igualdade social entre os trabalhadores.

A autogestão, como gerência de qualquer organização, promove a igualdade de todos os seus membros, bem como a sua completa liberdade. Uma organização que promove a igualdade de seus membros não carece, assim, da existência de um poder de mando centralizado em qualquer dos indivíduos. As suas normas não necessitam estar sob o poder de alguém que seja alheio ao próprio grupo. A própria organização é que define as pessoas que irão exercer as diversas atividades, inclusive, a atividade coordenadora, nada centralizada (MELO NETO, 2004, p. 103).

A ideia de igualdade representa a emancipação do trabalhador em relação ao poder autocrático do capitalista (ou das figuras administrativas que representam os interesses do dono da empresa). Neste caso, a autogestão não obriga o trabalhador a participar do processo, uma vez que é um exercício coletivo e de participação horizontal de gerenciamento, mas operam que os homens e mulheres envolvidos na dinâmica da mudança integrem o projeto político e econômico a suas vidas, buscando coletivamente o bem comum para todos.

A autogestão se desdobra em práticas coletivas que reforçam as relações dos *sujeitos do processo* nas tomadas de decisões, num discurso que expressa os interesses de todos, na emancipação social dos trabalhadores e nas “... lutas contra as normas arbitrárias, as hierarquias opressoras e promotoras da discriminação e da desigualdade” (CATTANI et al., 2003, p. 134).

Temos que reconhecer que as mudanças na gestão da força de trabalho compreendem não só o fim do trabalho submisso, hierarquizado e explorado, mas também a afirmação da *classe-que-vive-do-trabalho* como classe que se desenvolve política e ideologicamente através do seu próprio trabalho. Entretanto, isso não quer dizer que não exista desigualdades sociais entre os trabalhadores da Usina Catende. Mas, as metamorfoses do trabalho contribuem para a emancipação do trabalhador afastando-o da alienação dominante do capitalismo e, ao mesmo tempo, contribui sucessivamente para a disseminação da igualdade entre as pessoas.

A construção da autogestão na Usina Catende surge inicialmente na *fase judicial* e, em seguida, consolida-se na *fase posterior ao processo falimentar* como modelo próprio e inovador dentro do contexto de produção agroaçucareira.

O apoio e a participação dos sindicatos rurais, CPT, ANTAG, FETAPE e a ANTEAG foram decisivas para a idealização das mudanças na usina, guiando os trabalhadores para a discussão e organização coletiva conduzida para a construção do Projeto Catende Harmonia e a autogestão e a economia solidária.

Não podemos deixar de ressaltar a importância do apoio do Governador Miguel Arraes que durante a *fase judicial* teve um papel fundamental nas articulações políticas, jurídicas e econômicas, sendo o Estado era um dos credores externos da massa falida.



Pátio da Usina Catende. O segundo da esquerda para a direita o Governado Miguel Arraes.

Fonte: Usina Catende, 2002.

Assim, o Governador foi crucial para decidir os rumos da massa falida e o direcionamento da organização das reivindicações dos trabalhadores demitidos pelos usineiros. Outro aspecto decisivo para o fortalecimento do projeto em andamento na Usina Catende é a eleição de Luiz Inácio da Silva para a Presidência da República, militante de esquerda e representante da luta dos trabalhadores, a criação da Secretaria de Economia Solidária, tendo à frente Paul Singer. Teve também as ações do Pronaf, adquirindo a produção do açúcar da Usina Catende para o programa “Fome Zero”, e o desembaraço do processo de desapropriação das terras da massa falida pelo INCRA e a posse para os trabalhadores inclusos no PAG representa uma vitória para os trabalhadores do campo.

As mudanças no contexto estrutural da Usina indicam um esforço coletivo dos trabalhadores e de vários segmentos governamentais e não-governamentais para superar as diversidades socioeconômicas e manter o funcionamento da organização dos trabalhadores.

Nos anos de 1995 e 99, na primeira fase da crise falimentar, os trabalhadores decidiram em assembleia decidiram plantar cana para fornecer Usina invés de adquirir de terceiros, transformando profundamente a realidade econômica e administrativa da Usina Catende.

Tudo isso foi possível graças ao plantio da cana coletiva que depois veio a idealizar o projeto “Cana do Morador”. Os dados das safras (moagem) desde a falência, como está

expresso no Quadro 7, confirma a análise que acabamos de descrever, ou seja, que os trabalhadores estão construindo o seu espaço através do próprio trabalho como é possível verificar no aumento contínuo da participação da cana dos moradores dos engenhos da Usina, aumentando gradativamente de 1,5% na safra de 1998/1999 para 37,5% na safra de 2006/2007.

Quadro 10: Evolução das fontes de matéria prima principal desde a primeira moagem após a decretação da falência da Usina Catende em 1995 até a safra de 2007

SAFRA	PRÓPRIA (t)	%	FORNECEDOR (t)	%	MORADOR (t)	%	OUTRAS ORIGENS (t)	%	TOTAL (t)
1995/96	149.951,870	28,9	369.031,050	71,1	0,0	0,0	0,0	0,0	518.982,920
1996/97	197.344,990	35,0	395.740,110	65,0	0,0	0,0	0,0	0,0	563.085,100
1997/98	123.441,380	39,3	190.875,330	60,7	0,0	0,0	0,0	0,0	314.316,710
1998/99	231.645,740	50,4	221.278,000	48,1	6.855,490	1,5	0,0	0,0	459.779,230
1999/00	229.199,820	38,8	162.019,900	27,4	20.434,860	3,5	179.211,120	30,0	590.865,700
2000/01	231.901,630	56,7	148.211,220	36,3	28.659,030	7,0	0,0	0,0	408.771,880
2001/02	211.395,350	40,2	153.132,360	29,1	53.966,530	10,3	107.200,650	20,4	525.694,890
2002/03	225.743,700	42,1	96.535,400	18,0	100.342,680	18,7	113.723,730	21,2	536.345,510
2003/04	212.064,450	48,1	87.993,400	20,0	115.378,720	26,2	25.170,410	5,7	440.606,980
2004/05	170.720,510	39,4	115.115,150	26,6	146.969,020	34,0	0,0	0,0	432.804,680
2005/06	153.523,310	45,5	58.705,340	17,4	125.110,350	37,1	0,0	0,0	337.507,450
2006/07	195.079,860	41,6	97.978,530	20,9	175.640,670	37,5	0,0	0,0	468.699,060

Fonte: Cooperativa Harmonia – Usina Catende.

A dimensão dessa participação parece se confirmar nos dados estatísticos por meio das diferenças percentuais distribuídas nas safras. Mas essa dimensão também adquire outra perspectiva com as metamorfoses do trabalho que é a inserção das ações pedagógicas articuladas com a política de segurança alimentar e os programas de inclusão social. A “Cana do Morador” desempenha um papel importante na reestruturação da usina como empresa de autogestão, afirma Lenivaldo⁷³ (Assessor Técnico da Diretoria da Usina Catende):

[...] a cana favoreceu e a cana do morador é a expressão disso de nós temos por igual à cana de morador e a cana coletiva. E, também tem outro fator econômico na cana do morador, porque com as dificuldades da massa falida ela permitiu que isso aqui ficasse funcionando, porque o fluxo da matéria-prima do coletivo não iria dar conta. Outra questão importante é que o ganho da cana de morador distribui mais renda do que o salário que são fundamentais para o projeto de autogestão. E o último ponto é que ela, cana de morador, inclui uma estrutura produtiva as famílias demitidas, e aos trabalhadores que ficaram no emprego. Esse foi um ganho muito importante para a inclusão, a participação da autogestão, que foi se dando com a produção e hoje você percebe que os trabalhadores sabem o custo de plantar cana, sabe das dificuldades, aquela idéia de que cana era coisa de rico, caiu por terra. As famílias ao plantar vão percebendo o custo do plantio, o valor do açúcar.

⁷³ Entrevista para esta pesquisa.

Obviamente, não podemos deixar de citar que a organização do coletivo da empresa acontece em duas instâncias principais que são as assembleias com todos os trabalhadores para decidirem questões que exige a presença da maioria; e, as reuniões com os representantes dos segmentos de trabalhadores da usina, compreendendo os sindicatos rurais, as associações dos engenhos e o representante dos trabalhadores da indústria (isto é, operários do açúcar), que discute questões de foco administrativo e funcional da cooperativa com objetivo de potenciar as atividades produtivas, equalizando tempo e condições de trabalho.

Outro aspecto fundamental na definição das estratégias de reestruturação, bem como das políticas sociais desenvolvidas pela cooperativa é que as ações de diversificação produtiva, as ações sociais e pedagógicas são colocadas em discussão no coletivo, antes de serem executadas, para avaliar a viabilidade da sua execução e o impacto que elas possam alcançar dentro da Cooperativa Harmonia, constituindo-se num procedimento importante para a consolidação da autogestão. Nesse contexto, são discutidas questões como custo da plantação da cana, da produção do açúcar, do preço da saca de açúcar e dos derivados, do preço repassado para os distribuidores, o preço final de mercado, quais os ganhos e perdas para o coletivo.

Ao conduzir o trabalho numa conjuntura de autogestão, os trabalhadores conseguiram expressar o sentido e o conteúdo do trabalho a partir da sua identidade cultural. Como *sujeitos* responsáveis pelo processo de mudança na estrutura social e econômica. O trabalhador (compreendendo homens e mulheres) ao realizar tais mudanças não reduz o trabalho ao sentido único de emprego, porque àqueles que são responsáveis pelas metamorfoses (homens e mulheres da Usina Catende que vêm enfrentando as diversidades econômicas e naturais para construir uma sociedade mais justa e menos desumana) passam a ser sujeitos do discurso, da politização, emancipados das relações de expropriação e alienação do trabalho.

A autogestão, voltado para a economia solidária, ajuda elevar o trabalhador a sua verdadeira condição humana, porque nele o trabalho humano é colocado em uma condição de emancipação do humano através das mudanças dos valores entre trabalho humano e o resultado desse trabalho. Ao ser colocado nesta perspectiva o objeto do trabalho não se torna estranho ao seu criador, mas afirma-se nele como extensão da emancipação do trabalhador que vê no objeto o resultado da sua liberdade, expressão livre da sua força de trabalho.

A autogestão revela um fenômeno dialético, posto que os trabalhadores da Usina Catende construam os meios necessários para empreender suas próprias obras, expressando e desenvolvendo suas potencialidades criadoras e gerenciais. A coletividade encontra seu papel na espontaneidade das suas relações e na formação (conscientização para uma educação

voltada para a autogestão) técnica e política dos trabalhadores. Valorizar o trabalho do coletivo (reconhecendo o papel subjetivo dos sujeitos do processo representados José, Manuel, Maria, Helena, Edilene, Izabel, Marivaldo, Francisco, Lenivaldo, entre tantas outras) é o objetivo principal que guia as metamorfoses do trabalho dentro da Usina Catende, onde o trabalhador(a) não é delineado como um objeto das relações de produção, mas pela emancipação, libertação do sujeito histórico e pelo trabalho coletivo que permite a coexistência do “eu” e do “tu” numa relação onde o pronome “nós” se constitui na prerrogativa do discurso na *práxis*.

A questão da promoção humana é uma prática e um exercício dialógico presente no Projeto Catende Harmonia baseada na valorização do trabalhador como sujeito social, isto é, como homem e mulher, pessoas que tem nomes, identidade, cultura, história e estão ali buscando uma alternativa para serem reconhecidas e valorizadas pela sociedade. Nesse modelo autogestionário é possível observar que o compromisso maior do projeto é contribuir com as pessoas excluídas do direito de ter de trabalhar, valorizando-as como sujeitos potencialmente ativos, promovendo a igualdade e a liberdade entre o coletivo. Para Melo Neto (2004, p. 103-104) os trabalhadores encontram na autogestão a igualdade e a liberdade:

O princípio da igualdade promove o da liberdade e vice-versa. Os indivíduos passam a compreender que a sua determinação de vida lhes pertence. Esta característica é algo comum e de compreensão elementar, estando intrínseca a todos os seres racionais. Em grupo, passa-se a estabelecer contratos úteis a todos sem gerar, entre eles, diferenças de poder. Autogestão se constitui como manifestação de gerência técnica e, essencialmente, política (MELO NETO, 2004, p. 103-104).

Nesse caso, a autogestão e solidária é responsável pela construção das novas relações socioeconômicas, facilitando a interrelação dialógica entre homens e mulheres, enquanto seres sociais *apropriado dos bens de produção* idealizada por eles, a partir da realidade sociocultural, formando uma visão consciente da relação dialética entre subjetividade e objetividade.

Quando falamos em autogestão idealizamos uma ação humana que deva corresponder à noção de coletividade e de *responsabilidade recíproca* firmada entre os envolvidos no processo de mudança. Este compromisso pressupõe uma ação cooperativa de obrigações *contratada* a partir de interesses partilhados entre os sujeitos dessa ação. A expressão pregada “responsabilidade recíproca” é uma relação dialógica do sujeito que se identifica com o coletivo.

A autogestão é antes de tudo uma prática social e política que por definição tende a suceder o modo de produção capitalista por um modelo de *produção socialista*, especificamente, quando representa empresas gerenciadas pelos próprios trabalhadores definindo os interesses coletivos. Nesse aspecto, concordamos com Gaiger (2003, p. 203) quando afirma que o envolvimento dos trabalhadores é imprescindível para a formação de uma empresa autogestionária.

Do ponto de vista dos fatores humanos, os fundamentos democráticos da autogestão vêm precisamente ao encontro dos requisitos de envolvimento e participação dos trabalhadores, preconizados pelos métodos de gestão modernos. Células de produção, grupos de trabalho e postos multifuncionais, a par de outras técnicas de gerenciamento horizontal e responsabilização do trabalhador, típicas das normas de gestão de qualidade em voga, acomodam-se com naturalidade à estrutura participativa dos empreendimentos solidários (GAIGER, 2003, p. 203).

Trata-se, portanto, de uma organização autogestionária de experimentação social que busca viabilizar novos caminhos, por meio da participação coletiva, por meio de representação legítima, para o fomento de transformação social e econômico da vida dos trabalhadores.

Tais mudanças nas relações de produção trazem uma experiência única na vida dos trabalhadores da cana atestado na prática da autogestão e da diversificação produtiva. Os trabalhadores testemunham à criação de alternativas viáveis para a crise estabelecida pela sociedade capitalista. E, assim, diante de tantas diversidades, eles conseguem afirmar-se como *classe-que-vive-do-trabalho* através do Projeto Catende Harmonia.

CAPÍTULO 4

NA BOCA DA MATA HÁ FURNAS INCRÍVEIS QUE COISAS NOS FAZEM PENSAR: OS DESAFIOS DAS METAMORFOSES DO TRABALHO

4.1 As Perspectivas de mudanças ou apenas uma releitura das relações de trabalho e produção na Usina Catende

Mas que *furnas* são essas? São *furnas* incríveis que coisas nos fazem pensar. A palavra *furnas* assume o sentido de cavernas ou grutas, formas geológicas naturais ou artificiais, escuras velando toda a arquitetura constituinte da caverna ao *olhar* ingênuo e consentido do homem. No sentido alegórico podemos conceber a palavra *furnas* para representar a incursão ou o *espanto* com a leitura das mudanças, transformações, ressignificações ou metamorfoses que levam o homem a pensar e criar novas práticas de relações sociais, econômicas, inclusive educativas, no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina.

Para descrever as mudanças nas relações de trabalho e produção na Usina partimos da leitura das categorias *educação* e *trabalho*, apresentadas nos capítulos anteriores, imprescindíveis para orientar as nossas impressões além do olhar ingênuo e consentido, definindo, assim, o caminho percorrido para alcançarmos o entendimento sobre as implicações *positivas* e *negativas* advindas da autogestão e do *pressuposto* da prática da economia solidária com o coletivo, isto é, com o *pessoal* da fábrica e o *pessoal* do campo.

As observações como contribuição para a *reflexão* das *práxis* dos *sujeitos sociais* das mudanças no contexto da Usina e para outras possíveis mudanças, discutíveis dentro da convivência da autogestão e da prática da economia solidária, a partir da leitura desta pesquisa: USINA CATENDE: Solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho”, foi pensada a partir da *releitura* de algumas ações descritas no Quadro 3⁷⁴ as quais forneceram subsídios para explicar e/ou expor algumas *incoerências* nas relações de trabalho e produção na Usina. Assim, a leitura crítica das nossas impressões sobre o projeto coletivo de autogestão, e as mudanças nas relações de trabalho e produção, serão traçadas a partir da releitura das possíveis ressignificações no mundo do trabalho apresentadas pelo Projeto Catende Harmonia na Usina Catende.

⁷⁴ O Quadro 3 está exposto no Capítulo 2, p. 52, com a descrição das ações e projetos desenvolvidos na Usina Catende pela Cooperativa Harmonia e parcerias.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Usina aconteceu, inicialmente, para enfrentar as diversidades jurídicas, para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários durante a fase que sucedeu a falência da Usina. E, a partir deste contexto, a *classe-que-vive-do-trabalho* procurou se organizar fortalecendo o movimento dos trabalhadores da atividade canavieira. Através dessa organização a classe começou a recriar as condições de trabalho e produção para a autogestão possibilitando uma participação dos trabalhadores e trabalhadoras na administração e na tomada das decisões através dos representantes de classes com o acompanhamento dos sindicatos rurais da região e de algumas outras entidades.

As mudanças na Usina, certamente, não é apenas uma reestruturação nas relações de produção. Mas, representam mudanças conceituais e práticas nas relações sociais na medida em que a proposta do modelo autogestão começa a ampliar a participação da *classe-que-vive-do-trabalho* na organização coletiva do empreendimento, situação que não acontecia anteriormente.

A autogestão provoca mudança *estrutural* ao abrir espaços para a participação dos trabalhadores na gerência do empreendimento, mesmo que na sua organização como um todo não contemple todos os seguimentos de trabalhadores que fazem parte da estrutura de funcionamento da Usina, considerando os trabalhos do campo e os operários da Usina. Isso é possível por que a nova reorganização da *classe-que-vive-do-trabalho* procurar redefinir o mundo do trabalho considerando as condições necessárias para uma nova conjunta socioeconômica a partir da (1) criação de um ambiente mais democrático, pela posse coletiva dos meios de produção, ampliando a capacidade produtiva, reduzindo a rotatividade, valorizando a experiência profissional; (2) a disseminação do *sentimento* de responsabilidade com o *coletivo* determinadas pela gestão democrática ou pela participação direta ou por representação; (3) a *vigilância mútua* dos colegas sobre a produtividade; (4) a *eficácia* na identificação de problemas organizacionais que possam afetar a produtividade no contexto cooperativo; (5) a repartição da receita líquida entre os cooperados; e, (6) a distribuição do excedente anual “sobras” com os cooperados, e nesse aspecto, apenas os cooperados do Projeto Catende Harmonia são beneficiados.

As mudanças na Usina se encontra em um processo dinâmico de transformação e ainda não consegue suprimir os ranços do sistema anterior, deixando transparecer algumas *incoerências* para com as práticas da autogestão e da economia solidária que, pressupomos, sejam necessárias ser revistas pelos cooperados do Projeto, com o propósito de *identificar* os pontos de divergências presentes no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras que pode, a

longo prazo, minar o objetivo de criar uma relação solidária e participativa na produção, na relação entre os segmentos operacionais na Usina e a atividade de campo.

A possibilidade de divergências entre os interesses dos operários e trabalhadores do campo pode ir contrária ao projeto coletivo, porque, entendemos que a organização coletiva da classe trabalhadora se pressupõe que não existam desigualdades marcantes na participação da produção e distribuição dos benefícios adquiridos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Mas, o pressuposto de que os trabalhadores do campo têm mais benesses com as mudanças na Usina do que o operário deixa transparecer uma *incoerência* no pressuposto da construção de um projeto coletivo, autogestionário e solidário. O que pode nos levar a *pensar* que o projeto atende a interesses alienados ou diferentes ao projeto coletivo da Cooperativa Harmonia, beneficiando mais um segmento do que outro dentro do coletivo. Aliás, isto pôde ser constatar nas nossas observações de campo e nas falas de alguns entrevistados, deixando bem claro que existe uma insatisfação por parte de alguns trabalhadores que não foram beneficiados pelo Projeto. Um exemplo dessa divergência pode ser observado na fala de Edivaldo⁷⁵ que questiona o critério utilizado pela *gerência* (Comitê Gestor) da Usina para o pagamento dos salários dos operários e trabalhadores do campo:

Nós procuramos trabalhar igual [isto é, operário e trabalhador do campo], mas existe alguma diferença nas relações. O *peçoal* do campo é um *peçoal* mais sofrido. Contudo, quando, por exemplo, existe um pagamento e o dinheiro não é suficiente para todos, pagam primeiro o *peçoal* do campo. A indústria fica por último. Agora [período do mês de dezembro de 2007] está acontecendo isso. Eu, não concordo que se trabalhe dessa forma, porque, aqui, estamos construindo uma Usina diferente e é um barco só para todos. Então o que dê tem que dividir para todo mundo. Não pode ser diferente, isto é, x recebe x não recebe. Acredito que não deveria ser dessa forma, mas infelizmente acontece.

Esse tipo de entendimento na hora de selecionar quem é priorizado mostra que há implicações e entendimentos complexos sobre a natureza da política, econômica e social no contexto nas relações interna Usina e, certamente, na Cooperativa Harmonia. Tais implicações começam propriamente pela situação atual do trabalhador do campo, da Usina, beneficiado com a desapropriação de 24 imóveis rurais da Usina Catende, totalizando 23 mil hectares, pelo INCRA no ano de 2006, envolvendo o apoio interministerial do MTE, MDS e MAPA através do intercambio da Conab. Com as ações de assentamento, cada família passou

⁷⁵ Edvaldo Ramos da Silva. Diretor de base do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Alcool do Açúcar do Estado de Pernambuco e membro da comissão de fábrica. Entrevista para a pesquisa: Usina Catende: As Metamorfoses do Trabalho. Entrevistador: Geísio Lima Vieira. Pernambuco, Catende: Usina Catende – Sala de Reunião da Usina, 2007. Arquivo áudio-digital mp3 (00h29min27sec.) de nº 04122007.

a ter o direito a três linhas de créditos: o crédito instalação (no valor de R\$ 2,4 mil por família), habitação (até R\$ 5 mil) e crédito adicional do semiárido (até R\$ 1,5 mil).

Além das três linhas de crédito ainda é disponibilizado a linha de crédito do Pronaf “C” para as famílias do Programa “Cana do Morador”, pensado e criado pelo Projeto Catende Harmonia (Cooperativa Harmonia) para os cooperados, beneficiando apenas o trabalhador do campo.

Na análise, durante a pesquisa, observamos que o operário ainda se encontra condicionado ao trabalho assalariado, significando que a atividade do operário está atrelada ao capital, criando uma dicotomia nas relações de trabalho e produção no coletivo que se propõe a instituir uma autogestão solidária e participativa. Para se *repensar* a reestruturação produtiva como é proposto em um projeto de economia solidária é indispensável que a relação equitativa na distribuição das benesses entre o operário da Usina e o trabalhador do campo. Para Marx (2006, p. 51), “enquanto o operário assalariado for assalariado, a sua sorte dependerá do capital”, e, conseqüentemente, sob a condição de dependência do capital, para a sua subsistência, tudo que ele produz é estranho a ele, fortalecendo o poder do capital e distanciando o operário dos instrumentos de produção

Podemos dispor que as *incoerências* presentes na construção do projeto coletivo tornam-se um dos grandes desafios na reestruturação da Usina, precisando *repensar* todas suas atividades fins econômicas e sociais. Nestes termos, o que queremos mostrar é a necessidade de superar os entraves das diferenças entre os trabalhadores e trabalhadoras da Usina Catende, entre o operário e o camponês. Por um lado, o trabalhador do campo tem a terra para plantar, morar e criar, além de ser em parte beneficiado pelas ações e projetos da Cooperativa Harmonia e do Estado, a exemplo do Pronaf “C”, como foi citado; e, por outro lado, temos o operário que depende exclusivamente do salário para subsistência, tornando-o um subproduto das relações de trabalho resultante das atividades produtivas da Usina.

Na prática a Usina Catende não trabalha diferente das outras usinas na região com relação aos operários. Explica Edivaldo:

O salário para o trabalhador [operário] da indústria não mudou nada. Apesar de a Usina Catende ter uma proposta diferente das outras usinas ela trabalha como as outras; ela paga como as outras; ela paga o décimo; paga hora extra; férias; o piso coletivo da categoria; ela atende da mesma forma que as outras usinas quando é para discutir relações de trabalho com o operário; ela não trabalha de forma diferente; ela trabalha na mesma linha das outras. Os recursos humanos da Usina vão buscar informações de outras usinas para definir quanto ganha o serralheiro, o torneiro, para trabalhar no mesmo padrão que trabalham as outras usinas (Edivaldo).

Embora a Usina defenda uma nova organização nas relações de trabalho, mas democrática, com representação coletiva e participação na gestão, o operário da fábrica ainda está atrelado às relações de *estranhamento* com o objeto do seu trabalho, porque ele tem que vender sua força de trabalho para a Usina que, por sua vez, paga ao operário um *salário* de subsistência. Consequentemente, o *operário* sai dessa relação de produção e trabalho (MARX, 2004a, p. 133) da mesma forma como entrou, isto é, apenas com sua força de trabalho, configurando uma relação de expropriação da força de trabalho do operário.

A leitura das relações entre trabalho assalariado e capital, para expor a posição do operário na estrutura funcional da Usina, apresenta o primeiro desafio para o coletivo: *pensar e recriar* o espaço de participação coletiva que possam inserir o operário e o trabalhador do campo no mesmo contexto sem desigualdades socioeconômicas ou adotar o pressuposto que o modelo de autogestão e prática da economia solidária foi, ocasionalmente, pensado apenas para o trabalhador do campo.

As observações das *incoerências* da relação do operário na conjuntura das relações de trabalho e produção na Usina recolocam o debate da revisão das relações do mundo do trabalho na perspectiva do cooperativismo, nos moldes da autogestão, como está sendo construído na naquela Usina, valorizando o princípio da participação e partilhamento equitativo entre os *sujeitos sociais* envolvidos no processo de reorganização das relações de trabalho e produção.

A nosso ver não podem persistir relações de desigualdades entre operários e trabalhadores e trabalhadoras do campo, descaracterizando as ressignificações das relações de trabalho assentada em princípios socialistas de igualdade e solidariedade, que se apresentam como processo de representação coletiva do empreendimento autogestionário e solidário, constituído juridicamente Cooperativa Harmonia.

Nesse sentido, podemos conceber que a proposta de uma administração paritária e participativa entre todos os *sujeitos sociais* que compõe a *classe-que-vive-do-trabalho* ainda não é uma realidade presente e que precisa ser reavaliada, diagnosticada. Após encontrar os pontos nevrálgicos do problema buscar alternativas viáveis para a inserção do *operário* nas políticas sociais da mesma forma que os trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos. A definição de novas metas de trabalho faz parte de uma *práxis* revolucionária, porque todo processo de mudança é dinâmico e precisa ser constantemente *pensado e repensado* com um olhar *crítico* capaz de abolir as relações típicas de controle e poder remanescentes das relações dos usineiros com os operários e trabalhadores e trabalhadoras do campo. Este princípio está claro no Manifesto do Partido Comunista:

Todas as classes dominantes anteriores procuraram garantir sua posição submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletariados só podem se apoderar das forças produtivas sociais se abolirem o modo de apropriação típico destas e, por conseguinte, todo o modo de apropriação em vigor até hoje (MARX; ENGELS, 2005, p. 97).

Apesar de existir diferenças entre o *operário* e o trabalhador do campo, no que concernem as relações de trabalho e participação nos projetos e ações desenvolvidas na Usina, existe uma *consciência* por parte dos operários para manter a unidade entre todos que fazem parte do projeto maior que é a reestruturação da Usina para manter os seus postos de trabalho. Esse princípio de unidade é fundamentado na concepção que Usina e campo, na atividade produtiva canavieira, são indissociáveis, funciona como se fosse unidades que para existir precisa unir as unidades no todo, explica Natanael⁷⁶:

...o trabalhador do campo e o trabalhador da indústria se dão muito bem; eles entendem que a indústria funciona com o campo como se fosse cabeça, tronco e membro. [...] então os companheiros estão *solidário*. Estão criando essa unidade e por conta disso não existe hoje dificuldade de relação entre o trabalhador do campo e o operário; não existe confronto entre eles. Não temos nenhuma dificuldade [de manter relação entre os segmentos] e conseguimos manter essa unidade, campo e fábrica.

A questão presente nas reivindicações atuais dos operários não é a questão da relação interpessoal entre os trabalhadores e trabalhadoras da fábrica e do campo, mas a paridade nos benefícios dos projetos e ações desenvolvidos com os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nesse caso, a prática do conceito apresentado como princípio para ressignificações das relações de trabalho e produção na Usina traz certa incoerência com as desigualdades existentes no contexto fábrica e campo, tornando-se uma prática dissonante com o objetivo da *práxis* social disposto no discurso e nas ações: não há participação coletiva, autogestionária e solidária com desigualdades, porque vai chegar a certo nível de inconsistência das práticas do projeto em experiência na Usina que pode conduzir as relações entre fábrica e campo a desequilíbrio nas distribuições das benesses com a desapropriação da Usina. Que, aliás, é uma questão que não está transparente e ainda não foi definido quem vai ser beneficiado com a desapropriação da Usina e qual será o critério ou critérios para *selecionar* os futuros beneficiados.

O assentamento de grande parte das famílias estabelece um sentimento de segurança para o trabalhador e trabalhadora do campo que pode a partir da aquisição do título planejar

⁷⁶ Entrevista para esta pesquisa.

em longo prazo o que se vai realizar com seu instrumento de produção, que é a terra, para aumentar o poder de aquisição de bens de consumo e, conseqüentemente, melhorar o seu padrão de vida. Alguns trabalhadores do campo já estão empregando outros trabalhadores para garantir a safra da “Cana do Morador”, criando uma relação de patrão e empregado, capital e salário, alimentando as relações de capitalismo no sistema de trabalho e produção, como também já possuem veículos pesados para escoamento da produção.

Já os operários vivem outro contexto nas relações interna na administração da Usina que gera uma instabilidade profissional para o trabalhador decorrente da possibilidade de demissão. Uma situação preocupante para o operário da Usina já que a atividade principal de trabalho na região é oferecida pela Usina.

A instabilidade e insegurança no trabalho é outro desafio que o coletivo tem que enfrentar para sustentar a manutenção da Usina, especialmente, no período de entressafra. A falta de recursos próprios, isto é, de capital para gerir a parte administrativa e operacional pode ser um dos fatores para contenção de despesa com a demissão de operários.

Sabemos que existe na estrutura operacional o trabalhador sazonal tanto na Usina, propriamente, como na atividade de campo que atende à demanda do período de safra e que na entressafra é dispensado, como também existe o operário especializado com salários diferenciados que marca um profundo distanciamento da realidade social da região. Mas, a questão é mais complexa. No período da pesquisa, entre o mês de novembro e dezembro de 2007, houve a demissão de 671 trabalhadores, incluindo parte administrativa e da produção, sem expectativas de quando eles irão receber suas devidas indenizações, obviamente, por conta da situação falimentar da Usina e da inviabilidade jurídica de conseguir crédito bancário para sanar dívidas trabalhistas. Essa situação é vivenciada pelos operários da Usina, explica Edivaldo⁷⁷:

[A situação do operário é] muito difícil, porque, agora mesmo teve uma demissão de 671 trabalhadores que saiu da empresa, sendo que 90 trabalhadores eram da fábrica. Teve trabalhadores da fábrica com mais de 30 anos de serviços foram demitidos. Nós não sabemos se eles vão receber as suas indenizações, seus contratos; quem está trabalhando fica na expectativa. Ontem foram eles, hoje pode ser eu. Fica todo mundo assustado. [...] fica assustado por que um pai de família perder um emprego hoje, especialmente, para uma pessoa de 40, 50 anos de idade, fica difícil porque não tem mais para onde ir e ele tem que manter a família.

Podemos perceber na preocupação do representante da comissão de fábrica uma inquietação no que se refere o medo dos trabalhadores em perder seu emprego depois de

⁷⁷ Entrevista para esta pesquisa.

tantas lutas enfrentadas por eles no processo de recuperação da empresa, começando pelo processo falimentar, passando pela enchente que danificou parte dos maquinários no ano de 2000 ou do incêndio que destruiu completamente um dos prédios, e, depois receber sumariamente o comunicado de demissão. Convenhamos, é uma situação delicada para o operário da Usina que espera da Cooperativa uma posição menos imparcial com as condições das pessoas que lidam diretamente com o processo de beneficiamento da cana e teve um papel decisivo na preservação do patrimônio da Usina.

A demissão dos 671 trabalhadores se contrapõe aos princípios básicos da economia solidária (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 38-40): a valorização do ser humano na atividade econômica e a geração de trabalho e renda, combatendo a exclusão e a desigualdade social. Enquanto não existir um plano definido e aprovado pelo coletivo quando se tratar de questões como demissão, por exemplo, fica uma dúvida quanto à identidade do Projeto Catende Harmonia ser um empreendimento solidário e coletivo. Pois, não entendemos quando operários com mais de 30 e que participou de todo processo de reestruturação da Usina é demitido, enquanto o *peçoal* do campo é selecionado usando o critério de contratação sazonal, diz Edivaldo⁷⁸, “no campo foram demitidos as pessoas que entraram esse ano, nesse mesmo período”, contratados para a safra, sem vínculo com o coletivo, suas *ideias*, concepções e ações.

A partir das primeiras impressões pudemos pressupor que a Cooperativa precisa refletir sobre as ações propostas e realizadas, avaliando os aspectos negativos e diagnosticando se os princípios organizativos da economia solidária como posse coletiva; gestão democrática ou por representação; repartição da receita entre os cooperados; e, distribuição equitativa das sobras (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13), estão sendo de fato socializados com todos no coletivo.

A iniciativa dos princípios organizativos depende da emancipação do trabalhador e da apropriação coletiva dos instrumentos de produção. A menção de uma prática secundária para um segmento da classe trabalhadora supõe um desequilíbrio no movimento social da classe-que-vive-do-trabalho. Procurar superar as incoerências e defender a emancipação do trabalhador, incluindo operários, trabalhadores e trabalhadoras do campo, deve ser concretizado na repartição equitativa dos instrumentos de produção. Para Marx (2004, p. 129) a repartição equitativa dos instrumentos de produção é uma condição para a emancipação do trabalhador.

⁷⁸ Entrevista para esta pesquisa.

A emancipação do trabalho exige que os instrumentos de trabalho se elevem à condição de patrimônio comum da sociedade e que o trabalho seja regulamentado pela comunidade, com a repartição equitativa do seu produto (MARX, 2004, p. 129).

A repartição equitativa supõe uma relação de equilíbrio no partilhamento das benesses dentro do empreendimento autogestionário e solidário, ao passo que os envolvidos possam usufruir coletivamente das mudanças econômicas, sociais e políticas por igual sem que exista uma subtração de interesses a favor de uns ou de outros.

Entretanto, não podemos deixar de considerar que a Cooperativa Harmonia desenvolve projetos e ações para os operários, a exemplo do programa de formação para autogestão, qualificação profissional, políticas sociais de incentivo a inclusão de filhos e filhas de operários no mundo do trabalho, participação de atividades sociais através da APUAMA. Porém são ações que não chegam ao nível das ações desenvolvidas através de programas sociais, econômicos e educativos oferecidos para o *peessoal* do campo, deixando transparecer um desequilíbrio no partilhamento das benesses no contexto do coletivo. Isso pode ser constatado através das ações e projetos descritos nos capítulos anteriores, os quais procuraram atender mais a realidade do *peessoal* do campo do que propriamente o pessoal de fábrica e, em parte, os operários entendem que os trabalhadores e trabalhadoras do campo são *peessoas* mais sofridas que enfrentam uma realidade diferente da vida na cidade e que precisam de novas oportunidades para inserção no mundo do trabalho.

Entretanto, ao nos referirmos a essas questões é importante lembrar que as mudanças socioeconômicas, no contexto do neoliberalismo e da globalização, estão provocando instabilidade nos vários segmentos do mundo do trabalho. Partindo deste pressuposto, observamos que os operários precisam também de um *norte* que possam garantir outros meios de sobrevivência além do salário. O que de fato deveria existir no contexto da Usina era uma política social mais efetiva que incluísse os operários nas mudanças das relações de trabalho e produção da mesma forma que os trabalhadores do campo estão sendo incluídos e beneficiados, a exemplo da posse da terra; do acesso ao programa “Cana do Morador”; e, da disponibilidade dos projetos de diversificação produtiva, dando a eles condições de resistência e subsistência diante do precário mundo do trabalho.

4.2 A precarização do mundo do trabalho e o Projeto Catende Harmonia

A possibilidade de *imaginar e ter* mais de uma alternativa de renda além do trabalho assalariado é uma condição imprescindível para a emancipação do trabalhador, mas num contexto de mudanças socioeconômicas como o da Usina Catende a participação equitativa na composição do coletivo é inquestionável para garantir o princípio da participação solidária e democrática para consolidação do empreendimento e para definir o caminho que eles devem seguir como companheiros do movimento pelos direitos trabalhistas e previdenciários, assumindo uma identidade de interesses com o propósito, afirma Freire (1982), de conciliar as diversidades para alcançar objetivos comuns.

Só na medida em que estes e aqueles se assumam como a grande maioria de dominados e não mais como minorias divididas entre si e reconheçam a identidade de seus interesses, na diversidade de suas realidades, é que se percebem como companheiros de uma mesma jornada (FREIRE, 1982, p. 71).

Neste sentido, caminhar juntos é processo dialético que se faz na superação das diferenças, na negação dos contrários, num processo de construção de espaços coletivos superando a introspecção dos interesses particulares ou alheios ao movimento de classe pela transformação da realidade a favor do coletivo, ou seja, a favor da concretização dos ideais do movimento de classe compartilhando os interesses comuns entre todos aqueles e aquelas que representam a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Ao enunciar as prerrogativas de criar condições de inserção no mundo do trabalho para o *peçoal* da fábrica na mesma perspectiva que estão sendo dada ao *peçoal* do campo, com o propósito de defender a necessidade de caminharem juntos, procuramos sublinhar cinco propostas que, estrategicamente, precisam passar por análises técnicas de viabilidade de investimentos. As propostas *pensadas* são: (1) ampliar a retífica para atender a região que não disponibiliza desses serviços especializados, possibilitando a distribuição do excedente (sobras) com os operários e abrindo novos postos de trabalho; (2) criar uma unidade de beneficiamento de produção de couro, comum na região, produzindo bolsas, sapatos e acessórios, com parceria técnica e de formação dos Centros de Ensino Tecnológico da região que desenvolvem tecnologias nesta área, abrindo alternativas de trabalho para o município sede da Usina (com um projeto bem elaborado a Cooperativa pode *buscar* recursos junto ao MDS, MTE, Governo do Estado de Pernambuco, BNDES, BNB, e outros); (3) construir uma unidade de beneficiamento de frutas (doces, compotas, cristalizados, etc.) produzidas nos

assentamentos, priorizando a fruta de época, absorvendo os filhos e filhas de operários garantindo outra renda para a família; (4) instalar uma indústria de confecção, a partir de um estudo prévio para se identificar qual o tipo de confecção mais viável, absorvendo parte dos operários e abrindo novos postos de trabalho (a proposta de uma indústria de confecção pode ser idealizada de duas formas: a primeira pode ser dividida em células, cada operário e família inclusa no projeto podem ficar responsável para produzir determinados itens nas próprias residências, com equipamentos da Cooperativa, e, depois, tudo que for produzido deve ser enviada para uma célula maior responsável pela seleção, classificação, embalagens e distribuição; a outra forma é o sistema tradicional de produção, ou seja, centraliza a produção numa unidade ou galpão onde é realizado todo o processo); (5) criar um fundo de financiamento, microcrédito, para os operários da Usina, dando a ele e a família alternativa de subsistência que não seja apenas o salário.

No que diz respeito às implicações das propostas alternativas para a subsistência do operário, embora existam várias implicações econômicas e jurídicas para a massa falida, as principais dificuldades para a realização das propostas referem-se, basicamente, à necessidade de capacitação e de financiamento das atividades diversificadas de serviço e produção.

A necessidade de formação adequada para os operários requer um acompanhamento especializado, não apenas nas tecnologias de produção, como é o caso da proposta de beneficiamento de frutas, mas também na parte de planejamento, estratégia e marketing. A proposta de beneficiamento de frutas, por exemplo, abre espaço estratégico para a participação do *peçoal* do campo que fornece a matéria-prima e o *peçoal* da unidade de beneficiamento (operário e família). Nesta simbiose ainda podemos *pensar* numa terceira fase que é a distribuição que pode ser realizado pela própria Cooperativa Harmonia, evitando o atravessador.

Outro aspecto que pode ser questionado é o financiamento para viabilizar os projetos nesses segmentos. As políticas públicas de financiamento e de inclusão social para o segmento *popular* que compreende trabalhadores do setor industrial no Brasil são mínimas e, por vezes, quase inexistentes. Exceção da Usina Catende que no Governo de Lula, através das políticas públicas direcionadas pelo SNAES com apoio interministerial, vem adquirindo espaços no contexto nacional como exemplo de uma empresa que consegue se erguer, após uma condição falimentar, tendo os trabalhadores e trabalhadoras à frente do projeto de reestruturação. As ações do Governo Federal estão sendo fundamentais para superar as diversidades econômicas que a empresa vem enfrentando desde as décadas de 1990. A questão é que a maioria das ações é direcionada para o *peçoal* do campo, e apenas,

recentemente, a Usina foi beneficiada com o Programa Educação na Fábrica que traz a possibilidade da inserção dos filhos e filhas de operários no mundo do trabalho.

Certamente que um estudo mais sistemático sobre o comércio da região, produção e recursos naturais, com técnicos e especialistas em gerenciamentos de negócios, pode apresentar propostas e estratégias sobre a viabilidade de empreendimentos na região. Nesta perspectiva, o Centro Josué de Castro e o Centro Sabiá já vêm apresentando propostas de diversificação produtiva para a Cooperativa Harmonia. Entretanto, as propostas apresentadas são todas direcionadas a produção diversificada no campo, priorizando o trabalhador e trabalhadora do campo. É necessário priorizar também investimentos com os operários, estimulando a produção familiar e coletiva, aliado à iniciativa conjunta de instrumentos educativos e pedagógicos emancipatórios como foi propiciado aos trabalhadores e trabalhadoras que passam pela *práxis* pedagógica a emancipação do trabalho assalariado, subordinado ao capital, para se definir na autogestão e na prática da economia solidária.

A respeito da *práxis* pedagógica, conviria destacar a importância da equipe pedagógica na formação crítica dos *sujeitos* para enfrentar os desafios da organização e da luta de classe (BOGO, 2008, p. 206). Considerando o papel do pedagógico, vale registrar alguns pontos de reflexão que nos persegue desde a pesquisa de campo e que acreditamos ser de suma importância para planejar, diagnosticar e definir estratégias e metas de trabalho, isto é, o *escopo* do projeto ou projetos (incluindo as ações e programas desenvolvidos na Usina) e o *registro* das práticas pedagógicas de forma que os operários, trabalhadores e trabalhadoras do campo, pesquisadores e outros possam ter o acesso para a sua leitura, interpretando, acompanhando ou interagindo com o processo de organização das novas relações de trabalho e produção na Usina.

Apesar do esforço da equipe pedagógica não tivemos conhecimento do *escopo* do planejamento das ações pedagógicas desenvolvidas com os trabalhadores da Cooperativa Harmonia. A falta de registro didático-histórico de como foi *pensada, criada* (delineada) e *desenvolvida* as ações pedagógicas aponta para uma deficiência da equipe pedagógica para traçar no papel os métodos adotados para se trabalhar a formação e *conscientização* com os *sujeitos* do processo. Contudo, devemos ressaltar a organização do curso de formação para autogestão que envolve as Cartilhas 1 e 2, apresentadas no Capítulo 2, que são exemplos de organização, de sistematização de organização do trabalho pedagógico. A proposta de trabalho, planejamento estratégico e avaliação, apresentados pelas educadoras Edilene e Izabel da equipe pedagógica mostra a organização da arquitetura do curso, definição da temática, seleção de conteúdo, objetivos definidos, metodologia, instrumentos metodológicos

e avaliação que é estratégica para diagnóstica e identificar as necessidades prioritárias dos *sujeitos*.

A ideia do planejamento estratégico facilitaria a equipe pedagógica mediar à relação entre o saberes e a prática consciente desses saberes. Trata-se, como explicitado, de organizar e sistematizar as estratégias de formação do coletivo, sublinhando todos os caminhos trilhados pelos *sujeitos* responsáveis pela metamorfose das relações do trabalho e produção, desvendando as furnas incríveis que estão na boca da mata e nos faz pensar, pois a fase que se encontra o empreendimento de autogestão e de prática solidária exige uma definição clara de todas as ações tomadas pelo coletivo, expondo todas as etapas da organização, identificando os problemas e mostrando a responsabilidade de cada na construção do coletivo. Nesse sentido, a *práxis* pedagógica (e a equipe pedagógica) desempenha uma função de mediadora das mudanças ente o velho e o novo, abrindo para os *sujeitos* do processo *revolucionário* o conhecimento ou aptidão para criar os espaços necessários para o novo. Pistrak (2000), ao refletir sobre a fase revolucionária que os *sujeitos* passam no processo de construção da nova estrutura social, diz:

A fase em que vivemos é uma fase de luta e de construção, construção que se faz por baixo, de baixo para cima, e que só será possível e benéfica na condição em que cada membro da sociedade compreenda claramente *o que é preciso construir* (e isto exige a educação *na realidade atual*) e *como é preciso construir*. A solução do problema exige a presença e o desenvolvimento das três seguintes qualidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização (PISTRAK, 2000, p. 41).

No que diz respeito às implicações da formação pedagógica dos *sujeitos* para a vivência coletiva, considerando as diferenças distintas entre os setores da fábrica e a atividade de campo, incluindo os diferentes tipos de trabalho, não há dúvida que o investimento na formação fortalece a relação coletiva, quebra os ranços da administração vertical, soma as ideias do coletivo e incentivar o trabalho coletivo. Mas, para garantir o desenvolvimento do coletivo, acrescenta Pistrak (2000), precisamos trabalhar a relação coletiva sem constrangimentos recíprocos.

Se quisermos desenvolver a vida coletiva, [...], devemos formar entre os jovens não somente a aptidão para este tipo de vida, mas também a necessidade de viver e de trabalhar coletivamente na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos. Este é o único terreno que podemos escolher se quisermos obter resultados positivos na luta que se trava por um novo modo de vida (PISTRAK, 2000, p. 54).

Assim, podemos afirmar que através do trabalho coletivo os homens e mulheres conseguem superar as diversidades, as dificuldades econômicas e sociais, buscando coletivamente a construção de espaços mais dignos para as *pessoas*. A concretização do coletivo, convenientemente, deixa transparecer as *situações-limites*⁷⁹ que os homens e mulheres podem levar a superação e abraçar o *inédito viável*⁸⁰ das suas condições oprimidas provocando a reação, gerando a consciência de si e do mundo, mudando a realidade para atender as necessidades emergentes. Essa superação, afirma Freire: “..., somente pode verificar-se através da ação dos homens [e mulheres] sobre a realidade concreta em que se dão as situações-limites” (1987, p. 91).

Tais situações-limites muitas vezes não são enxergadas pelos *sujeitos* cuja percepção crítica às vezes lhe é incômoda, preferindo ficar imerso numa condição minoritária, que Freire (1987) conceitua por *ser-menos*. Neste caso quando um segmento do movimento de classe não consegue expressar a sua intencionalidade diante da realidade, diante das necessidades, de direitos iguais, surge daí uma condição ou estado de oprimido, submisso, passivo, e nessa atual situação a *práxis* pedagógica pode contribuir decisivamente para quebrar o silêncio, a não ser que existam interesses alheios a sua prática *revolucionária*.

A equipe pedagógica, numa conjuntura complexa como a reestruturação da Usina Catende, é responsável pelo exercício constante da reflexão das práticas econômicas, sociais e políticas, inclusive educativas selecionando os conteúdos e metodologias mais adequadas, para fomentar nos *sujeitos* o olhar crítico necessário para compreender que eles são os protagonistas do seu próprio processo de desvelamento do mundo, transformando as práticas alternativas da autogestão e da economia popular solidária em práticas sociais concretas.

Dentro dessa compreensão, entendemos que o desenvolver pedagógico pode trazer para o cotidiano dos *sujeitos* as aptidões necessárias para o planejamento estratégico das suas ações, fornecendo os instrumentos *teóricos* e *práticos* para se contrapor as engrenagens do sistema capitalista, cada vez mais sofisticado.

O que pretendo, a partir dessa análise, é mostrar que a prática coletiva deve representar os interesses comuns de todos os envolvidos no movimento, fortalecendo o coletivo e direcionando suas forças para enfrentar os obstáculos criados pelo capitalismo neoliberal que afetam o social e o econômico da classe popular. Por isso é importante que a participação coletiva seja enunciada não apenas no discurso mais também na prática do dia a dia da *classe-que-vive-do-trabalho*. Nessa linha de reflexão não poderíamos deixar de expor a imagem

⁷⁹ **Situações-limites** é a condição opressora do **aqui e agora** que devem ser superados.

⁸⁰ **Inédito viável** quer dizer a concretização do futuro.

seguinte que está na página 15 da Cartilha 1, do curso de formação para autogestão, que foi trabalhada com o coletivo da Usina.



A imagem traduz o significado do coletivo dentro do empreendimento, ou seja, seria inviável a concretização do Projeto Catende Harmonia. Através da representação ideológica da imagem nos remete a outro aspecto que deve ser abordado: a representação dos operários no Comitê Gestor.

Os operários são representados no Comitê Gestor da empresa pelo representante da comissão de fábrica, na pessoa do senhor Edvaldo Ramos da Silva, que também é membro da Base Diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Alcool e Açúcar do Estado de Pernambuco, que é responsável para intermediar as reivindicações dos operários e participar das decisões do Comitê Gestor. Vale citar, entretanto, que a representação dos operários nas decisões administrativas da Usina é desproporcional ao número de representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para se ter uma ideia os operários têm apenas um representante Comitê Gestor, enquanto os trabalhadores e trabalhadoras do campo participam com um representante de cada associação dos 48 engenhos que fazem parte da ZPAs. Observando, ainda, que o síndico da massa falida vem da representação do STRs como também a representação da presidência da Cooperativa Harmonia. Outro aspecto que nos chama a atenção é que os assessores (intelectuais orgânicos do processo) estão ligados ideologicamente com o campesinato, ou seja, com o movimento no campo, com exceção de Verardo⁸¹ que representa a ANTEAG junto ao Projeto Catende Harmonia – Cooperativa Harmonia.

⁸¹ Luigi Verardo, assessor de comunicação da ANTEAG.

Ao anunciar a importância de se estabelecer critérios iguais para representação no coletivo é importante sublinhar dois referenciais. Primeiro que na prática da autogestão, baseada nos princípios da economia solidária, não pode coexistir benefícios alheios destinados a uns e benefícios comuns direcionados ao coletivo. O segundo referencial decorre do primeiro, isto é, reconhecer a importância do coletivo direcionando as ações para o seu fortalecimento, endossando a gestão democrática e participativa do projeto coletivo.

Nesse caso, supõe-se que a relação coletiva provoca atitudes no comportamento socioeconômico dos homens e mulheres capaz de facilitar uma relação dialógica entre eles, enquanto seres sociais *apropriado* dos *bens de produção* idealizado por eles, a partir da realidade sociocultural, traçando responsabilidades entre os participantes e, conseqüentemente, formando uma visão consciente da relação dialética entre subjetividade e objetividade. Isto é, capaz de organizarem-se coletivamente para encontrar (pensar) alternativas para enfrentar os desafios da realidade.

É claro que a missão de se propor e colocar em práticas mudanças para as questões apresentadas não é simples. Mas não é impossível quando partir do princípio de que “todos os que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, cada um deles” (SINGER, 2004, p. 12). Dessa forma, podemos *pensar* em abolir a divisão de classes, as desigualdades sociais, e quebrar o paradigma da relação vertical do sistema capitalista.

A mudança da realidade social, partindo do seu próprio contexto, criando novos paradigmas por parte dos *sujeitos* do processo exige uma postura crítica da sociedade e a capacidade de enfrentar os desafios da sociedade. Evidentemente, que a capacidade de se organizar coletivamente e superar as diversidades internas podem vir a ser um dos fatores para a consolidação do movimento e, conseqüentemente, contribuir para transformar a realidade e os homens e mulheres responsáveis pela ruptura do velho sistema. Nesse sentido, conviria destacar que os homens e mulheres do Projeto Catende Harmonia estão redefinindo os paradigmas na organização social e produtiva na Usina Catende à medida que incorporam coletivamente as contribuições vivenciadas na experiência. Transforma a realidade, portanto, é uma tarefa dos homens (e mulheres), é uma tarefa histórica, afirma Freire (1987):

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtos desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1987, p. 106).

Nesse sentido, torna-se evidente que a tarefa do coletivo é transformar a realidade, as instituições sociais, suas ideias e concepções, dando um aspecto mais saudável para as relações entre os homens e mulheres, como afirma Freire (1987):

E é como seres transformadores e criadores que os homens [e mulheres], em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, sua concepções (FREIRE, 1987, p. 92).

O projeto coletivo em experiência na Usina nos coloca diante de uma reflexão que nos conduz a *repensar* as mudanças nas relações de trabalho e produção, suas implicações sociais e econômicas, inclusive educativas, para os trabalhadores e trabalhadoras. Aliás, uma metamorfose concebida a partir dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, tornando o projeto um modelo singular de revitalização de uma empresa falida em um empreendimento autogestionário e solidário que vem conseguindo superar as diversidades econômicas, alcançando no ano de 2008 a produção recorde de 1 milhão de sacas de açúcar, gerando lucro para o empreendimento. Assim, *pensar* em práticas sociais é propor soluções para sair da situação de miséria, incluindo todos os *sujeitos* (homens e mulheres) do processo de construção da nova estrutura social e não apenas beneficiando um segmento da *classe-que-vive-do-trabalho*, é uma tarefa de responsabilidade do coletivo.

Para concluir, convém ressaltar que as impressões *críticas* desenvolvidas no desvendar dos desafios das metamorfoses do trabalho nos revelam uma realidade complexa, nas relações entre fábrica e campo, entre a própria estrutura de funcionamento da Usina que foi construída para atender a um modelo de administração vertical, emblemática e burocrática, mas que pouco a pouco está se transformando para atender aos interesses da classe dos trabalhadores.

A realidade das mudanças no contexto da Usina expressa os primeiros resultados traçados e desenvolvidos pelos *sujeitos* envolvidos no processo de reestruturação da Usina. Entretanto, é crucial que o coletivo tenha consciência que ainda precisa caminhar muito para consolidar o projeto dentro do cenário da economia solidária, bem como no meio produtivo e competitivo do mercado sucroalcooleiro, o que significa que o projeto está em crescimento, amadurecimento, e como tal precisa ser alimentado com *ideias* inovadoras, ações, fortalecendo o projeto, mas para é necessário investir mais no coletivo.

É diante da capacidade de transformar a realidade opressora, as instituições, ideias e concepções, que ainda acreditamos nos homens e mulheres. Mas, é no desvelar das *ideias* que

se esconde nas furnas e arqueiam projetos revolucionários e o conduto apita o apito: USINA CATENDE: solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DANO-SE! SE MOVE, SE ARQUEIA, FAZ ONDA. QUE NADA! AS METAMORFOSES DA HARMONIA

A nossa pesquisa procurou *conhecer* as mudanças nas relações de trabalho e produção na Usina Catende *refletindo* sobre a conversão do trabalho precarizado no denominado trabalho autogestionário e solidário, concretizado pelos trabalhadores a partir da luta pelos direitos trabalhistas e previdenciários e do enfrentamento da falência da Usina Catende. A *inquietação* dos trabalhadores diante da situação precarizada que eles estavam vivenciando naquele momento leva-os a buscar alternativas. A busca de alternativas pelos *sujeitos* históricos para enfrentar a crise passa pela preservação e reestruturação da massa falida; pela mudança da mentalidade do *individualismo* à *solidariedade*, nas relações de trabalho e produção na Usina; e, pela produção diversificada. Aliás, uma mudança que redefine as relações entre os homens e mulheres no sentido da prática mais humana, menos competitiva, mais solidária e participativa, propiciando a emancipação do trabalho.

Nesse contexto, a *classe-que-vive-do-trabalho* “se move, se arqueia” para enfrentar a crise da precarização do mundo do trabalho e a falência da Usina. Desse movimento surge à *ideia* da autogestão e da prática solidária na organização do coletivo abrindo espaços para vivência dos interesses mútuos dos *sujeitos* responsáveis pela preservação da massa falida.

Seguindo esta linha de raciocínio, fomos buscar na *releitura* das novas relações, dos trabalhadores e trabalhadoras existentes na Usina, subsídios que pudessem mostrar para nós se de fato o que está acontecendo naquele espaço é uma *revolução* no sentido social e econômico. Isto é, se as novas condições socioeconômicas postas pela *política* da luta de classe na Usina ressaltam os aspectos ideológicos e transformador do projeto coletivo.

“Danou-se!” O que encontramos foram *pessoas* envolvidas num projeto inovador *pensado* e realizados a partir da redefinição das relações de trabalho. As redefinições já aparecem no primeiro contato que passamos ter com o projeto quando começamos *identificar* as mudanças com a superação do velho modelo de administração da Usina pela metamorfose da gestão coletiva, participativa e *equitativa*, fundamentada nos princípios da economia solidária.

As novas relações revelam a presença de uma *práxis* pedagógica consciente e dialógica entre os *sujeitos* do processo. Essa *práxis* é responsável pela ponderação dos saberes necessários para enfrentar os desafios da sociedade capitalista, especialmente no decorrer da

década de 1990 com as novas condições socioeconômica e histórica postas pela política neoliberal que contribuiu para impulsionar a crise do Estado do bem-estar social (modelo keynesiano).

O modelo neoliberal aceito pelo Governo Collor fragiliza a indústria e o comércio interno assinalando as limitações dos empresários para enfrentar a crise econômica sem a intervenção do Estado. A situação fica insustentável para algumas empresas que solicitaram empréstimos vultosos para garantir a produção. É nesse contexto que a Usina entra em crise e os trabalhadores e trabalhadoras têm que tomar uma decisão para garantir o pagamento das dívidas trabalhistas e previdenciárias: apropriar-se dos instrumentos de produção reivindicado em nome dos trabalhadores e trabalhadoras a falência da Usina Catende.

Para compreender toda a engrenagem das mudanças e recuperação da Usina procuramos delinear a nossa pesquisa focada na análise dialética das categorias *educação* e *trabalho* para *conhecer* e *identificar* as implicações do projeto para os *sujeitos* históricos daquele contexto. Assim, fomos traçando nossas impressões a partir das categorias a leitura do mundo concreto, interpretando os *dados* qualitativos e, conseqüentemente, compreendendo as novas configurações do fenômeno, detalhes casuais, situações concretas e teóricas da estrutura interna coletivo.

A nossa reflexão sobre a categoria *educação*, por exemplo, traz para reflexão a importância da *práxis* pedagógica, enquanto prática educativa voltada para a formação e a conscientização, para a construção do projeto coletivo deixando transparecer as contribuições, as implicações no social, a formação para a autogestão e a segurança alimentar. Mas, também revelam na sua conjuntura as *incoerências* da proposta de construção do espaço coletivo e solidário, expondo a fragilidade das articulações do trabalho e a distribuição dos benefícios do trabalho entre o *pessoal* do campo e da fábrica.

Porém uma coisa que nos chama a atenção desde o início da pesquisa é que o conceito de *equidade*, que é uma atribuição implícita na prática da economia solidária, enfrenta obstáculos para sua concretização no coletivo por fatores diversos, criando algumas desigualdades na participação das benesses entre o campo e a fábrica. No que se refere à prática da *equidade* fizemos questão de enfatizar, no último capítulo, a sua importância dentro das relações de trabalho e produção em um empreendimento autogestionário e solidário.

A prática social como os *sujeitos* estão sendo reeducados (SINGER, 2005, p. 16) representa o desafio pedagógico da aprendizagem do comportamento econômico e solidário ao tempo que abre também o leque para a leitura da categoria trabalho e suas contingências perante as novas relações de trabalho e produção na Usina apresentados. Não poderia ser de

outra forma. Foi a partir da leitura da *práxis* pedagógica vivenciada no espaço da Usina Catende que compreendemos a transitividade do movimento dialético presente na mudança das relações sociais e econômicas entre os *sujeitos* históricos daquele processo, revelando a importância do trabalho para a sua emancipação.

Freire (1983) compreende a importância da educação e suas *implicações* para a configuração das mudanças na sociedade e para a emancipação dos homens e mulheres, porque ela provoca a consciência dos *sujeitos* para a racionalidade e a criticidade da realidade e do processo de mudança.

Não poderíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade (FREIRE, 1983, p. 90).

Destacamos, ainda, os aspectos conceituais das categorias *educação e trabalho* para conhecer as implicações ideológicas da formação dos *sujeitos* que passa pela redefinição dos valores éticos e profissionais, enfatizando o coletivo, a equidade de participação no trabalho, às benesses do trabalho e a emancipação do trabalho assalariado, dentro do espaço da autogestão e da prática da economia solidária. Mas, as práticas que exigem dos homens e mulheres a reflexão, da *consciência* e da *ação* sobre a realidade e as mudanças realizadas por eles no processo de transformação dessa realidade todos os momentos para não deixar incidir sobre eles a possibilidade do surgimento de outras formas de desigualdades sociais de dentro do próprio coletivo.

Refletir sobre as limitações (FREIRE, 1982, p. 66) é transformá-la, transformando a realidade determinada, ou seja, a realidade presente, procurando alternativas para recriar a realidade viável para o coletivo. Assim, não se pode deixar de considerar que as mudanças nas relações de trabalho e produção na Usina vêm reduzindo consideravelmente as distorções sociais e econômicas entre os trabalhadores e trabalhadoras, convergindo para um novo comportamento entre os *sujeitos* que se materializa na autogestão e nas relações solidárias entre os envolvidos com a valorização do social.

Tais tendências devem ser destacadas por trazerem à tona a potencialidade dos homens e mulheres quando organizados no coletivo para representar os interesses mútuos da classe popular. Contudo, a intervenção dos trabalhadores e trabalhadoras na reestruturação da Usina vem se mostrando eficiente na manutenção e operacionalização produtiva, superando as

expectativas do coletivo e da sociedade. A produção de 1 milhão de sacas de açúcar demonstra a capacidade de o coletivo lidar com o processo de produção. Todavia, *saber* lidar com as implicações produtivas não é suficiente para garantir que as desigualdades deixem de existir dentro do espaço geográfico que comporta o Projeto Catende Harmonia.

Na verdade, o conjunto das novas práticas amplia a preocupação social com a *classe-que-vive-do-trabalho*, superando as relações sociais no precário mundo do trabalho da *plantation*, construindo um modelo social erguido a partir das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, desenhando alternativas para as relações de trabalho e produção diferente do modelo capitalista.

Entretanto, deveremos considerar que as ações desenvolvidas junto aos trabalhadores da Usina, considerando os operários e os camponeses, não são totalmente contemplados pelo Projeto Harmonia. Trata-se da questão *equitativa* que precisa ser revista, porque afeta a igualdade de participação nas novas relações sociais o que, aliás, levou a uma análise crítica e, conseqüentemente, a delineação das seguintes hipóteses com o objetivo de contribuir com a consolidação do movimento da *classe-que-vive-do-trabalho* na Usina Catende. As hipóteses propostas podem ser aceitas ou questionadas, pois são impressões analíticas delineadas a partir da leitura registrada durante a pesquisa de campo, análise das entrevistas e reflexão sobre as categorias trabalhadas para essa análise, ou seja, *educação e trabalho*. Assim, destacamos as seguintes hipóteses:

1. É necessário definir critérios claros e imparciais para selecionar quem deve ou não receber primeiro o salário quando o recurso financeiro não é suficiente para atender a demanda da folha de pagamento da Usina;

2. É preciso criar ou estabelecer critérios ou condições igualitárias para o operário e o trabalhador do campo quando se tratar de demissão ou contratação de mão-de-obra, tanto no período de safra como na entressafra, observando o tempo de serviço prestado à empresa e a sua especialidade na atividade produtiva dentro da Usina, indistintamente;

3. É necessário traçar novos referenciais administrativos para a Usina, isto é, rever o organograma operacional e funcional da empresa; rever o quadro dos salários do administrativo, gerência e técnico, tendo como pilar o referencial a minimização das disparidades entre os pares no empreendimento autogestionário e solidário, com exceção de profissionais contratados pelo coletivo para exercer atividades especializadas;

4. É essencial estabelecer critérios de participação equitativa entre o pessoal da fábrica e o pessoal do campo;

5. É fundamental que a Cooperativa Harmonia pense e realize ações e projetos que possam contribuir para a emancipação do operário libertando-o da condição de trabalhador assalariado;

6. É indispensável que a equipe pedagógica desenvolva um planejamento estratégico para todas as ações desenvolvidas na Usina e junto com o escopo do planejamento também seja viabilizado instrumentos eficazes de avaliação para identificar (diagnosticar⁸²) as deficiências e os possíveis obstáculos na concretização dos objetivos, oferecendo conhecimento necessário para enfrentá-los. A vantagem do planejamento e do registro das ações é que os responsáveis pelo ato pedagógico podem recorrer às informações (registros) para ter uma noção do impacto de outras ações, além, é claro, de propiciar uma reavaliação dos pontos negativos das ações realizadas para se evitar nas ações futuras;

7. É essencial, seguinte a afirmativa anterior, criar ou propiciar condições para registrar todas as ações desenvolvidas no projeto desde um simples informativo até a elaboração de um programa de formação ou outro;

8. É imprescindível que seja revisto o conceito de coletivo na prática dentro do movimento que inclui operários e trabalhadores e trabalhadoras do campo nos projetos e ações, incluindo a reavaliação dos critérios de representação Comitê Gestor.

Ora, o que pudemos abstrair, portanto, das suposições é que as mudanças apontadas no cenário da Usina Catende estão acontecendo apesar de existir internamente *incoerências* que precisam ser refletidas. Nesse contexto, os *sujeitos* não devem perder de vista que o que vem orientando a criação e o desenvolvimento do empreendimento autogestionário e solidário é o forte desejo de emancipação do trabalho *alienado*, submisso ao capitalismo, pela possibilidade de melhores condições de vida, de sobrevivência no âmbito da autogestão.

A pesquisa USINA CATENDE: Solta o trem de ferro um grito “metamorfoses do trabalho” traz para a reflexão a importância das mudanças sociais e econômicas para o cenário do mundo do trabalho numa perspectiva histórico-dialética.

Em síntese, podemos afirmar que a nossa pesquisa apresenta as *questões* que nos leva a *repensar* as atuais configurações nas relações equitativas dentro do espaço da Usina Catende. “Danou-se! Se move, se arqueia, faz onda. Que nada! É *repensar* as metamorfoses da harmonia, as relações entre educação e trabalho, entre o produto resultante da força do trabalho e o sujeito expropriado da sua força de trabalho. A participação equitativa leva a unidade do coletivo e a consolidação do projeto de transformação social.

⁸² O conceito de diagnóstico empregado reporta a primeira *função da avaliação* que representa uma etapa importante no processo de acompanhamento nas ações desenvolvidas para alcançar algum objetivo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. (Coleção Brasil ontem e hoje, v. 10).

_____. **Histórias das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989. (Série República/Fundação Joaquim Nabuco, v. 1)

_____. **Espaço e tempo na agroindústria canaveira de Pernambuco**. São Paulo: Estudos Avançados, vol.15º, nº.43º, set./dez., 2001. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300020&script=sci_arttext acesso dia 04/nov./2007 às 13h24min.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

BRADLEY, Jana. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 431-449, Oct. 1993.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales – CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, RJ: 1988.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Editora Moderna, 1989.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI, Antonio David. Emancipação social. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

EISENBERG, P. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

FRANÇA FILHO, G. E.; LAVILLE, Jean-Louis. **Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. E. Novos Arranjos Organizacionais Possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisão e complemento). Salvador, **Revista Organização & Sociedade**, v. 8 n. 20 jan./abril, 2001.

_____. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular Traçando Fronteiras**. Salvador: Revista Bahia Análise & Dados, 2002.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx – 1843-44**: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (Coleção Educação Comunicação, v. 1)

_____. **Política e educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.23)

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção Leitura).

FREYRE, Gilberto. **Nordeste – Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil (1900-1987)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pedagogia da Praxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 25)

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. São Paulo: DIFEL: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____. **Trabalho e reflexão**: ensaios para uma dialética da sociabilidade. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GLAZIER, Jack D.; POWELL, Ronald R. **Qualitative research in information management**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992. 238p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

GOMEZ, Carlos Minayo (org.). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1988.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KLEIMAN, Fernando. **Lições de Catende**: a construção de uma autogestão em Pernambuco. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire. Une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1995.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LISBOA, Armando. **Os Desafios da Economia Popular Solidária**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Estudos Brasileiros, v. 10).

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. In: FROMM, Erich. Conceito **Marxista de Homem**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores S.A., 1983.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos).

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da Organização Política: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 83-125.

MELO, Mario Lacerda de. **O açúcar e o homem**. Recife: IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. (Série Estudos e Pesquisas, v. 4).

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

_____. **Educação Popular: enunciados teóricos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

_____. O que é popular. In: BRENNAMD, Edna Gusmão de Góes (org.). **O Labirinto da Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

_____. **Usina Catende: entre a doçura e a harmonia**. Catende, Pernambuco: Usina Catende, 2002, formato PDF. (Arquivo da Cooperativa Harmonia, Usina Catende)

_____. **Dialética: uma introdução**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MELO NETO, José Francisco de (Org.). **Dialética**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MELO NETO, José Francisco de; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; COSTA, Francisco Xavier Pereira da (Org.). **Incubação de empreendimentos solidários popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTIBELLER Fº, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável - meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

NOSSELLA, Paollo. Trabalho e educação. In: GOMEZ, Carlos Minayo (org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PATTON, Michael Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.

PINTO, Alavaro Vieira. **Ciência e Existência – problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PISTRAK, Mojsej Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1996.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/SEBRAE, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SIGAUD, Lygia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 10).

_____. Direito e coerção social no mundo dos engenhos. In: **Revista Estudos Históricos**, nº 18, 1996.

SILVA LIMA, Lenivaldo Marques da. Entre o amargo da zona canavieira e a harmonia da Usina Catende. **Revista Proposta**, nº 97 Jun/Ago de 2003. In: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/lenivaldo97.pdf>> acesso dia 08/nov./2008 às 13h04min.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização a alternativas: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**. 18 (51), 2004, p. 07-22.

_____. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 13-20.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em Discussão).

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

SOUZA, João Francisco de. **Pedagogia da Revolução: Subsídios (Confronto do discurso dos Governos Cid Sampaio versus Miguel Arraes – Pernambuco 1958/1964)**. Recife: Bagaço, 2004.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TIRIBA, Lia. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego**. In: Revista Trabalho Necessário, ano 3, número 3, 2005.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VERARDO, Luigi. Economia Solidária e Autogestão. São Paulo, **Revista Proposta**, nº 98 Set/Nov de 2003. In: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/luigiverardo98.pdf>> acesso dia 19/jun./2007 às 23h11min.

VIEIRA, Geísio Lima. **Considerações acerca do conceito de alienação nos manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Karl Marx**. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996, 42p.

USINA CATENDE: PAG Governador Miguel Arraes. **Relatório Final do Grupo de Trabalho – Portaria INCRA nº 423**. Usina Catende: Catende/Pernambuco, 2007, p. 118, formato PDF. (Arquivo da Cooperativa Harmonia, Usina Catende)

USINA CATENDE. **Por uma Cultura de Autogestão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Catende/Pernambuco/Brasil, 2003. (Série Catende – Harmonia, volume 1)

USINA CATENDE. **Técnicas e Custos do Plantio da Cana**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Catende/Pernambuco/Brasil, 2003. (Série Catende – Harmonia, volume 2)

ANEXOS

ANEXO 1**TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA CANA DE MORADOR**

Nome do trabalhador : _____

Identificação : _____

Área autorizada : _____ hectares Meta de plantio : _____ toneladas

De um lado, a Administração Judicial da Massa Falida da Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro (antiga Usina Catende), doravante designada Massa Falida, e, de outro lado, o trabalhador/morador acima qualificado, com a finalidade de contribuir para o esforço coletivo de recuperação das atividades produtivas da empresa e para melhoria da renda dos moradores e credores da antiga Usina Catende, assumem os seguintes e recíprocos compromissos:

1 O plantio da cana de morador e o uso da terra necessária a esse plantio são considerados por ambas as partes como essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas da Massa Falida, bem como para o desenvolvimento da agricultura familiar, para fomentar a diversificação e para a melhoria da renda dos moradores, devendo a sua implantação atender a essas importantes finalidades.

2 O plantio de cana nas terras da Massa Falida somente será autorizado, pela Administração Judicial, para os trabalhadores, demitidos e da ativa, que morem nas terras da Usina e que possuam créditos no processo de falência nº 195034582-3. Também será admitida a autorização de plantio para os filhos e cônjuges dos credores, desde que moradores, mas de forma não cumulativa, ou seja, com área e acesso definida por família.

3 Os moradores que não possuam créditos na Massa Falida, nem sejam familiares de credores, desde que residam nas suas terras por mais de 05 (cinco) anos, em posse mansa, pacífica e de boa-fé, também poderão ser autorizados a plantar cana de morador, mas condicionado ao pagamento anual à Massa Falida, pelo uso da terra, de valor a ser fixado pela Administração Judicial.

4 A autorização para plantio e a continuidade do uso da terra, inclusive a que é autorizada no presente Termo, fica condicionada à observância dos compromissos constantes dos itens seguintes, os quais são neste ato assumidos por ambas as partes que assinam este Termo, no interesse da coletividade e do projeto desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores.

5 A Massa Falida se compromete a comprar toda a produção de cana de morador, pelo preço de mercado do dia, bem como a transportá-la até a esteira da Usina, deduzidos os custos de frete.

6 A Massa Falida se compromete a assegurar, de acordo com suas disponibilidades, assistência técnica e as condições necessárias para o plantio e tratos culturais, bem como para a colheita da cana de morador.

7 As canas plantadas pelos moradores, em terras da Massa Falida, serão destinadas, de forma exclusiva e integral, para moagem na Usina Catende e durante o seu período de moagem, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a venda dessa produção para terceiros, mesmo que seja para outros moradores, salvo havendo autorização do Síndico, expressa e por escrito.

8 O morador somente plantará cana em áreas indicadas e previamente selecionadas, de comum acordo, pela Administração Judicial e pelos moradores, diretamente e através de seus sindicatos e associações.

9 O plantio, as variedades, os tratos, a colheita, a queima, o corte e o transporte da cana de morador obedecerão ao planejamento e à supervisão da Superintendência de Campo da Usina Catende, de modo a otimizar os resultados no interesse da coletividade, tendo em vista que esse planejamento das atividades é sempre realizado de forma democrática e conjuntamente com os sindicatos, associações e moradores

10 A queima da cana de morador deverá ocorrer com os devidos cuidados para que não ocorra a expansão descontrolada do fogo para áreas inconvenientes, hipótese em que o morador assumirá a responsabilidade financeira pelos prejuízos.

11 O morador autorizado a plantar cana em terras da Usina Catende não pode, em nenhuma hipótese, ceder integral ou parcialmente sua área de plantio para terceiros e muito menos para pessoas que não façam parte do Quadro Geral de Credores da Falência.

12 O plantio de novas áreas e a expansão da área plantada do morador somente poderá ocorrer após expressa autorização, por escrito, do Síndico, ouvidos os sindicatos e associações.

13 Para possibilitar o planejamento das atividades e no seu próprio interesse, o morador deverá informar à Superintendência de Campo da Usina, obrigatoriamente, até o dia 30 de agosto de cada ano, a previsão de colheita de suas canas, em toneladas, sem prejuízo das demais informações que lhe forem solicitadas, pela Administração, ao longo do ano.

14 O morador, no interesse da coletividade dos trabalhadores, assume a obrigação de não destinar a sua produção de cana, parcial ou integralmente, para outras usinas, de forma direta

ou indireta, sem autorização expressa e por escrito do Síndico, ficando de logo ciente que, caso descumpra essa obrigação, ficará impedido de plantar cana em terras da Massa Falida, perdendo de imediato o acesso à terra para plantar cana e a área plantada, após ser indenizado, pela Massa Falida, com base no saldo remanescente da área plantada, sendo certo que essa indenização será parcelada em prazo de até 05 (cinco) anos.

15 Perderá a área plantada e o direito de acesso à terra para plantar cana, o morador em cujas atividades utilize trabalho de criança, ou gere danos ao meio-ambiente, ou não cumpra com os compromissos constantes deste Termo, ou cause prejuízos aos demais moradores e à Massa Falida, sempre com indenização de benfeitorias, nos termos do anterior item 14, deduzidos quaisquer prejuízos financeiros causados à comunidade e à Massa Falida.

16 Os casos de desvios de cana de morador para outras empresas e de condutas lesivas à comunidade, previstos nos anteriores itens 09, 14, 15 , serão apurados por uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, formada por 1 (um) membro indicado pelas Associações de Moradores de Engenhos, 1 (um) membro indicado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu, e 1 (um) membro indicado pela Administração Judicial da Massa Falida da Usina Catende, cabendo à Comissão recomendar à Administração Judicial a adoção de providências saneadoras e, se for o caso, a aplicação da pena de perda do plantio e do acesso à terra, com indenização de benfeitorias.

17 Fica certo de que, nos casos de perda de área plantada, a mesma será de imediato transferida para outro morador e que a perda de acesso à terra, tratada neste Termo, apenas se dará em relação ao plantio de cana, não alcançando o direito de acesso à terra para plantio de lavoura branca e para criação de animais, sempre de forma planejada e previamente autorizada.

18 O morador autorizado a plantar cana, na hipótese de necessitar do trabalho de terceiros em sua área de plantio, deverá fazê-lo sob a sua exclusiva responsabilidade e com a rigorosa observância da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, ressalvada a hipótese da troca consensual de dias de trabalhos com outros moradores.

19 É assumido por ambas as partes que assinam o presente Termo de Compromisso que o mesmo se transformará em Termo de Adesão integral às normas do “Estatuto do Uso da Terra e da Produção”, ora em fase de discussão entre a Administração Judicial, Cia. Agrícola Harmonia, Sindicatos, Associações e Trabalhadores credores da Massa Falida da antiga Usina Catende, adesão que será automática tão logo o Estatuto esteja aprovado pelo coletivo acima referido.

20 O presente Termo vigorará durante a tramitação do processo de falência nº 1950345823, com expressa ressalva dos direitos legais à indenização das benfeitorias agrícolas dos moradores cujas áreas de plantio não lhe couberem por ocasião da liquidação falimentar.

21 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo, as partes recorrerão ao entendimento mediado pelas representações sindicais e associativas e, no insucesso deste, ao foro da 18ª Vara Cível do Recife, na qual tramita o processo de falência nº 195034582-3, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22 Este termo é assinado por ambas às partes, em 02 vias de igual teor, na presença das duas testemunhas ao final assinadas, as quais declaram ter assistido à leitura integral do texto ao morador subscritor no caso do mesmo ser analfabeto.

Catende, de de 2001.

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEGMENTO ASSESSORIA HARMONIA⁸³

Local, data e hora:

Nome, formação e ocupação no Projeto Catende Harmonia:

Questões propostas:

1. Há quanto tempo está participando na Assessoria do Projeto Catende Harmonia?
2. Qual era a sua relação com a Usina Catende antes da falência?
3. Como você se vê participando do projeto coletivo de autogestão da Usina Catende?
4. Como você pode descrever a História de transição da falência para a organização coletiva dos trabalhadores e implantação do Projeto Catende Harmonia?
5. Como você via a relação de trabalho antes da falência e o que mudou com a autogestão?
6. Qual a sua participação, além da Jurídica, na autogestão da Usina Catende?
7. Como você entende o Projeto Catende Harmonia na sociedade capitalista?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEGMENTO PEDAGÓGICO

Local, data e hora:

Nome, formação e ocupação no Projeto Catende Harmonia:

Questões propostas:

1. Há quanto tempo está participando do Serviço Educacional na Usina Catende?
2. Qual era a sua relação com a Usina Catende antes da falência?
3. Como você se vê como educador(a) participando do projeto coletivo de autogestão da Usina Catende?
4. Como funcionava, se funcionava, o acesso à formação educacional antes da falência?
5. Após a implantação do Projeto Catende Harmonia quais foram os obstáculos ao se pensar e praticar uma atividade pedagógica num “espaço de luta” voltada à autogestão?

⁸³ Além das questões semi-estruturadas o interlocutor utilizará de questões de sondagem do tipo “Porquê?”, “Importa-se de dar um exemplo?”, “Pode falar um pouco mais?” no decorrer do diálogo do entrevistado. Fica registrado que os roteiros foram elaborados como referenciais e para cumprir os procedimentos normativos do Comitê de Ética. Entretanto, como estava *refletindo* sobre as categorias trabalho e educação, na *práxis* das metamorfoses do trabalho, foi surgindo questões e dúvidas que, ocasionalmente, veio em outras questões colocadas com os entrevistados. A própria respostas das entrevistas exigiram, no decorrer da entrevista, revisão para as questões seguintes, devido à riqueza das informações e as implicações advindas com novos questionamentos.

6. Como você descrevia a relação entre as atividades de trabalho e o educativo na autogestão da Usina Catende?
7. Houve, no seu entendimento, uma mudança de comportamento por parte dos trabalhadores no que diz respeito às relações de produção e distribuição dos bens de produção?
8. Qual a sua participação, além do educativo, na autogestão da Usina Catende?
9. Como você entende a organização do Projeto Catende Harmonia no discurso pedagógico atualmente?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEGMENTO SEÇÃO AGRÍCOLA

(Trabalhadores que lidam diretamente com a produção da cana-de-açúcar)

Local, data e hora:

Nome, formação e ocupação na Usina Catende:

Questões propostas:

1. Há quanto tempo está na Usina Catende (trabalho)?
2. Você mora na Usina Catende (em que engenho/cidade)?
3. Qual a atividade de trabalho que realiza na Usina Catende?
4. Participa de outra atividade além do trabalho (Qual? Onde? Como? Pode descrever?)?
5. Como você vê as relações de trabalho na Usina Catende?
6. Como você via as relações de trabalho antes da falência (Pode explicar? Tem alguma diferença de hoje? Descreva?)?
7. Como descreveria a História da Usina Catende para alguém que nunca ouviu falar ou conhece?
8. Como você entende a relação de produção coletiva e participativa?
9. Por que continua na Usina Catende?

ANEXO 3

GOVERNO DESAPROPRIA TERRAS E PROJETO CATENDE HARMONIA SE CONSOLIDA



Justiça concede imissão de posse / Lideranças se confraternizam



A centena de trabalhadores como Harmonia reapresenta o espírito dos operários catendenses.

A assinatura dos três decretos presidenciais de desapropriação de terras da Usina Catende, em Pernambuco, ocorrida no Palácio do Planalto, em Brasília, solucionou um conflito histórico que se prolongava há 13 anos na zona da mata pernambucana, justamente em um dos locais mais emblemáticos da reforma agrária no país. O evento contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Carcel; do ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro; do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, da superintendente do Incra em Pernambuco, Maria de Oliveira, e do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos, além de lideranças de outros movimentos sociais.

Trabalhadores comemoram vitória

Em 1993, num cenário de crise, a empresa demitiu 2,3 mil trabalhadores, que reagiram coletivamente ao desconhecimento de seus direitos previdenciários e trabalhistas por meio de um pedido de falência. Decretada em 1995, essa foi a primeira falência judicial de uma usina nordestina, rompendo com o costume de serem os próprios usineiros quebrados os liquidantes de suas empresas falidas.

Com a preservação do patrimônio, assegurou-se a continuidade dos negócios via empresa de trabalhadores-credores. Essa nova empresa adotou um modelo alternativo de gestão, tendo reorganizado a produção agrícola e industrial e promovido a diversificação da produção, com a criação de gado bovino e caprino e a produção de feijão, banana, mandioca e mel. O atual síndico da massa falida é um dos próprios trabalhadores, Marivaldo Andrade, cortador de cana desde os sete anos de idade.

Representante das mulheres trabalhadoras no complexo, Cristina Maria de Mendonça, recordou que, ao ser demitida em 93, sequer tinha leite para o filho, José, então uma criança. Foi uma que testemunhou a luta pela saída dos usineiros e a decretação da falência judicial. "Eu nunca imaginei como sou hoje: dona de minha terra, dona de minha casa", relatou Cristina. Integrante do projeto de economia solidária, ela hoje tem uma plantação de 500 toneladas de cana, enquanto o filho cursa faculdade de Administração.

Programa Cana de Morador

O Projeto Usina Catende implantou um programa inédito na exploração canavieira, o programa Cana de Morador, que mobiliza os trabalhadores demitidos e os credores preferenciais da falência. Há um trabalho conjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria de Economia Solidária, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no apoio ao desenvolvimento do projeto, por meio do Pronaf, da assistência técnica e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de iniciativas de capacitação gerencial.

Mesmo antes de se transformar em um projeto de assentamento, a Usina Catende já é alvo de projetos produtivos dos próprios trabalhadores que lá vivem, como os de bovinocultura de leite, piscicultura, fabricação de ração animal (como um subproduto do açúcar), plantio coletivo de café e milho e adoção da fruticultura. As famílias que já moram nas construções em engenhos deverão ser assentadas no local. O assentamento deve possibilitar a geração de trabalho para mais de 10 mil pessoas nas atividades produtivas.

ANEXO 4

**NOTÍCIA DO JORNAL DO INTERIOR – PERNAMBUCO/PALMARES
CATENDE – MAIS DE UM MILHÃO DE SACAS DE AÇÚCAR**

Jornal do Interior

Ano IV - Nº 13 - Março/2008 - Circula nas regiões Mata Sul, Mata Norte, Agreste, Litoral, Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, além das Zonas Norte e Litoral de Alagoas - Fundado por Carlos Mayer - Palmares - PE - Brasil - Preço R\$ 1,00

CATENDE - MAIS DE UM MILHÃO DE SACAS DE AÇÚCAR

Trabalhadores festejam a conquista recorde da Cooperativa Harmonia




A partir da esq.: Marivaldo Andrade, Bruno Ribeiro, Juan Nordase e Cícero Lima festejando a conquista.

Após três anos sob o controle administrativo da Cooperativa Agrícola Harmonia, formada pelos próprios trabalhadores do falido parque industrial açucareiro, a Usina Catende que já foi a maior produtora de açúcar da América Latina volta a brilhar no cenário estadual, ao atingir uma produção recorde com mais de um milhão de sacas de açúcar de 50 quilos, numa demonstração de união e trabalho.

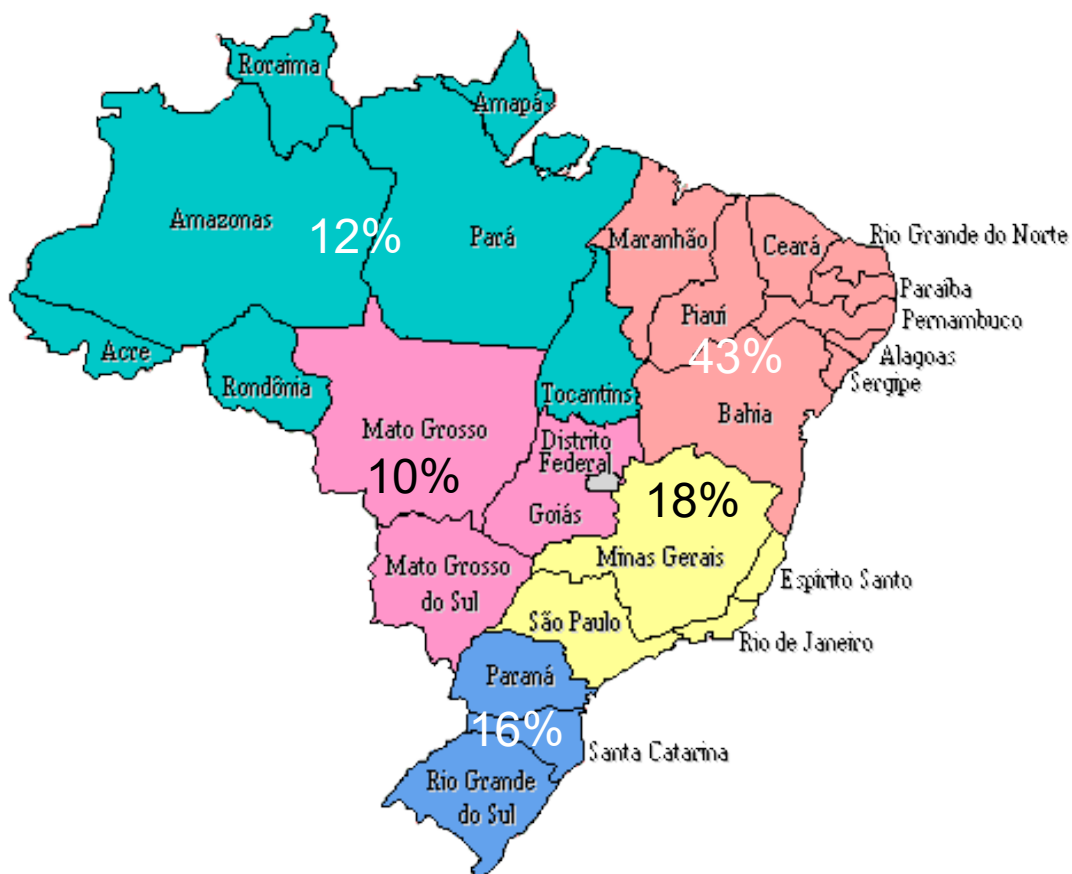
A Cooperativa Agrícola Harmonia, sucedânea da Massa Falida da Usina Catende, hoje se afirma no estado e no país como um empreendimento vitorioso, cuja gestão é feita pelos operários e trabalhadores do campo.

Confira nas pág. 8 e 9

ANEXO 5

POSIÇÃO DA REGIÃO NORDESTE NOS EES (EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA)

Distribuição dos EES nas Regiões do País



Fonte: Grupo Ecosol (2007)
www.ecosol.org.br